



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Sara Couchinho Lourenço

# ARQUITETURA DO ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

PROPOSTA DE UM ROTEIRO

Projeto do Mestrado em Arte e Património, orientado pela Professora Doutora Joana Rita Costa Brites e pela Professora Doutora Sandra Costa Saldanha, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

# FACULDADE DE LETRAS

## ARQUITETURA DO ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO PROPOSTA DE UM ROTEIRO

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Projeto</b>
<b>Título</b>	<b>Arquitetura do Estado Novo em Castelo Branco</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>Proposta de um Roteiro</b>
<b>Autora</b>	<b>Sara Couchinho Lourenço</b>
<b>Orientadoras</b>	<b>Joana Rita Costa Brites Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade Vogais: 1. Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa 2. Doutora Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Arte e Património</b>
<b>Área científica</b>	<b>História da Arte</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>13-10-2022</b>
<b>Classificação do Projeto</b>	<b>18 valores</b>





*Para a família dos domingos, e de  
todos os dias do ano.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao chegar ao fim desta longa caminhada quero deixar por escrito o meu agradecimento a todos os que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para esta conquista.

Em primeiro lugar, aos meus Pais, sou quem sou e estou onde estou graças a eles. São eles que me mostram o Possível quando só vejo o Impossível, Obrigada.

Às avós, Avó Vira e Mamie, dois exemplos a seguir para ser uma grande Mulher.

À família que nunca me deixa sem chão.

Aos amigos (que na verdade são irmãos) da querida Idanha, peço desculpa pela ausência, prometo daqui para a frente não falhar.

Aos de Coimbra, um FRA!

Por fim, quero agradecer à professora doutora Joana Brites que me acompanhou enquanto foi possível e às professoras doutoras Luísa Trindade e Sandra Saldanha, com as quais foi possível trazer este projeto à luz do dia.

*Bem-Hajam!*

## **RESUMO**

### **Arquitetura de Estado Novo**

A identificação e reconhecimento de infraestruturas contemporâneas enquanto legado patrimonial nem sempre tem o mesmo foco e interesse pelas instituições e órgãos decisivos sobre tal. Edifícios como escolas, tribunais, mercados municipais, bancos, infraestruturas de comunicação, entre outros, mostram mais dificuldade em receber esse olhar de “admiração” e de interesse por parte do visitante e da comunidade onde se insere. O subaproveitamento destas infraestruturas (no universo do turismo e do património) deve-se a vários fatores; a título de exemplo: a falta de reconhecimento da comunidade no edifício - porque o edifício ainda se encontra no ativo das suas funções e conseqüentemente é visto como um serviço, a falta de um aprofundamento do tema no universo escolar, ou porque o próprio município não vê nelas uma fonte de conhecimento e informação que podem caminhar a favor do desenvolvimento de uma “consciência patrimonial”.

O presente projeto, *Arquitetura de Estado Novo em Castelo Branco: um roteiro* nasce como resposta a esta visível lacuna de reconhecimento e promoção turístico-cultural na cidade de Castelo Branco. Seleccionadas cinco infraestruturas, todas de cariz público e todas ainda em serviço a partir das suas funções iniciais, propõe-se com o roteiro a possibilidade de olhar para estes edifícios dum outro prisma, e compreender a sua dinâmica com o desenvolvimento da cidade no século XX. Para que isto seja possível, socorre-se esta investigação de fichas informativas – em formato de *flyer* – nas quais não faltam a necessária contextualização histórica, a respetiva análise arquitetónica ou a identificação e interpretação de elementos decorativos.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Política de Obras Públicas; *Turismo de Rotas*; Roteiro; Castelo Branco

## **ABSTRACT**

### **“Estado Novo” Architecture**

The identification and recognition of contemporary infrastructures as a heritage legacy does not always have the same focus and interest by institutions and entities that are decisive in this regard. Buildings such as schools, courts, municipal markets, banks, communication infrastructures, among many others, find it more difficult to spark admiration and interest in tourists and the community in which they operate. The underrated utilization of these infrastructures (in the tourism and heritage universe) is due to several reasons, either because of the lack of recognition of the building by the community - because it is still active of its functions and consequently it is seen as a service, the lack of knowledge provided by the schools, or because the City Hall itself does not see in them a source of knowledge and information that can lead to the development of a “patrimonial conscience”.

The present project, *“Estado Novo” Architecture in Castelo Branco: a roadmap* is born as a response to this visible lack of recognition and cultural promotion of the city of Castelo Branco. Five infrastructures were selected, all public and still performing their initial duties, with which it is proposed a new look over these buildings and understanding of their dynamics with the development of the city in the 20<sup>th</sup> century. To make this possible, this investigation is based on factsheets— in flyer format – in which there is no lack of historical context, architectural analysis nor identification and interpretation of the decorative elements.

**Keywords:** Estado Novo; Política de Obras Públicas; *Route Tourism*; Road Map; Castelo Branco

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO .....	1
1. ROTAS E TURISMO.....	3
2. CASTELO BRANCO: MAPEAMENTO CRÍTICO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS EXISTENTES.....	9
3. PROPOSTA DE UM ROTEIRO DE ARQUITETURA DO ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO.....	15
3.1. ESCOLA SECUNDÁRIA NUNO ÁLVARES/ LICEU NUN'ÁLVARES.....	20
3.2. IGREJA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	28
3.3. FILIAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.....	34
3.4. TRIBUNAL JUDICIAL/PALÁCIO DA JUSTIÇA.....	40
3.5. CINE-TEATRO AVENIDA.....	48
4. O PROCESSO DE <i>ROTEIRIZAÇÃO</i> .....	54
5. ANÁLISE SWOT.....	96
CONCLUSÃO.....	100
ANEXOS.....	102
BIBLIOGRAFIA.....	115
WEBGRAFIA.....	119

## INTRODUÇÃO

Castelo Branco, capital de distrito, desde os finais do século XIX e ao longo do século XX que vê a sua paisagem urbana a alterar-se, a título de exemplo: construção e implementação de uma rede ferroviária, infraestruturas bancárias, hospital e centros médicos, escolas e politécnicos, rede de telecomunicações, instalação de eletricidade e água canalizada pela cidade; órgãos judiciais e policiais, estruturas comerciais de grande dimensão e produção industrial. Várias destas alterações são fruto da famosa Política de Obras Públicas promovida pelo Estado Novo, como é a construção de liceus e escolas primárias, filiais da Caixa Geral de Depósitos, cineteatros, Palácios da Justiça, cadeias comarcãs, bairros sociais, mercados municipais, abertura de novas ruas e avenidas, entre outras tantas. Apesar deste desenvolvimento de serviços e da alteração da paisagem citadina, a valorização patrimonial sempre esteve presente; no entanto tende a patrocinar e valorizar com mais ênfase aquilo que se distancia histórica e temporalmente: falamos por exemplo de estruturas monumentais como igrejas ou casas senhoriais, ou de Portais Quinhentistas.

Assim, o que se pretende com este projeto é dar uma outra visibilidade patrimonial a um conjunto de infraestruturas, todas edificadas dentro da mesma baliza cronológica (1933 – 1974), e que ainda hoje mantêm ativas as suas funções originais; são elas o Liceu Nun'Álvares, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, a Filial da Caixa Geral de Depósitos, o Tribunal Judicial e o Cine – Teatro Avenida. Apesar da ordem pela qual são apresentados os edifícios nesta proposta de roteiro, intitulado *Arquitetura de Estado Novo em Castelo Branco*, o visitante é livre de fazer o percurso pela ordem que entender, sendo que não tem também a obrigatoriedade de o realizar na totalidade nem de uma só vez; o que se pretende é, antes, uma utilização mais dinâmica e dialogante com outros pontos chave da cidade. A informação sobre cada um dos cinco edifícios é complementada por um grupo de imagens selecionadas e estará disponibilizada sob a forma de *flyers*. Estes encontrar-se-ão disponíveis não só a partir do *site* de promoção turística do município, mas também através da leitura de um código QR disponibilizado pelo mesmo. Nos dias que correm, será expectável que a promoção desta nova atração seja feita em plataformas como as redes sociais do Instagram e do Facebook, através dos perfis do município e de páginas institucionais ligadas à promoção do turismo na zona Centro e na zona da Beira Baixa. No entanto, não são de descartar métodos mais tradicionais e que até hoje funcionam: é possível também promover o roteiro através dos jornais locais como é o caso do *Jornal Gazeta do Interior* e do *Jornal Reconquista*.

A organização deste trabalho articula-se em cinco partes. Com o sentido de passar do panorama geral para o objeto de estudo, inicia-se com uma análise do tipo de turismo mais atrativo em Portugal – *sea, sun and sand* -, e como ele constitui uma assimetria no país, apresentando então o *turismo de rotas*, cada vez mais procurado, como uma solução para atenuar esta desigualdade. Num segundo capítulo, é analisado o papel desempenhado pela construção e implementação do *turismo de rotas*, não só na generalidade da zona Centro, como mais especificamente na zona geográfica de Castelo Branco, passando por projetos como as Aldeias Históricas. Expõe-se neste segundo capítulo o que é Castelo Branco enquanto cidade, desde os variados serviços oferecidos pelo município, como o universo turístico e cultural da cidade: a título de exemplo, rotas e roteiros, rede de museus, espaços verdes, centros interpretativos entre outros pontos chave. É no seguimento da linha de pensamento do segundo capítulo que se dá início a um terceiro capítulo no qual é feita a apresentação dos edifícios selecionados. Aqui, são individualmente inseridos no respetivo contexto histórico, social e político que enquadrou a sua construção, para que se possa perceber as suas características arquitetónicas e opções decorativas. Naturalmente, após o tratamento da informação, é necessário fazer chegá-la ao público, de uma forma prática e acessível, que aqui se materializou na criação de *flyers*. Este quarto capítulo, a *roteirização*, prendeu-se pela seleção e cruzamento da informação (aqui exposta num português acessível e sem uso de termos científicos) do capítulo anterior, acompanhada de apoio visual.

Essencial à projeção deste roteiro é a realização de uma análise final na qual se apontam os pontos fortes, mas também se reconhecem os pontos fracos, procurando sempre apresentar soluções.

Em suma, para terminar um percurso académico que teve início com uma licenciatura em História com menor em História da Arte, e que se remata com um 2º ciclo em Arte e Património, segue-se um projeto realizado através de uma pesquisa e análise científica de conteúdos históricos e histórico-artísticos, para que seja possível não só responder ao aumento da procura do turismo de rotas, mas também para que a própria comunidade albicastrense desenvolva uma consciência patrimonial mais abrangente, recetiva e informada.

# 1. ROTAS E TURISMO

O fenómeno turístico nas últimas décadas tem vindo a sofrer uma forte expansão, afirmando-se como uma das principais atividades de interesse económico no mundo, o que não só acaba por influenciar a política, a sociedade e a cultura, como também incentiva um maior investimento analítico por parte das ciências sociais e humanas, como a sociologia<sup>1</sup>. Assim, desenvolvem-se variados estudos que incidem sobre distintos aspetos do mercado turístico, desde o propósito da viagem ao comportamento do visitante enquanto consumidor dos produtos turísticos, a geografia do destino, e a sensibilidade à alteração dos preços dos produtos turísticos. Também é possível fazer esta abordagem tendo em conta as características sociodemográficas dos visitantes, ou seja, a idade, género, classe social, a motivação da viagem e os seus padrões de consumo<sup>2</sup>. Por norma, qualquer país é simultaneamente recetor e emissor de turismo, porém, comparando o número de visitantes de fora com o número de residentes que se deslocam para o estrangeiro, consideram-se alguns países como recetores e outros como emissores. Portugal integra o grupo dos países recetores - regista mais entradas de turistas/visitantes, do que portugueses a deslocarem-se para fazer turismo<sup>3</sup>.

Com uma grande aposta na oferta e elevados números na procura do turismo balnear - *sea, sun, sand*<sup>4</sup>-, Portugal desenvolveu uma assimetria turística, ficando zonas como a Região Centro com fraco dinamismo de exploração turística na área, apesar da vasta oferta em recursos naturais e culturais<sup>5</sup>. Apesar de predispor de um vasto potencial que passa pela riqueza dos diversos atrativos turísticos, pela “localização geográfica, [pelas] boas acessibilidades, [pela] hospitalidade dos residentes, [pelos] preços competitivos e a segurança”<sup>6</sup>, esta assimetria é visível através do crescimento acentuado na percentagem de dormidas de 2004 para 2014: crescem de 73% distribuídas pelo Algarve, Grande Lisboa,

---

<sup>1</sup> SOUSA, Luísa Micaela Barbosa, *Arquitetura do século XX em Coimbra: um percurso*, Projeto apresentado à Faculdade e Letras da Universidade de Coimbra, 2018, p. 14

<sup>2</sup> CASTRO, Eduardo Anselmo, COSTA, Carlos, EUSÉBIO, Celeste Aguiar, “Diversidade no Mercado Turístico da Região Centro de Portugal: Identificação dos segmentos de maior valor económico em termos de Actividades Turísticas praticadas”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Nº 10, 2008, (pp. 9-24), pp. 10/11

<sup>3</sup> SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo. Desafios de uma microempresa de turismo recetor*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 34

<sup>4</sup> SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo ...*, p. 41

<sup>5</sup> CASTRO, Eduardo Anselmo, “Diversidade no Mercado ...”, p. 10

<sup>6</sup> CASTRO, Eduardo Anselmo, “Diversidade no Mercado ...”, p. 12

Setúbal e Madeira, para 90.3% fixadas no litoral de Norte a Sul de Portugal Continental<sup>7</sup>. O mercado turístico do Centro, composto por atrações que se dispersam pelos diferentes recursos naturais e culturais da região, revela-se como uma fuga à sazonalidade turística que vigora. Todavia, a procura por um turismo personalizado, com experiências de índole diversas – espirituais, culturais, gastronómicas, entre outras – tem vindo a crescer, desenvolvendo o conceito de *Turismo de Rotas*, através do qual se promove o turismo local e a conservação do património cultural<sup>8</sup>.

Acompanhando tendências mundiais, também Portugal se adapta à nova realidade turística e através da Turismo Centro Portugal estabelece estratégias, ações e programas de promoção turística local. A prática destes programas debate-se constantemente com entraves, desde logo os que se prendem com a degradação dos centros históricos, o excesso de uso ou esgotamento, a ausência de intervenção no espaço, assim como o seu cuidado, conservação preventiva, restauro e valorização<sup>9</sup>. Outro dos problemas com que a criação de rotas e roteiros temáticos se debate, é a falta de uma definição globalmente aceite das mesmas. Segundo o Ministério do Turismo do Brasil, entende-se por roteiro,

“um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. Partindo da definição, pode-se dizer que a roteirização turística é o processo que visa propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infra-estruturas de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região”<sup>10</sup>.

Leonardo Gonçalves expõe, entre dicionários de língua geral, dicionários especializados em turismo e órgãos regulamentadores do turismo, dezasseis definições do conceito de rota e roteiro. Por rota pode entender-se um “itinerário que se percorre para ir de

---

<sup>7</sup> *Estratégia Turismo 2027*, Turismo de Portugal I.P., 2017, p. 25

<sup>8</sup> ABRANTES, José Luís, PAIVA, Odete, PEREIRA, Andreia, REIS, Manuel, SEABRA, Cláudia, “Rotas culturais no centro de Portugal: duas propostas”, in, *Turismo no Centro de Portugal – Potencialidades e tendências*, pp. 379-399, p. 381

<sup>9</sup> PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado”*: uma forma de promoção da região. *Turismo do Centro de Portugal - Coimbra*, Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018, pp. 41/42

<sup>10</sup> BRIZOLLA, Tânia, “Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística”, in, *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Turismo*, Brasília, 2007, p. 13 - [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/roteirizacao\\_turistica.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf) - Consultado a 30.10.2020 às 11H30



um lugar a outro, especialmente por via marítima ou aérea; caminho; direção, rumo”<sup>11</sup>; “Percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística”, e, “um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo [utiliza a] história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística (...) [no qual] existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados e há sempre um ponto inicial e um ponto final”<sup>12</sup>.

Por roteiro, compreende-se um “itinerário de viagem ou sua descrição pormenorizada. Indicação e localização das ruas, praças, etc., de uma grande cidade”<sup>13</sup>; “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”<sup>14</sup>.

Analisando e conjugando os diferentes conceitos apresentados, é possível circunscrever uma rota a um percurso por meio aéreo, marítimo ou terrestre, que tem um início e um fim e que se articula em torno de uma temática, histórica ou não, tendo como finalidade a promoção turística da área envolvente. A Rota Da Estrada Nacional 2 serve de exemplo: consiste num percurso de estrada que atravessa Portugal de Norte a Sul pelo interior com o objetivo de dar a conhecer “paisagens que variam entre as serras e as longas planícies, riachos escondidos e vastos espelhos de água, lugarejos perdidos e cidades ricas em património. Mas, acima de tudo, gente, gente autêntica, verdadeira guardiã de saberes ancestrais, pronta para o receber de braços abertos”<sup>15</sup>. O roteiro, apesar de designado como “itinerário” à semelhança da rota, difere desta na medida em que tem associado a si não só a exposição detalhada do trajeto definido no qual compreende atrações, visitas, atividades e programas integrantes no tema principal, como os apresenta de forma pormenorizada. O processo de estruturação de rotas, designado por *roteirização*, incorpora a caracterização dos recursos disponíveis, a transformação destes em pontos turísticos e sua exposição e interpretação. Enquanto fator do sistema turístico, a *roteirização* de um território, alicerça-se

---

<sup>11</sup> GONÇALVES, Leonardo, *Rotas e Roteiros: desafios para uma nova conceituação*, Brasil, Cadernos de Estudos e Pesquisas do Turismo, 2016, p. 7

<sup>12</sup> GONÇALVES, Leonardo, *Rotas e Roteiros...*, p. 9

<sup>13</sup> GONÇALVES, Leonardo, *Rotas e Roteiros...*, p. 7

<sup>14</sup> GONÇALVES, Leonardo, *Rotas e Roteiros...*, p. 9

<sup>15</sup> Rota Nacional 2 disponível em <https://www.rotan2.pt> – Consultado a 08.09.2021 às 16H05

na produção de um roteiro<sup>16</sup>. Assim os roteiros não são apenas importantes enquanto uma das principais formas de identificar, contextualizar e compreender as atrações de uma localidade, como também as potencializam, principalmente em ambientes urbanos onde as mesmas se podem encontrar distanciadas<sup>17</sup>.

Nesta linha de pensamento, na Região Centro de Portugal ocupam então lugar rotas que conservam e valorizam o património local, de entre as quais a Rota da Cerâmica no Oeste, a Rota das Antigas Judiarias na Serra da Estrela, a Rota do Barroco do Oeste, nas quais é disponibilizada uma informação acessível a vários públicos<sup>18</sup>. Destacam-se nos roteiros os designados Road Trips que abrangem toda a zona centro: *Road Trips Beira Baixa*, *Road Trips Médio Tejo*, *Road Trips Oeste*, *Road Trips Região de Coimbra*, *Road Trips Região de Leiria*, *Road Trips Ria de Aveiro*, *Road Trips Serra da Estrela* e *Road Trips Viseu Dão Lafões*. Consistem na seleção de elementos de cariz e componente histórica, cultural, natural, gastronómica e religiosa, entre outros; esta informação, por vezes detalhada, é complementada com instruções geográficas sobre que caminho tomar para chegar ao próximo ponto<sup>19</sup>. Existem ainda as *Experiências By* que são elas também roteiros criados através de experiências pessoais em torno de um tema geral, dentro das quais: *Experiências Cultura by...* Rita Redshoes, *Experiências Espiritual by...* Afonso Cruz, *Experiências Gastronomia e Vinhos by...* Diogo Rocha, *Experiências Lifestyle by...* Iva Lamarão, *Experiências Desporto by...* Teresa Almeida e *Experiências Natureza by...* Pedro Pedrosa<sup>20</sup>.

No Centro Interior destaca-se o projeto *Aldeias Históricas de Portugal*, composto por doze aldeias da Beira Interior Norte e Sul, nas quais se destacam atrações de cariz religioso, como igrejas, capelas e caminhos de peregrinação (nomeadamente o Caminho de Santiago), de cariz militar, como castelos e todo o seu equipamento (muralhas, bombardeiras cruzetadas e canhões) e as de função pública, como a Casa da Câmara e Paços do Concelho. Este projeto confere ainda destaque a edifícios com particularidades arquitetónicas e ornamentais cujos regionalismos configuram ponto de interesse, como os presentes em casas senhoriais, na Casa

---

<sup>16</sup> FIGUEIRA, Luís Mota, *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Instituto Politécnico de Tomar, fevereiro de 2013, p. 20

<sup>17</sup> SILVA, Gláubécia Teixeira da, NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa, *Roteiro Turístico*, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, s.d, p. 30

<sup>18</sup> <https://turismodocentro.pt/roteiros/rota-tematicas/> - consultado a 21.10.2020 às 11H40

<sup>19</sup> <https://turismodocentro.pt/roteiro/road-trip-beira-baixa/> - Consultado a 08.09.2021 às 16H15

<sup>20</sup> <https://turismodocentro.pt/roteiros/experiencias-by/> - Consultado a 08.09.2021 às 16H20

da Roda e na Casa da Roda dos Expostos<sup>21</sup>. O projeto promove diferentes recursos, dos quais, percursos pedestres temáticos assim como cicloturismo, visitas guiadas, observação da fauna e flora local, confeção de produtos e atividades tradicionais, termalismo e promoção gastronómica.

Este tipo de turismo permite ao turista satisfazer um interesse pessoal e desfrutar dele – podem ser passatempos, atividades desportivas, interesses específicos sobre assuntos ou locais específicos<sup>22</sup>. A criação de programas temáticos deste tipo, como já dito, não só diversificam e exploram o produto, como diminuem o contraste da sazonalidade no turismo, “reduzindo a pressão sobre as áreas já saturadas de turistas, distribuindo-os por locais tradicionalmente menos visitados”<sup>23</sup>. Tendo em conta que “tourist demand is no longer seeking «value for Money» only, but «value for time» as well, and increasingly «value for effort», too”<sup>24</sup>, a programação turística por parte dos interessados começa cada vez mais a colocar em primeiro plano o motivo da deslocação, e a secundarizar o destino<sup>25</sup>.

O procedimento necessário para a organização de uma rota ou itinerário é-nos exposto de forma sintética - em três fases - no estudo de Sara Maia, *Rotas Museológicas na Região de Aveiro – um Estudo Empírico*<sup>26</sup>. O primeiro passo implica um planeamento, desenho, organização e comercialização do objeto de estudo para que se possa elaborar a rota. De seguida, é essencial definir os atrativos e pontos turísticos integrantes da área geográfica selecionada para a rota. A terceira fase consiste na análise da rota do ponto de vista do seu funcionamento para que possam ser identificadas e corrigidas possíveis falhas: do ponto de vista da satisfação do cliente, analisando os custos e ainda os resultados económicos da viagem. Finalizadas todas as fases, dá-se a construção da rota por concluída e esta pode ser apresentada e implementada enquanto produto turístico viável<sup>27</sup>. Relembrando a “grande”

---

<sup>21</sup> Aldeias Históricas disponível em <https://aldeiashistoricasdeportugal.com/oferta-turistica/o-que-ver/?pag=19> – Consultado a 19.10.2020 às 16h23

<sup>22</sup> SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo...*, p. 40

<sup>23</sup> SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo...*, p. 41

<sup>24</sup> DURAŠEVIĆ, Silvana, “Thematic tourism as an important segment in the business of modern tour operators”, in *The Business of Tourism*, Nº. 13, Belgrado, 2014, p. 113.

<sup>25</sup> SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo...*, p. 41

<sup>26</sup> MAIA, Sara Vidal, *Rotas Museológicas na Região de Aveiro – um Estudo Empírico*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 2010, p.53

<sup>27</sup> SOUSA, Luísa Micaela Barbosa de, *Arquitetura do século XX...*, p. 36

diferença acima apresentada entre rota e roteiro, é possível aplicar este processo de organização de rota na criação de um roteiro, sendo apenas necessário no momento da definição dos atrativos e pontos turísticos, a exposição detalhada destes, seguida da sua apresentação pormenorizada.

## 2. CASTELO BRANCO: MAPEAMENTO CRÍTICO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS EXISTENTES

Castelo Branco<sup>28</sup>, capital de distrito, localiza-se no centro interior de Portugal a sensivelmente 50 km da fronteira com Espanha<sup>29</sup>. Atualmente o concelho de Castelo Branco é constituído por 19 freguesias, e desde 2016, “um estudo da Bloom Consulting classifica Castelo Branco como a melhor cidade do distrito para se viver, visitar e fazer negócios, e como a quarta de todo o Interior do País”<sup>30</sup>. Após as intervenções do Programa POLIS e do Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco – RE:GENERAR,

“Castelo Branco é uma das cidades portuguesas com melhor qualidade urbanística, tendo em conta, entre outros parâmetros, a dotação de espaços e de equipamentos públicos, o estado de conservação do património, o diálogo bem-sucedido entre a sua herança patrimonial e a arquitetura e o urbanismo contemporâneos, os níveis de estruturação, de coesão e de compacidade da forma urbana, o equilíbrio entre as áreas pedonais e os espaços de circulação e estacionamento automóvel”<sup>31</sup>.

No entanto, persistem problemas como o despovoamento e envelhecimento da população residente na zona histórica; a falta de competitividade do comércio tradicional; a primazia do automóvel relativamente aos transportes públicos e aos modos suaves de transporte, como andar a pé ou de bicicleta – de 2001 para 2011 o automóvel é o meio de transporte escolhido em cerca de 70% dos movimentos realizados pelos residentes. Isto pode dever-se ao facto de apesar de a cidade assegurar um serviço de transportes públicos, das sete linhas urbanas, apenas três funcionam o ano inteiro, assim como apesar de existirem boas condições topográficas para as deslocações em bicicleta, as três ciclovias existentes estão na periferia e praticamente não têm ligação entre si, o que não facilita os padrões de mobilidade local, sendo utilizadas sobretudo para desporto e lazer<sup>32</sup>. O abandono e, conseqüentemente, a degradação de alguns edifícios distintos, agravam-se com a falta de iniciativa privada na reabilitação

---

<sup>28</sup> Ver em Anexos – Figura 1

<sup>29</sup> Município de Castelo Branco, disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/castelo-branco/mapa-territorial/> - Consultado a 03.09.2020 às 18H05

<sup>30</sup> Município de Castelo Branco, disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/castelo-branco/mapa-territorial/> - Consultado a 03.09.2020 às 18H05

<sup>31</sup> *Programa Estratégico De Reabilitação Urbana Da Cidade De Castelo Branco*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, abril de 2019, pp. 10/11 – disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/areas-de-acao/ordenamento-do-territorio-e-urbanismo/reabilitacao-urbana/>

<sup>32</sup> *Programa Estratégico De Reabilitação ...*, pp. 15/16

urbana<sup>33</sup>. O rejuvenescimento da população, o combate à pobreza e à exclusão (o caso particular dos idosos e dos desempregados) também fazem parte da lista de desafios que é necessário superar<sup>34</sup>. Há, contudo, iniciativas municipais que recaem sob o apoio à reabilitação por parte dos proprietários e inquilinos, como é o caso do programa “Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Cidade e Devesa”, que consistiu em subsídios a fundo perdido, ou seja, sem que fosse necessário retorno do dinheiro, para a reabilitação tanto exterior como interior dos edifícios. Note-se que “a política local de reabilitação urbana tem sido focada na intervenção direta da autarquia”<sup>35</sup>.

O interesse turístico pelos centros urbanos é fruto da cultura e do património que os constituem, uma vez que a sua parte histórica e monumental se transforma em atração, não só pelo seu impacto cultural e visual, mas também por se revelar um dos fatores prioritários para a identidade das cidades. O património tem, assim, um peso indiscutível no aumento da atração pela cidade, não só pela sua expressão artística, como pela sua influência sociocultural. Contudo, a integração da herança patrimonial nos circuitos turísticos acima mencionados aparenta ser mais sensível à valorização de um património anterior aos séculos XX e XXI<sup>36</sup>.

À semelhança de qualquer outro polo urbano, o município de Castelo Branco também constrói e molda a sua imagem. Fazem parte desta mensagem atrativa tanto os serviços públicos como todo o património que a cidade possui. Referimo-nos a equipamentos como escolas (do pré-escolar ao secundário), hospital, centros médicos e equipamentos de apoio social a idosos como centros de dia e de convívio; o ensino superior – abrangente das áreas de saúde, de educação, das artes aplicadas, da gestão e tecnologia. Câmara e tribunal, bancos e postos da polícia e GNR, uma rede de transportes urbana, assim como grandes estruturas comerciais e uma extensa e preenchida zona industrial. A cidade é dotada ainda de um novo terminal rodoviário que se localiza junto da estação de caminho-de-ferro. No espetro cultural, destacam-se centros interpretativos como o Centro de Interpretação do Bordado e o Centro de Interpretação do Jardim do Paço; ou espaços de exposição como o Centro de Cultura

---

<sup>33</sup> *Programa Estratégico De Reabilitação ...*, p. 11

<sup>34</sup> *Castelo Branco 2030 – relatório final*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, junho 2015, p. 65

<sup>35</sup> *Programa Estratégico De Reabilitação ...*, p. 12

<sup>36</sup> GOMES, Carina, “A Construção social de um destino turístico: Coimbra, cidade e imaginário”, in, *VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, 2008, pp. 3

Contemporânea, a Casa Amarela – Galeria Municipal e o Cine-Teatro Avenida. Existe ainda uma rede de museus na qual se integram, entre muitos, o Museu Francisco Tavares Proença Júnior, o Museu Cargaleiro e o Museu dos Têxteis. Desenvolve-se uma programação cultural que integra diversos projetos, dos quais o Festival Literário, o Castelo de Artes – Encontros de Castelo Branco, e a plataforma Cultura Vibra na qual se anuncia os diferentes eventos que decorrem. A promoção cultural feita pelo Município de Castelo Branco abrange todo o concelho, podendo-se destacar a promoção de eventos temáticos de cariz gastronómico como a Feira da Vinha e do Vinho, o Mercado da Criadilha, o Sabores de Perdição e a Feira do Queijo; de cariz natural como a Rota da Gardunha, de teor histórico como a Feira Medieval e cultural como o Festival José Afonso, entre outros<sup>37</sup>.

A cidade dispõe ainda de zonas verdes como praças, largos e jardins, de entre os quais o conjunto do Jardim seiscentista do Paço Episcopal e Parque da cidade, e o Jardim do Castelo/Miradouro de S. Gens. No universo dos parques destaca-se o Parque do Barrocal, inaugurado em 2020, “como museu de natureza, vivo, dinâmico, interativo, educativo e lúdico”<sup>38</sup>. Enquanto espaços de lazer, existem a piscina praia, percursos pedestres, pedonais e ciclovitários, um *skate park* e uma pista de atletismo – entre outros.

É no seu património monumental histórico que a cidade se alicerça para se distinguir como ponto turístico no interior de Portugal. O município evidencia e reconhece como património vários bens de importância histórico-artística: o castelo e muralhas; a Sé Catedral, o Convento da Graça, o Cruzeiro de S. João e a Capela da Senhora da Piedade, que se destacam no panorama do património religioso da época moderna na cidade; o Jardim do Paço juntamente com Paço Episcopal, o Solar dos Viscondes de Oleiros, o Palácio dos Viscondes de Portalegre, o Solar dos Cavaleiros e o Solar dos Cunha (ou Solar dos Mota), casas senhoriais construídas entre os finais do século XVII e os inícios do século XIX. Outras estruturas, como o Chafariz de São Marcos, os Portados Quinhentistas, o Celeiro da Ordem de Cristo, a Casa do Arco do Bispo e a *Domus Municipalis* na cidade completam o território patrimonial que detém maior visibilidade. É de salientar que, num dos meios de comunicação que o município utiliza para a sua promoção patrimonial, o próprio site, dos 21 elementos selecionados como herança patrimonial, apenas dois – o Miradouro de São Gens e o Parque

---

<sup>37</sup> Câmara Municipal De Castelo Branco, disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/areas-de-acao/comercio/feiras-tematicas/> - Consultado a 09.09.2021 às 12H30

<sup>38</sup> Parque do Barrocal, disponível em <https://barrocal-parque.pt> – Consultado a 24.08.2021 às 14H50

da Cidade<sup>39</sup> (aberto ao público em 1934 depois de remodelações, mas cuja origem remonta ao século XIX) constituem um legado histórico-artístico posterior ao século XIX. Será este um dos pontos a ser debatido ao longo deste projeto, tendo em vista a possível reversão da situação.

Elementos como infraestruturas públicas, edifícios, paisagens e jardins, entre outros, nem sempre são vistos e reconhecidos como património por parte dos municípios e munícipes que os integram. É um património que por norma foi edificado por e para uma sociedade contemporânea, ao qual nem sempre se parece atribuir valor patrimonial ou reconhecimento isolado na presente malha urbana<sup>40</sup>. Trata-se de modelos que refletem a vida da sociedade, que ao integrarem o quotidiano do indivíduo este não se interroga por ele. São, no entanto, “locais que geram e constituem uma cultura, uma memória própria, que se pronunciam no domínio da materialidade e da imaterialidade, recentes ou não”<sup>41</sup>. A título de exemplo, encontram-se frequentemente nesta situação as vias de comunicação (como os caminhos de ferro), as instalações de âmbito industrial, armazéns comerciais, entre outros<sup>42</sup>.

A evolução das sociedades ao longo do tempo acarreta significativas mutações de foro político, social, económico, cultural e artístico, à luz das quais se (re)valorizam e desvalorizam tanto conceitos como bens patrimoniais. O que outrora teria fortes impactos para a cultura, sociedade política e civil, face às transformações que a sociedade sofre, por vezes abandona a sua função original assumindo uma nova, tal como por vezes assume de forma complementar a função de dispositivo patrimonial, ou como pode apenas perder a sua função. Estas alterações, no entanto, não implicam que seja imperativa uma descaraterização do mesmo e, conseqüentemente, a perda ou aquisição de qualquer valor patrimonial que já tivesse<sup>43</sup>. Ocorrem, assim, alterações nas relações entre a comunidade e os objetos patrimoniais. Laurajane Smith diz-nos que o Património é uma experiência, que não é algo estático e preso no tempo. É sim um processo que, embora transmita significados e valores

---

<sup>39</sup> Património Municipal, disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/patrimonio/> – Consultado a 29.10.2020 às 19H30

<sup>40</sup> PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado...”,* p. 47

<sup>41</sup> PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado...”,* p. 48

<sup>42</sup> PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado...”,* p. 48

<sup>43</sup> PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado...”,* p. 48



previamente estabelecidos, permite a criação de novos<sup>44</sup>. Exemplo disto é o atual Arquivo Distrital de Castelo Branco, antigo Solar dos Cunha. Edificado no final do século XVII e com fortes remodelações no século XIX, pertencia a um programa arquitetónico que respondia às necessidades de uma elite, porém já no século XX (1993) reconfigura toda a sua função primordial para albergar um serviço de cariz público<sup>45</sup>. Serve para o mesmo a Câmara Municipal de Castelo Branco: foi Solar dos Viscondes de Oleiros desde o século XVII até 18 de outubro de 1935, data da compra por parte do município, destinando-se o edifício a novas funções, agora de foro público<sup>46</sup>.

No decorrer do século XX a cidade desenvolveu uma fachada moderna espelhada na construção de várias infraestruturas, equipamentos de cultura, lazer e desporto que subsistem no tempo até hoje. O Cine-Teatro, o Liceu, a Caixa Geral de Depósitos, os CTT e o Tribunal<sup>47</sup>, em conjunto com a criação de um Mercado Municipal, a abertura de novas avenidas e a construção de bairros socais, são alguns exemplos de infraestruturas que começam a ter lugar a malha urbana da cidade. Segundo o *Programa Estratégico De Reabilitação Urbana Da Cidade De Castelo Branco*, à semelhança de todos os centros urbanos, Castelo Branco apresenta aspetos fortes e fraquezas. A título de exemplo das forças, detém uma localização estratégica no contexto ibérico, pois a proximidade com a fronteira terrestre com Espanha permite não só a criação de projetos fronteiriços de diferentes índoles, como facilita as comunicações terrestres. As indústrias transformadoras revelam um forte peso em termos de emprego, volume de negócios e exportações. Castelo Branco é uma cidade preenchida com equipamentos e serviços de educação, saúde e ação social, assim como de equipamentos desportivos e de lazer. Tem boas condições para as deslocações a pé e de bicicleta, mesmo que esta última não seja viável para as deslocações laborais; o mesmo se aplica à cobertura de rede de transportes públicos urbanos. Mencionado no início deste capítulo, o despovoamento e envelhecimento da população da zona urbana central, o aumento do uso do transporte privado face aos transportes públicos e a falta de iniciativa privada na

---

<sup>44</sup> SMITH, Laurajane, *Uses of Heritage*, Routledge – Taylor & Francis Group, London and New York, 2006, p. 48

<sup>45</sup> Casa dos Motas, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2760](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2760) – Consultado a 18.08.2021 às 11H50

<sup>46</sup>Solar dos Viscondes de Oleiros, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2521](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2521) – Consultado a 18.08.2021 às 12H05

<sup>47</sup> Que se acompanham da instalação de redes de água em 1933 e do funcionamento da rede telefónica em 1928, surgindo assim os primeiros bairros periféricos com uma certa desorganização construtiva. FARIA, Daniela Carvalho, *Castelo Branco: capital da Beira Baixa*, Lisboa, Primeira Impressão, 2007, p. 18

reabilitação do centro urbano, constituem algumas das fraquezas apresentadas<sup>48</sup>. Avaliando de forma estratégica estes “prós e contras” que caracterizam Castelo Branco, seria oportuno tendo em conta a situação geográfica, facilitar o transporte ferroviário não só no contexto ibérico, como em contexto nacional de forma a melhor os acessos. No que concerne ao rejuvenescimento da população, não é suficiente apelar à diversificada oferta de pontos de lazer e aos baixos preços de custo de vida; passa pela criação de postos de trabalho, sendo aqui imperativo, não só aproveitar a extensa zona industrial, mas também o CEI (Centro de Empresas Inovadoras) enquanto impulsionador do empreendedorismo jovem. Existe ainda o CATAA (Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar) que está “vacionad[o] para a investigação, desenvolvimento, transferência de tecnologia e formação, com principal foco no setor agroalimentar”<sup>49</sup>. Este último vem no sentido de a oferta educativa superior (IPCB) abranger cursos em áreas deste interesse, de entre as quais, Licenciatura em Agronomia, Licenciatura em Biotecnologia Alimentar e Mestrado em Engenharia Agrónómica. Seria ainda uma mais-valia a integração de docentes e estudantes das áreas envolventes ao turismo (turismo, energias renováveis, média, artes, design, gestão, entre outras) para a criação de projetos, programação e promoção cultural e turística local.

---

<sup>48</sup> *Programa Estratégico De Reabilitação ...*, pp. 21/22

<sup>49</sup> Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar, disponível em <https://www.cataa.pt/associacao-cataa/associacao-cataa/> - Consultado a 10.09.2021 às 15H35

### 3. PROPOSTA DE UM ROTEIRO DE ARQUITETURA DO ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

Relembrando a importância da construção de rotas e de roteiros para a divulgação turística local, seja ela em torno de património material ou imaterial, é de salientar que quando o objetivo é reconhecer e preservar o património, é necessário começar por garantir o interesse e valorização daqueles que todos os dias convivem com ele; só assim o reconhecimento deste tem sucesso. A título de exemplo, Laurajane Smith em *Uses of Heritage*, fala-nos do projeto The Waanyi Woman's History Project em Queensland, Austrália, no qual explicita que embora um lugar, edifício ou algo material seja necessário, é o que decorre nesses locais que faz deles a história completa do que o património pode ser<sup>50</sup>. O foco principal deste projeto era dar voz às preocupações que as mulheres Waanyi tinham em relação à sua herança cultural, face à gestão das terras locais, sendo que grande parte destas pertenciam aos limites do Parque Nacional Boodjamulla. Os arqueólogos convidados a participar “serviram” de legitimação ao projeto; havendo especialistas envolvidos, a probabilidade de foco pelas agências governamentais seria superior. No entanto, foram as mulheres Waanyi que determinaram o desenvolvimento do projeto<sup>51</sup>. Para estas mulheres, as histórias passadas de forma oral eram entendidas enquanto herança, conforme os locais que se pretendiam registar como tal. Neste caso, o próprio ato de transmissão das histórias e tradições de forma oral era em si património. Assim, reconhece-se que o património tem de ser vivido para ser património, ou seja, uma experiência. Realça-se assim a importância da memória enquanto ferramenta de assegurar uma consciência de identidade cultural<sup>52</sup>.

A posição, por vezes despreocupada, tomada face ao património é, em parte, influenciada por lacunas existentes no sistema de ensino, onde tem vindo a diminuir não só a educação artística, como o conhecimento da história<sup>53</sup>. No entanto, como exposto acima, o

---

<sup>50</sup> SMITH, Laurajane, *Uses of Heritage*, p. 44

<sup>51</sup> SMITH, Laurajane, *Uses of Heritage*, p. 45

<sup>52</sup> SMITH, Laurajane, *Uses of Heritage*, p. 47

<sup>53</sup> CALADO, Margarida, “Educação artística e respeito pelo património histórico”, in *Revista Matéria-Prima*, vol. 3, 2015, (20-26), p. 24

impacto do ensino nos alunos em nada altera a situação se a própria comunidade não se identificar com o património em questão. Se for esse o caso, não há interesse na conservação do mesmo.

Neste sentido, acredito que uma das opções possíveis para a reversão deste processo de perda de uma “consciência patrimonial” e para a conservação de uma identidade cultural, seja a criação de rotas e de roteiros turísticos como meio de inventariação, estudo e divulgação informada do património existente, reconhecendo e dando a conhecer a evolução histórica da sociedade, sem excluir o valor patrimonial do legado artístico-cultural. Assim, o roteiro que proponho, para além de se rever nestes objetivos, apresenta características que o tornam mais acessível aos visitantes. Com efeito, é possível realizá-lo em cerca de duas horas, sem custos associados nem marcação prévia para a realização do mesmo. Neste percurso pela arquitetura de século XX, mais precisamente de Estado Novo, na cidade de Castelo Branco selecionaram-se vários espaços de função pública, que ainda possuem as funcionalidades de origem e integram a malha urbana da cidade contemporânea, nunca deixando de ter um impacto visual na mesma. São eles, por ordem cronológica: a filial da Caixa Geral de Depósitos (1939-1941), Liceu Nuno Álvares (1941-1946), o Cineteatro Avenida (1950-1954), a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1957-1959) e o Tribunal Judicial (1965-1969). É projetado para vários públicos: para o indivíduo que esteja apenas de passagem pela cidade, para o visitante com gosto por conhecimento histórico e artístico e para os próprios munícipes, que por vezes não (re)conhecem o seu património.

Desde os finais do século XIX que o universo da arquitetura no contexto europeu vem a sofrer transformações específicas, reflexo de uma sociedade alterada por crises económicas, políticas e sociais, que se fazem acompanhar de uma alteração de mentalidades. De braço dado com a arquitetura, marca presença a engenharia com o uso do ferro e do vidro, que apesar de fazer parte de um processo de modernização, prolongou um pensamento de cariz romântico e marcado ecletismo. A influência do movimento artístico *art nouveau* é visível nas primeiras décadas do século XX em expressões artísticas como as artes decorativas<sup>54</sup>. Inovações como o betão armado, que ocupam lugar no pós-Primeira Guerra Mundial, estimulam cada vez mais uma abordagem funcionalista dos problemas arquitetónicos, bem como uma aproximação à linguagem moderna, que nas artes decorativas se representa em

---

<sup>54</sup> NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto Português Do Século XX*, vol. I - Dissertação, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 12

elementos geométricos nas fachadas e na própria projeção de volumes<sup>55</sup>. O momento da viragem do século em Portugal foi preenchido, no universo da arquitetura, com a abertura de novas avenidas em Lisboa, a escolha do pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris; a presença de materiais como o ferro em estruturas como o Elevador de Santa Justa, o que revela não só um ecletismo por parte dos nomes do mundo da arquitetura portuguesa, como também uma maior aproximação entre a arte e a técnica.

O início do século XX português demarca-se por uma divisão entre uma linguagem clássica – representativa da forte influência da escola francesa – e uma preferência pelo “tradicional”<sup>56</sup>, ou seja, a busca por um modelo arquitetónico próprio, reflexo da nação, o que se espelha nas habitações burguesas dos latifundiários da província com um revivalismo do “estilo de D. João V” (século XVIII)<sup>57</sup>.

As instabilidades políticas vividas em Portugal desde o final da Primeira Guerra Mundial, em conjunto com o insucesso da Primeira República e com o golpe de Estado Militar de 28 de maio de 1926, provocam a ascensão de António Oliveira Salazar ao poder em 1932 enquanto Presidente do Conselho de Ministros - é o início do Estado Novo<sup>58</sup>. Surge na mesma onda europeia que percorre países como a Itália, a Espanha e a Alemanha, nos quais se erguem governos de cariz totalitário. Apesar de se encaixar em determinados aspetos desta vertente política, como é o caso da sua faceta intervencionista, antiliberal e antissocialista, o governo de Salazar detém traços específicos que convergem para a sua originalidade no quadro das ditaduras modernas. Desenvolve-se em torno de uma dualidade de interesses que constituem a base política e socioeconómica de apoio do regime: ora a criação de um estado de valores ruralistas e tradicionalistas, ora o desenvolvimento de um Estado financeiramente forte e estável com capacidade de estimular o progresso material do país. Componente desta dualidade foi a política de obras públicas, na qual a modernização, a par do tradicionalismo conservador, teve expressão<sup>59</sup>. Impulsionada por personalidades como António Oliveira Salazar (presidente do conselho de ministros) e Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas

---

<sup>55</sup> NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto ...*, pp. 14/15

<sup>56</sup> NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto ...*, pp. 13/14

<sup>57</sup> NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto ...*, p. 15

<sup>58</sup> GOMES, Fernanda Maria Veiga, “Os Municípios e a Expansão do Ensino Liceal no Estado Novo”, in, *Revista Interações*, nº.28 (pp.68-84), 2014, p. 70

<sup>59</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura e «renascimento nacional»”, in *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, vol. 15, nº1, (pp.100-113), 2017, pp. 100/101

e Comunicações, será a “nova geração”<sup>60</sup> de arquitetos formados ao longo das duas primeiras décadas do século que levarão a cabo este projeto<sup>61</sup>. Segundo nos diz Gonçalo Moniz, a história da arquitetura do Estado Novo é facilmente dividida em três fases: entre 1930 e 1933 destaca-se a entrega direta de obras a arquitetos, o lançamento de concursos públicos e a ação pontual e pouco metódica de alguns gabinetes ministeriais (escolas e correios); 1933 a 1938 dá-se o arranque deste novo governo juntamente com a reorganização do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para que seja possível dar aso aos vários projetos que iriam erguer a rede de equipamentos públicos. Por último, de 1938 a 1940, regista-se um envolvimento da propaganda do regime no trabalho dos arquitetos que tinham vindo a colaborar com este, podendo ser considerado por alguns como “o primeiro momento de construção consciente de uma imagem arquitectónica e artística para o Estado Novo”<sup>62</sup>. São diversas as edificações provenientes da política de Obras Públicas: “surgem as escolas dos centenários, os edifícios para os CTT, os bairros económicos, mais adiante as obras da Caixa Geral de Depósitos, os Liceus, as Universidades, as pousadas, os quartéis, as cadeias, os hospitais”<sup>63</sup>. Mesmo com a criação de uma rede nacional de edifícios públicos, o regime português não

“determinou com exatidão um receituário arquitectónico. Sabia, sim, o que não queria: uma arquitetura percecionada como apátrida e desnacionalizadora, encarada como desacuada ao clima, à paisagem e ao carácter do país”<sup>64</sup>.

Conhecidos como *caixotes*, os edifícios de betão armado com fachadas limpas apenas apetrechadas com janelas rasgadas pela horizontal, refletem a influência da *Art Déco* e integram a realidade arquitectónica do país nos anos 30, porém, oficialmente a produção arquitectónica quer-se “dentro da nossa época, mas simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima”<sup>65</sup>. Pressupõe-se assim, “uma nova arquitetura que, sem desdenhar as lições do

---

<sup>60</sup> Podem-se destacar os nomes de Porfírio Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo e Luís Cristino da Silva, que apesar de integrarem uma formação de matriz classicizante, serão os impulsionadores de uma produção arquitectónica bastante próxima da vanguarda europeia, sem descartarem por completo o tradicional. - NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto ...*, p. 15

<sup>61</sup> NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto ...*, p. 15

<sup>62</sup> MONIZ, Gonçalo Canto, “Arquitetos e Políticos. A Arquitectura institucional em Portugal nos anos 30”, in *DC PAPERS, revista de crítica y teoría de la arquitectura*, nº12, 2005, pp. 71/72






<sup>63</sup> FERNANDES, José Manuel, PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Arquitectura Do Fascismo em Portugal”, in, Colóquio sobre o Fascismo em Portugal, *O fascismo em Portugal: actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1982, p. 545

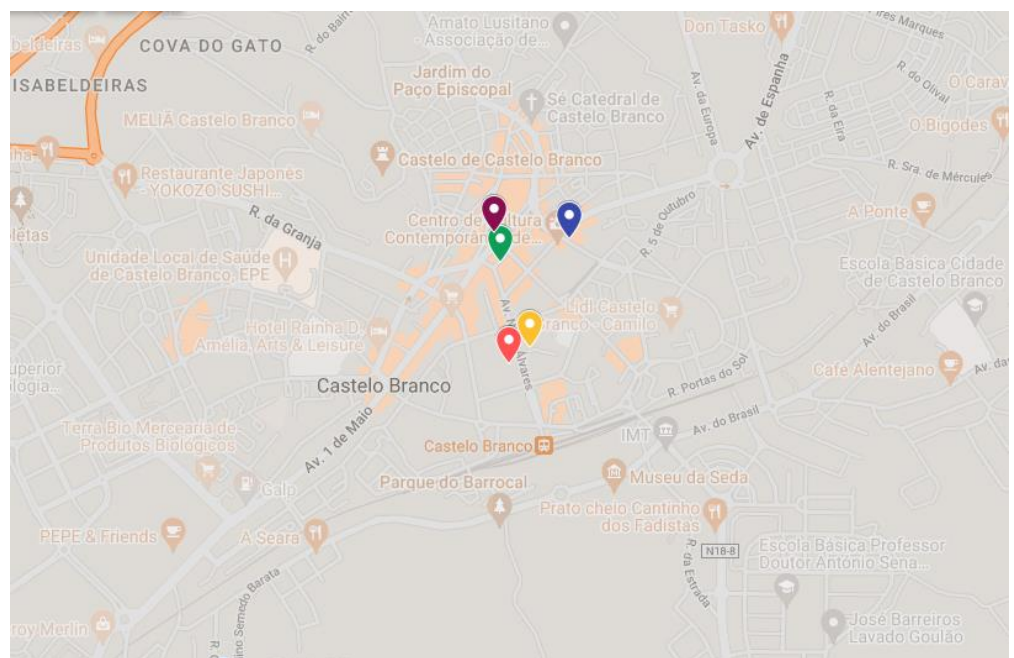
<sup>64</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura ...”, p. 106

<sup>65</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura ...”, p. 106

passado e o carácter do próprio povo português, vai procurando uma expressão própria, que seja, ao mesmo tempo, da nossa época e da nossa nacionalidade”<sup>66</sup>. A paisagem arquitetónica portuguesa, que aos poucos integra o *estilo internacional*, vê-se sujeita a um *reaportuguesamento*<sup>67</sup> da mesma, ora através de revivalismos, ora através de abordagens regionalistas - identitárias da diversidade cultural do país - identificadas pela historiografia como estereótipos dos ideais conservadores impostos pelo governo<sup>68</sup>.

O roteiro a apresentar norteia-se não de forma cronológica, mas antes pela proximidade geográfica e facilidade de acesso: Liceu Nuno Álvares, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Edifício da Caixa Geral de Depósitos, Tribunal Judicial e por fim, o Cineteatro Avenida. Os subcapítulos que se seguem (3.1; 3.2; 3.3; 3.4; e 3.5) são o resultado de uma vasta recolha e tratamento de informação com origem na busca e interpretação de bibliografia específica, interpretação de plantas dos edifícios (recolhidas no Arquivo Municipal de Castelo Branco) e na informação retirada aquando da visita aos mesmos.

-  Escola Secundária Nuno Álv...
-  Igreja de Nossa Senhora de ...
-  Balcão da Caixa Geral de De...
-  Tribunal Judicial de Castelo ...
-  Cineteatro Avenida



Mapa 1 – Disposição do roteiro na cidade.

<sup>66</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura ...”, p. 106

<sup>67</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura ...”, p. 106

<sup>68</sup> BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura ...”, p. 110

### 3.1. ESCOLA SECUNDÁRIA NUNO ÁLVARES/ LICEU NUN'ÁLVARES

Desde cedo que o regime de Salazar revela uma “clara vontade política de controlo e redefinição da função social, pedagógica e formativa do ensino liceal”<sup>69</sup>. A obra educativa é entendida enquanto ferramenta moldadora de um novo imaginário nacionalista que se tenta alcançar através de novos planos de estudo, de programas de ensino, de organização pedagógica e administração, estrutura curricular, manuais e calendário escolar, a própria arquitetura e o espaço físico<sup>70</sup>. O investimento na construção e melhoramento de grande parte dos edifícios liceais deve ser analisado tendo em conta o quadro ideológico desenvolvido. Este pautou-se pela “interiorização de um modelo de sociedade unificado no plano político, simbólico e cultural”<sup>71</sup>, pela vocação tradicional do liceu visando uma formação moral e cultural, pela dualidade entre o ensino técnico/liceal como elemento estrutural da arquitetura do sistema educativo - é o assumir do “controlo de um aparelho ideológico capaz de espelhar em termos arquitectónicos, pedagógicos e simbólicos a mistificação do seu «desígnio histórico»”<sup>72</sup>.

Cria-se em setembro de 1928 a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário (JAEES), o primeiro organismo de administração pública para a construção, adaptação e recuperação dos edifícios liceais<sup>73</sup>. Competia à JAEES

“administrar um empréstimo de 40 mil contos, amortizável num prazo de 25 anos, contraído pelo governo junto da Caixa Geral de Depósitos e «destinado à construção de edifícios para o funcionamento dos liceus, à conclusão dos já iniciados e as grandes reparações daqueles em que os referidos estabelecimentos de ensino funcionam, e que constituem pertença do Estado, e bem assim à aquisição de mobiliário e material didáctico e às despesas de instalação das Residências de estudantes»”<sup>74</sup>.

Em 1933 a JAEES passa a ser tutelada pelo recém-criado Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), sob decisão de Duarte Pacheco, começando aqui a “mudança de identidade” da mesma. Substituem-se membros, publica-se um segundo

---

<sup>69</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo – Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa: Educa, 2003, p. 59

<sup>70</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 59

<sup>71</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 60

<sup>72</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 60

<sup>73</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 62

<sup>74</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 62



regulamento e altera-se a sua denominação para Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS)<sup>75</sup>. Deve-se a esta instituição a responsabilidade da edificação dos Liceus e das Escolas Técnicas até ao fim da década de 60<sup>76</sup>. Fernando Marques consegue distinguir quatro períodos de atuação desde a criação inicial da JAEES até à extinção da JECTS em 1969: *Os primeiros passos* (1928-1937), que corresponde à instalação e atuação da JAEES e a sua substituição pela JECTS, terminando com a conclusão das obras dos edifícios liceu lançadas no início dos anos 30; *O tempo forte dos Liceus* (1938-1952), em grosso modo é o *Plano de 38*, dando-se a materialização em espaço escolar dos valores estéticos e ideológicos vigentes; *O lugar às Escolas Técnicas* (1952-1958), é dada primazia às instalações para o ensino técnico, simplificando-se e normalizando-se os projetos; e por fim, *O retorno aos Liceus* (1958-1969), constitui-se da implementação de um segundo programa - Plano 58 - que tem um olhar menos endroutinador e mais pragmático no que diz respeito às políticas de construção escolar<sup>77</sup>.

Orientado pela política de espírito e pela política de obras públicas – desenvolvidas pelo Estado Novo com o intuito de “controlo e formação das «consciências»<sup>78</sup>-, o *Plano de 38* tinha dois objetivos: edificar 10 novos liceus completos, e de seguida definir quais as intervenções necessárias em 13 edifícios liceais já existentes. Ocorreram implicações que dificultaram o triunfo deste plano, ficando apenas concluído em 1952. Servem de exemplo as sucessivas alterações e adiamentos provocados pela escassez de matéria-prima, a dificuldade em garantir mão-de-obra e transportes em algumas regiões do país, assim como o aumento dos preços da construção e do mobiliário após o estalar da II Guerra Mundial<sup>79</sup>.

Compõe-se a equipa de arquitetos da JCETS com personagens como José da Costa e Silva, José Sobral Blanco, António José Pedroso e Francisco Costa Assis<sup>80</sup>. Coube ao primeiro a projeção do Liceu Nun’Álvares.

Em 1914, instalado no antigo Paço Episcopal, o liceu sofre obras de adaptação passando a usufruir de novas instalações, entre as quais, onze salas de aula,

---

<sup>75</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 66

<sup>76</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, pp. 68

<sup>77</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 78/79

<sup>78</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 69

<sup>79</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, pp. 70/71

<sup>80</sup> ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *ARQUITECTURA ESCOLAR: O Edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012, p. 300

“uma sala de Desenho, um museu de História Natural, laboratório de Físico-Química, biblioteca, reitoria, secretaria, salas para pessoal docente e discente, arrecadações, salas de apoio ao laboratório, posto meteorológico, pátios para recreios das alunas e dos alunos”<sup>81</sup>.

A participação de Portugal na Grande Guerra desagua num contexto social de pobreza e fome que se agravou com a gripe pneumónica, conduzindo assim a um decréscimo da população estudantil: de 361 alunos o liceu em 1923 passa a ter 236. Em 1934 o MOPC fixa a obrigatoriedade a todas as câmaras do levantamento de plantas topográficas para até 1937 serem elaborados planos gerais de urbanização, influenciando a escolha da localização da maioria dos liceus, com o intuito de desenvolver novas áreas de crescimento urbano das cidades. Quatro anos passados, com a implementação do *Plano de 38*, surge a construção de raiz de um edifício liceal em Castelo Branco, sendo este justificado “pela JCETS pelo facto do edifício do antigo Paço Episcopal, que se encontrava em parte arruinado e a necessitar de grandes obras de adaptação e de reconstrução, não o permitir, pela sua inclusão no interior da malha urbana”<sup>82</sup>.

Através do Programa Geral para as Elaboraões dos Projectos dos Liceus, publicado em 1941 no primeiro *Relatório dos Trabalhos Realizados – 1940*, define-se e reflete-se

“a representação espacial da organização curricular do ensino liceal, estabelecendo a natureza e as características dos vários serviços de um liceu, organizando os liceus em grupo de serviços administrativos, grupo de serviços escolares, grupo de serviços especiais, grupo de serviços de educação física, serviços de comunicação e diversos. A concepção dos edifícios liceus deveria garantir a separação dos sexos, nos liceus mistos, e a separação dos ciclos, em todos os liceus”<sup>83</sup>.

Pressupõe edifícios de dois pisos (eventualmente três), constituídos por novos espaços que se ajustam às exigências ideológicas e curriculares. Introduzem-se elementos como salas de aula normais, desenho/trabalhos manuais, anfiteatro, recreio coberto e recreio ao ar livre, laboratórios e sala de ciências geográfico-naturais (espaços relativos aos serviços escolares); A biblioteca, o museu e a sala de professores, na maior parte dos casos ocupam uma posição central - situados no primeiro piso sobre o átrio de entrada -, integram os serviços especiais<sup>84</sup>; Secretaria, reitoria e direção são os serviços administrativos. O ginásio/sala de festas, o balneário e o vestiário de ginástica constituem os serviços de educação física. Por último, os

---

<sup>81</sup> Liceu Nun' Álvares, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216) – Visitado a 04.06.2021 às 10H00

<sup>82</sup> Liceu Nun' Álvares, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216) – Visitado a 04.06.2021 às 10H00

<sup>83</sup>ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *ARQUITECTURA ESCOLAR...*, p. 302

<sup>84</sup>ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *ARQUITECTURA ESCOLAR...*, p. 303

serviços de comunicações, nada mais são que os corredores, escadarias e átrio de entrada (estes são auxiliados por arrecadações gerais, abastecimento de água, iluminação elétrica, aquecimento)<sup>85</sup>.

Além da organização espacial interior do edifício, a sua inserção urbanística também tem um forte peso. A sua localização é determinada por fatores como “situar o liceu em edifício próprio, construído segundo as normas expressas no programa da Junta”<sup>86</sup>, a “intenção de regular o crescimento dos aglomerados urbanos através do planeamento urbanístico”<sup>87</sup> e a “protecção e valorização dos edifícios públicos exigindo uma inserção urbanística privilegiada”<sup>88</sup>. O enquadramento cenográfico torna-o um objeto arquitetónico representativo, no sentido em que o liceu se projeta “como um pólo dominante de desenvolvimento urbano e um lugar privilegiado de investimento visual, social e cultural”<sup>89</sup>, não só pela sua posição pedagógica e imposição arquitetónica, mas também porque “as medidas de salvaguarda do património arquitectónico postas em prática pelo Estado Novo, previam a existência de zonas de protecção de edifícios públicos”<sup>90</sup>. Assim, o liceu é implantado na Avenida Nuno Álvares Pereira, rasgada nos anos 30<sup>91</sup>.

De tipologia mista com 16 turmas<sup>92</sup>, o Liceu forma-se a partir de uma planta simétrica composta, que resulta da articulação de vários corpos. A fachada principal, orientada a Este com entrada pela avenida, ao estar ligeiramente recuada face às duas alas laterais que lhes são perpendiculares, projeta a ideia de uma planta em U com muito pouca profundidade. Em eixo com a entrada principal desenrola-se o ginásio/salão de festas<sup>93</sup>, que segundo Fernando

---

<sup>85</sup>ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *ARQUITECTURA ESCOLAR...*, p. 302

<sup>86</sup>MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 112

<sup>87</sup>MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 112

<sup>88</sup>MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 112

<sup>89</sup>MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 113

<sup>90</sup>MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 112

<sup>91</sup><http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/16899766> - Consultado a 02.06.2021 às 16H45

<sup>92</sup> Através do Programa Geral para a Elaboração dos Projectos dos Liceus a JCETS elaborou o Estudo da composição dos vários tipos de Liceus, no qual se enunciava a dimensão os espaços liceais tendo em conta o número de turmas, pois a quantidade de “aulas normais” era o mesmo ao número de turmas. Sendo que cada turma era calculada em 35 aluno, o Liceu Nun’ Álvares estava projetado para cerca de 560 alunos. MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 108.

<sup>93</sup> Liceu Nun’ Álvares, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216) – Visitado a 03.06.2021 às 15H10

Marques, seria um lugar de “apuramento de raça”, de princípios como o espírito militar, disciplina e vigilância do corpo: “quando metamorfoseado em salão de festas, tornava-se o templo dos cerimoniais de cunho nacionalista, sagrado desde o dia da própria inauguração oficial do edifício”<sup>94</sup>. As alas laterais, paralelas ao ginásio, formam dois pátios e consequentemente zonas de recreio coberto<sup>95</sup>. Na ponta oposta à da entrada principal, ala oeste, pertencem espaços de circulação e instalações de apoio como o balneário, vestiário de ginástica, instalações sanitárias, sala de alunas e a cozinha com a despensa<sup>96</sup>. Também o Grupo dos Serviços Administrativos – secretaria, reitoria, instalações sanitárias e direção dos ciclos – refletem o programa, pois a “localização da reitoria e serviços administrativos [fica] junto à entrada principal com ligação privativa e independente da parte escolar. O lugar do poder político-administrativo situa-se no centro da fachada principal do edifício, a parte que lhe dá carácter”<sup>97</sup>. É “nos topos da interseção dos dois corpos horizontais com as alas laterais, [que se encontram] nichos semicirculares salientes com escadas de acesso”<sup>98</sup> ao piso superior<sup>99</sup>. Neste, desenvolvem-se maioritariamente salas de aula, sendo que na fachada oeste, posicionados na mesma zona que o balneário do piso inferior, estão os laboratórios de química. Segundo Fernando Marques, a disposição interna dos espaços é reflexo de uma racionalidade funcional alicerçada na distinção e separação entre os espaços femininos e os espaços masculinos, instalando-se a meio os espaços de direção, administração e representação<sup>100</sup>.

Os edifícios que são fruto deste programa base apresentam um cariz monumentalista, reforçado por elementos historicistas<sup>101</sup>. A fachada principal, assim como as restantes, de estrutura de betão armado e alvenaria de tijolo, apresenta-se revestida de pedra granítica (tipo de rocha existente na região), o que pode ser encarado enquanto regionalismo. Por norma as fachadas eram rematadas com um frontão; aqui, foi substituído por quatro pináculos

---

<sup>94</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 108

<sup>95</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 84

<sup>96</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 84

<sup>97</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 75

<sup>98</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 83

<sup>99</sup> Ver em anexos - Figura 2

<sup>100</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 124

<sup>101</sup> Liceu Nun' Álvares, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216) – Visitado a 08.06.2021 às 10H05

piramidais de granito que demarcavam a entrada, no entanto estes já não estão presentes. É também aqui, outrora demarcado pelos pináculos, que se encontra a designação do edifício – *Liceu Nun'Álvares*<sup>102</sup>; a escolha por uma fachada depurada, estará relacionada com ideia de que

“a arquitectura escolar para não perder caracter e consequentemente beleza deve traduzir a máxima objectividade, encontrando-se hoje liberta de tais fórmulas que em época anterior tanto lhe prestaram expressão palaciana (MOPC/JCETS, 1945, *Projecto do Liceu D. João de Castro*)”<sup>103</sup>.

Ana Tostões diz-nos que é em pequenas aldeias ou cidades que as características regionalistas e de cariz rural têm mais relevo, como são o caso dos beirados e telhados fortemente acusados, cornijas e molduras dos vãos em pedra minuciosamente trabalhadas<sup>104</sup>; evidencia-se maioritariamente no Liceu uma cobertura de telhado de duas águas. As janelas que perfuram os diferentes panos deste complexo liceal são sublinhadas de parapeitos de alvenaria simples e multiplicam-se de forma simétrica na sua extensão em ambos os pisos.

Para que fosse possível cumprir com a missão de “educar a bem da Nação”, o liceu deveria incorporar atributos que caminhassem em direção a uma perfeita eficiência do ensino, entre os quais, bom mobiliário, salas de aula higiénicas (física e mentalmente), uma secretaria com boas instalações (pois é vista como o motor de toda a vida liceal), e, ora nas paredes do interior, ora nas fachadas do exterior, a gravação de pensamentos de Salazar<sup>105</sup>. O Liceu Nun'Álvares não é exceção - nos topos Oeste dos corpos perpendiculares à entrada principal, encontra-se gravado a mensagem: “A charrua penetra o solo mais que o ferro da espada; O espírito afeiçoa e transforma os homens e a natureza mais profundamente que a força material”. O *Programa geral para a elaboração dos projetos dos liceus* tem “cuidado em evitar a «mistura das idades» [gerando] espaços proibidos e vigiados [e] regiões sociais bem delimitadas”<sup>106</sup>, o que por sua vez, nada mais é que a gestão dos movimentos e liberdades, ou seja, uma “percepção fragmentada da realidade e uma vivência «policuada» das relações sociais”<sup>107</sup>. Nos casos de apenas haver uma forma de separação (como é o caso dos liceus mais pequenos), ou por idades ou por sexos, devia dar-se primazia à separação dos sexos – é o

---

<sup>102</sup> Ver em anexos – Figura 3

<sup>103</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 120

<sup>104</sup> TOSTÕES, Ana, *Arquitectura do século XX: Portugal*, Centro Cultural de Belém, 1997, p. 36/37

<sup>105</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 141

<sup>106</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 124

<sup>107</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo ...*, p. 125

que acontece no Liceu Nun'Álvares, aqui encontramos espaços designados de “sala das alunas”<sup>108</sup>.

Cinco anos após o começo das obras, a dois de maio de 1946, decorre a sessão de inauguração do novo edifício do Liceu Nun'Álvares. Nela participam personalidades como o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, o reitor do Liceu e o Ministro das Obras Públicas e Comunicações. José Lopes Dias, conterrâneo de Castelo Branco, nascido no concelho de Penamacor, foi destacado pelo reitor como cronista desta abertura solene. Ao longo da crónica o homem beirão é personificado de herói, pois “com razão se diz que o instinto beirão faz terra das pedras”<sup>109</sup>; é um homem vinculado ao amor que tem pela sua terra,

“nenhum beirão da Beira Baixa gosta mais de outra qualquer província ou de outro qualquer País, mais que da [sua] província e que do [seu] País, não por decorativo sentimentalismo, não por simples exibição verbal, nem por dever apenas, mas por outro elo mais forte e profundo, este amor estranho no sangue e na alma, mensagem de antepassados, que cada um deseja transmitir, se puder ser, acrescentado às futuras gerações”<sup>110</sup>.

Visto como um instrumento espiritual, o Liceu é instrumental na renovação de ideais assim como na transmissão da ética, tornando-se “o ambiente apropriado ao mais exigente dos deveres sociais, a educação da juventude”<sup>111</sup>. Coincidiu com este dia a *Romagem da Saudade* que reuniu centenas de antigos estudantes atraídos pelo “magnetismo intelectualista duma verdadeira *alma mater*”<sup>112</sup>. José Lopes Dias afirma sem dúvida alguma que o novo edifício do Liceu, apetrechado “com boas salas, anfiteatros, laboratórios, biblioteca, ginásio, cantina e recreios”<sup>113</sup>, será “enfim, o que deve ser, no futuro de Portugal, uma oficina de almas!”<sup>114</sup>.

---

<sup>108</sup> MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo* ..., p. 124/125

<sup>109</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: discurso pronunciado a 2 de Maio de 1946, na sessão de inauguração do novo edifício do Liceu de Nun'Álvares, em Castelo Branco*, Composto e Impresso na Tip. da Papelaria Fernandes – Praça do Brasil, Lisboa, 1946, p. 6

<sup>110</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: ...*, p. 7

<sup>111</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: ...*, p. 7

<sup>112</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: ...*, p. 12

<sup>113</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: ...*, pp. 12/13

<sup>114</sup> DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: ...*, p. 15



### 3.2. IGREJA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Ao longo do século XX Portugal assiste à construção de centenas de igrejas e capelas de Norte a Sul, no entanto, a maior parte não pertence ao tempo da I República, corolário da forte perseguição feita à Igreja Católica a partir do 5 de outubro de 1910. As décadas que se seguem são marcadas por reconfigurações sociais e culturais que, inevitavelmente, deixam marca na arquitetura. A produção de arquitetura religiosa, no começo do século XX começou por dar preferência aos modelos historicistas e com gosto pela cultura romântica que seguia caminho desde o século XIX<sup>115</sup>. Apenas com o golpe militar de 28 de maio de 1926 é que Portugal retoma a tolerância pela Igreja Católica, erguendo-se novos edifícios de culto. A ascensão política de Salazar foi aceite com fortes expectativas pelos fiéis, pois enquanto católico e amigo do cardeal Cerejeira, mostravam-se extensas e possíveis as garantias, não só de respeito como de proteção e liberdade de ação, que oferecia à Igreja. Esta *pax salazarista*, após décadas de choque com as políticas liberais e republicanas, proporciona à Igreja um ambiente favorável à sua restauração interna como ferramenta de “re Cristianização” da sociedade<sup>116</sup>. Em 1930, com o estabelecimento de um regime de partido único (União Nacional), há uma forte intenção de mostrar que este é um tempo de estabilidade e crescimento, opondo-se à instabilidade vivida durante a I República. Assim, “fez uso da expressão comunicativa da arquitetura para dar visibilidade concreta do corte com o passado recente, dando assim início a uma nova vaga de obras públicas e privadas que, procurando representar esse tempo novo, tornaram possível o desenvolvimento da linguagem modernista em Portugal”<sup>117</sup>.

A produção de arquitetura religiosa não se afasta deste processo, e exemplo da influência modernista no espectro religioso em Portugal é a Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa (1938), projetada por Porfírio Pardal Monteiro: apresenta uma “feição depurada e geometrizada, assumidamente modernista, contrariando a sua expressão interior formalmente conservadora, numa provável cedência a algum revivalismo gótico presente no gosto dos promotores”<sup>118</sup>. O fim do modernismo arquitetónico, até então promovido pelo próprio

---

<sup>115</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa em Portugal: Séculos XX e XXI” (pp. 117-139), in, *MASF Journal*, nº02, Museu Nacional de Arte Sacra do Funchal, 2019, pp. 118/119

<sup>116</sup> SIMPSON, Duncan, “A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar”, in, *Locus: revista de história*, Juiz de fora, v.18, nº1, (pp.89-110), 2012, p. 91

<sup>117</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 120

<sup>118</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 122



estado, vê o início do seu fim logo em 1940 com a Exposição do Mundo Português. Neste período, enquanto a Europa vive uma II Guerra, Portugal dá aso à “criação de modelos arquitetónicos de raiz historicista e ideológica, considerados verdadeiramente nacionais”<sup>119</sup>. Promove-se apenas uma arquitetura que espelhe o espírito português, agora definido pelo regime. Fecham-se assim as portas à arquitetura moderna, o que vai interromper o recém-iniciado renascimento da arquitetura religiosa, que “Teria agora de se conformar com os modelos tradicionais e revivalistas defendidos pelo Estado Novo”<sup>120</sup>.

A vitória dos aliados permitiu a reconstrução da Europa com base no *Estilo Internacional*, no qual se afirmava uma linha de pensamento que consagrou a mentalidade funcionalista e racionalista do Movimento Moderno; no entanto, em Portugal, “os arquitetos viviam presos à «cenografia nacionalista»”<sup>121</sup>. Deve-se aqui salientar a importância do Primeiro Congresso dos Arquitetos Portugueses (1948), pelo qual se traz a público as contestações pelos profissionais, entre as quais, o “direito de fazer livremente arquitetura moderna”<sup>122</sup>. No universo da produção arquitetónica religiosa, é de sublinhar o nome de Nuno Teotónio Pereira enquanto figura central da renovação da arquitetura religiosa em Portugal: rejeita “«a imposição, ou sequer a sugestão, de qualquer subordinação a estilos arquitetónicos»”<sup>123</sup>, dizendo que “«o portuguesismo da obra de arquitetura não pode continuar a impor-se através de imitação de elementos do Passado»”<sup>124</sup>. Da mesma opinião, de que não se devia condenar o modernismo no mundo religioso, o Cardeal D. Manuel Cerejeira afirma que

“não só a Igreja não condena o moderno, mas o acolheu em todos os tempos. Pois não foram modernas em seu tempo as obras consagradas do passado? [...] Pelo que nasceria morta a arte que se limitasse a contrafazer este ou aquele estilo, a copiar qualquer forma, seja já usada e gasta, com nota de modernidade”<sup>125</sup>.

O reconhecimento e denúncia do “atraso” no domínio arquitetónico em Portugal, em 1952, iniciam um novo capítulo quando João de Almeida, jovem estudante da área, regressa

---

<sup>119</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 123

<sup>120</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 123

<sup>121</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 124

<sup>122</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 124

<sup>123</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 124

<sup>124</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 124

<sup>125</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 126

dos seus estudos em Paris e da sua passagem pela “Suíça alemã, região em que a renovação da arquitetura religiosa acontecia com grande intensidade e onde se encontravam em construção numerosas igrejas católicas e protestantes”<sup>126</sup>. Traz consigo diversas imagens e relatos por ele registados que os seus colegas entusiasmadamente recebem, desejosos de conhecer a moderna arquitetura religiosa que se impunha pela Europa: destacam as igrejas suíças que criaram um novo “funcionalismo litúrgico”<sup>127</sup>. A par do que se passava na Europa, em Portugal também se manifestou a mesma vontade de repensar a arquitetura religiosa. Nasce em 1952 o Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR), sendo responsável em 1953 pela 1ª Exposição de Arquitetura Religiosa Contemporânea. O Movimento compunha-se por nomes como Nuno Teotónio Pereira, João de Almeida, Nuno Portas, Manuel Cargaleiro, entre outros, e tinha por objetivo “dotar os edifícios religiosos em Portugal de maior qualidade plástica e de maior dignidade, defendendo a execução de obras de arte sacra (arquitetura, pintura, artes plásticas, escultura) por artistas competentes, opondo-se aos modelos tradicionalistas e revivalistas, e seguindo o espírito do Movimento Litúrgico”<sup>128</sup>.

O funcionalismo era uma das grandes preocupações do MRAR, assim,

“todo o espaço litúrgico é orientado para o altar, a peça central e dominante. Procura-se que o espaço seja amplo e liberto de obstáculos à visão e a assembleia coloca-se mais próxima, rodeando o altar. Esta aproximação permite uma participação mais ativa das pessoas, no entanto, não pode por em causa a hierarquia do espaço litúrgico e continua a ser clara a distinção entre o espaço dos celebrantes e o espaço dos fiéis”<sup>129</sup>.

Neste sentido, adotou-se um despojamento decorativo para que fosse possível o destaque do altar; defendem a “autenticidade” dos materiais e técnicas construtivas – recorrem ao “betão, tanto na estrutura como no revestimento/textura, conjugado com a madeira, a cerâmica e o reboco branco”<sup>130</sup>. Também os elementos decorativos como esculturas, tapeçaria, vitrais, painéis de azulejo e pinturas são reduzidos, e os existentes são cuidadosamente estudados<sup>131</sup>.

---

<sup>126</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 128

<sup>127</sup> CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa ...”, p. 127

<sup>128</sup> CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos Contemporâneos – Análise Morfológica*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada ao Técnico de Lisboa, junho de 2016, p.34

<sup>129</sup> CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos ...*, p. 37

<sup>130</sup> CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos ...*, p. 37

<sup>131</sup> CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos ...*, p. 37

A Igreja de Nossa Senhora de Fátima, situada na Avenida Nuno Álvares, compõe-se por algumas das características defendidas pelo MRAR.

Inaugurada a 10 e 11 de junho de 1959, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima é apelidada pelos locais como Igreja dos Fradinhos devido ao facto de padres e noviços usarem um hábito comprido e negro em vez de castanho (integram a Congregação do Santíssimo Redentor). De nave única com estrutura ogival<sup>132</sup>, o seu interior é amplo e maioritariamente iluminado por um vitral principal<sup>133</sup> situado acima das portas de entrada. Este é representativo do seu oráculo – com diferentes tons de azul contrastados com amarelos, verdes e roxos, somos contemplados com a aparição de Nossa Senhora de Fátima aos três pastorinhos. Este vitral, em conjunto com os vitrais representativos dos Mistérios, foi colocado entre 2008 e 2010; antes eram apenas vidros normais, baços, que apesar de não permitirem a visibilidade para o interior, era permeável a passagem da luz natural. No seguimento da prática do despojamento decorativo, o interior é apetrechado com cruces metálicas encrustadas em madeira representativas das 14 estações da Via Sacra<sup>134</sup>. A sua leitura inicia-se do lado da epístola (lado esquerdo, no sentido altar – porta), onde se encontram sete estações, e continuam as restantes sete no lado do evangelho (lado direito, no sentido da porta – altar). As cruces teriam sido colocadas há cerca de 40 anos, não pertencendo à construção da Igreja; segundo o Sr. Padre essas seriam bem mais simples, apenas identificando a estação sem qualquer representação iconográfica da cena. Ainda como preenchimento do interior, de forma funcional e decorativa, existem vitrais<sup>135</sup> representativos dos Mistérios<sup>136</sup>: do lado da epístola os Mistérios Gloriosos (que se leem no sentido da porta para o altar), e do lado do evangelho os Mistérios Gozosos (que se leem no sentido do altar para a porta). À imagem do vitral principal, são também compostos por cores incidentes nos tons de azul, verde, amarelo e roxo com destaques a vermelho. Impermeáveis à visão exterior, permitem a entrada de luz natural para iluminação do interior, e conseqüentemente têm uma função decorativa e educativa. A procura pelo funcionalismo do espaço interior resulta na criação de um espaço amplo e liberto de obstáculos, que permite uma participação mais ativa das pessoas, não deixando, no

---

<sup>132</sup> Ver em anexos – Figura 4

<sup>133</sup> Ver em anexos – Figura 5

<sup>134</sup> Ver em anexos – Figura 6

<sup>135</sup> Os vitrais representativos dos Mistérios estão intercalados com as cruces representativas da Via Sacra.

<sup>136</sup> Ver em anexos – Figura 7

entanto, de haver distinção entre o espaço dos celebrantes e o espaço dos fiéis<sup>137</sup>. Neste caso, como mencionado acima, a tentativa de destaque do altar é conseguida através não só da sua forma ogival, mas também porque este se mostra reduzido em relação ao resto da igreja. Inserido numa abside de forma ogival<sup>138</sup>, destaca-se pela sua simplicidade: é iluminado por oito vitrais (quatro de cada lado), ao fundo encontra-se a imagem de Cristo crucificado e por baixo um sacrário. No lado da epístola encontra-se uma imagem do Imaculado Coração de Maria<sup>139</sup> (devoção que ganhou destaque com as aparições de Nossa Senhora de Fátima), e no lado do evangelho, uma imagem de S. José<sup>140</sup>, que na sua mão direita segura cristo em criança, e na mão esquerda um serrote. O espaço dos fiéis corresponde a duas fileiras de bancos que pertencem à construção da igreja.

Adjacente à igreja está uma casa que na sua origem servia de alojamento aos alunos do seminário da Congregação do Santíssimo Redentor. Atualmente funciona como moradia para os quatro padres de serviço. Do lado oposto à casa, está a torre sineira, toda branca e depurada de elementos, apenas com uma frecha vertical entaipada com vitral. No exterior celebra-se o 50º aniversário da Congregação do Santíssimo Redentor na cidade. Marcam presença em Castelo Branco desde “30 de Junho de 1952, sendo [na altura o] Bispo da diocese D. António Ferreira Gomes, na chamada “Casa Venâncio”, com 5 membros (3 espanhóis e 2 portugueses). Frades eram eles, mas pela sua simplicidade e espírito de pobreza cativaram depressa a amizade da população que passou a designá-los “fradinhos””<sup>141</sup>.

---

<sup>137</sup> CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos ...*, p. 36

<sup>138</sup> Ver em anexos – Figura 8

<sup>139</sup> Ver em anexos – Figura 9

<sup>140</sup> Ver em anexos – Figura 10

<sup>141</sup> “Redentoristas há 50 anos na cidade”, in *Reconquista*, Castelo Branco, 21 de junho de 2002, p. 22. Disponível em <https://www.fatima.pt/pt/locations/igreja-n-s-fatima-castelo-branco> - Consultado a 18.11.2021 às 11H15



### 3.3. FILIAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Criada em 1876, à imagem da *Caisse Générale des Dépôts et Consignations* francesa, a Caixa Geral de Depósitos tinha como objetivo inicial acolher as poupanças privadas, assim como os depósitos por lei exigidos, tanto para fins judiciais, fiscais ou administrativos, tendo em vista um uso “produtivo” dos recursos gerados. Rapidamente a instituição cresceu e ocupou uma posição de destaque entre as diferentes instituições de aforro<sup>142</sup>, em 1909 era o banco do Estado<sup>143</sup>. Na década de 30 o panorama bancário português prendia-se por instituições como o Banco de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola, 20 bancos comerciais, companhias de crédito (nas quais se destaca a Companhia Geral do Crédito Predial Português) e dois estabelecimentos do estado: a Caixa Geral de Depósitos Crédito e Providência (CGDCP) e a Caixa Económica Postal. Existiam ainda 50 casas bancárias e banqueiros, cerca de 25 caixas económicas e duas filiais de instituições estrangeiras: O *Bank of London & South America* e o *Crédit Franco-Portugais*<sup>144</sup>. No quadro internacional, a tendência era a de criação de organismos financeiros (serve de exemplo a Itália com a criação do *Istituto Mobiliare*), no entanto isto não acontece em Portugal. Dado o contexto do desenvolvimento bancário, o necessário é “reformá-[lo] à luz dos objetivos e necessidades do momento”<sup>145</sup>. Há assim o “aproveitamento de uma instituição de aforro de âmbito nacional e [a] sua transformação num «banco único de desenvolvimento»”<sup>146</sup>. A opção pela Caixa Geral de Depósitos teve por base não só a sua posição já cimentada com o Estado, como também uma futura “maior facilidade em manobrar a sua administração, a qual, conquanto classificada de «autónoma», dependia do Governo num grau superior à do Banco de Portugal, que permanecia como sociedade por acções de natureza privada”<sup>147</sup>.

“Em 1929, uma série de reformas transformaram profundamente o papel económico da Caixa Geral de Depósitos, dando início a uma nova era na sua história. O principal objectivo destas modificações era converter a CGD num instrumento poderoso mas

---

<sup>142</sup> REIS, Jaime, “A Caixa Geral de Depósitos como instrumento de política económica: o período entre as duas guerras”, in, revista *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2º), pp.255-277, p. 255

<sup>143</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-1970): Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*, Coimbra: Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra, vol. 1, 2012, pp. 62

<sup>144</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, pp. 60/61

<sup>145</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.61

<sup>146</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.76

<sup>147</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.76

dócil para sustentar a política económica a implementar pelo recém-instaurado governo nacionalista-autoritário do Doutor Salazar”<sup>148</sup>.

Corolário à falta de condições dos imóveis nos quais se encontravam instalados os edifícios das agências<sup>149</sup> e filiais<sup>150</sup> da CGD, e conseqüentemente incorporado na reforma orgânica deste organismo, desenvolve-se um programa de construção de edifícios de raiz para o efeito. Desde 1929 (momento da remodelação salazarista) até 1970 (momento da publicação do novo regulamento interno), edificaram-se de raiz 21 filiais e 61 agências<sup>151</sup>. As primeiras ocuparam lugar nos 21 distritos (18 continentais e três ilhas), e as segundas distribuíram-se de forma equilibrada pelas sedes de concelho<sup>152</sup>. A construção destas sucursais permitiu o envolvimento e integração dos arquitetos recém-formados, assim como a criação e expansão de uma imagem arquitetónica para a CGDCP<sup>153</sup>.

A Filial de Castelo Branco, situada na Praça do Município, num gaveto formado pela Praça e pela Avenida Nuno Álvares, corresponde a uma das filiais edificadas nesta reforma. Com um primeiro depósito à ordem na Delegação da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco, a 30 de dezembro de 1887, esta dependência estava instalada na Repartição das Finanças da localidade. Com a intenção de instalar uma filial em Castelo Branco, no ano de 1920 a Junta Geral Distrital de Castelo Branco “disponibilizaria quatro dependências do rés-do-chão do antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre situado na Rua da Bela Vista, junto à Praça do Município”<sup>154</sup>, sendo que a mudança de instalações só se concretizou a 23 de maio do ano seguinte. Passados quatro anos, as instalações do Palácio dos Viscondes de Portalegre necessitavam de uma ampliação dos espaços do Comissariado da Polícia, que também ali tinha espaços atribuídos. Esta sucessão de eventos motivou a que a Junta Geral Distrital de Castelo Branco solicitasse à Administração da Caixa a transferência da Filial<sup>155</sup> para umas

---

<sup>148</sup> REIS, Jaime, “A Caixa Geral de Depósitos ...”, p. 256

<sup>149</sup> Agências – dependências situadas nos concelhos.

<sup>150</sup> Filial – dependências situadas nas capitais de distrito.

<sup>151</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.68

<sup>152</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.71

<sup>153</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA ...*, p.74

<sup>154</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD – Filial de Castelo Branco*, Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos, outubro de 2017, p.1

<sup>155</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD ...*, p.2

“instalações próprias que se adequassem à imagem da CGD e à qualidade dos serviços disponibilizados”<sup>156</sup>.

A 18 de outubro de 1938 o arquiteto Luís Cristino da Silva é o responsável pelo projeto e respetivo caderno de encargos para a edificação da Filial da CGD em Castelo Branco<sup>157</sup>. A obra é entregue, por via de concurso público, à empresa de José da Silva Pintassilgo, dando início aos trabalhos a cinco de dezembro. A evolução dos trabalhos não corre como esperado: denuncia-se a falta de operários na obra, assim como a fraca qualidade da pedra proposta pelo empreiteiro para as cantarias. Nestas condições, a 20 de julho de 1939, “o gerente da Filial informou o Chefe da Repartição da Secretaria da Administração da CGDCP de que os trabalhos tinham sido suspensos, tendo os operários abandonado a obra devido a divergências com o fiscal”<sup>158</sup>. Reabre-se o concurso para a aquisição de um novo empreiteiro: José Domingues d’Almeida. Do contrato celebrado, deixou-se a aquisição de materiais como “o ferro, [o] isolamento dos terraços, [a] serralharia civil, [as] ferragens, [as] canalizações de água, [o] aquecimento central, [as] instalações elétricas, [o] para-raios, [as] portas do cofre-forte, [os] balcões e [as] cabinas”<sup>159</sup>, para a gestão direta da CGDCP. A construção e embelezamento da Filial decorrem até 1941, procedendo à sua inauguração a 1 de fevereiro de 1942<sup>160</sup>.

O edifício compõe-se por quatro pisos: a cave, o rés-do chão, um piso intermédio e o primeiro andar. A cave<sup>161</sup> alberga a Casa de Crédito Popular, o arquivo, o cofre forte da CGD e o cofre forte de aluguer, uma sala de trabalho, um armazém, lavatório e vestiários e a caldeira do aquecimento central. O rés-do-chão<sup>162</sup>, divide-se no vestíbulo de entrada, na sala de atendimento ao público, o cofre forte, secretaria e gabinete do chefe, vestiários e sala de espera. O piso intermédio é o mais pequeno apenas constituído pela sala de observações e pelo gabinete do médico. O primeiro andar<sup>163</sup> (último piso) servia de residência do gerente.

---

<sup>156</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD ...*, p.3

<sup>157</sup> BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: 1929-1970*, Lisboa: Prosafeita, 2014, p.116

<sup>158</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD ...*, p.3

<sup>159</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD ...*, p.4

<sup>160</sup> GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD ...*, p.5

<sup>161</sup> Ver em anexos – Figura 11

<sup>162</sup> Ver em anexos – Figura 12

<sup>163</sup> Ver em anexos – Figura 13



Dividia-se em cinco quartos, um quarto de costura, um quarto da *creada*, wc e banho, uma sala conjunta com sala de jantar, cozinha e átrio. O acesso a este equipamento é feito pelo rés-do-chão. A fachada<sup>164</sup>, virada para a Praça do Município, destaca-se pelo letreiro identificativo no qual se lê CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CRÉDITO E PREVIDÊNCIA, alternado com motivos vegetalistas de plantas da região esculpidos em granito em baixo-relevo. As primeiras são representativas do carvalho – havia a prática da apanha da bolota para alimentação dos animais -, as do meio são de oliveira – produção de azeite e consumo da azeitona, - e as últimas da vinha – produção de vinho e consumo do fruto. Está embutida entre duas pilastras de granito que são rematadas por dois pináculos do mesmo material. O vestíbulo de entrada (que dá acesso à sala de atendimento ao público), agora apetrechado com dispositivos de multibanco, é revestido a mármore preto. Dando entrada na sala de atendimento, observa-se um revestimento das paredes por mármore coralito<sup>165</sup>, sendo a fachada lateral esquerda rasgada, na sua verticalidade, por sete janelas intercaladas com pilastras do mesmo mármore.

Das várias filiais edificadas, foram atribuídos trabalhos de cariz ornamental, de entre as quais: “Porto, Bragança, Santarém, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo, Ponta Delgadas, Visei, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Horte e Beja”<sup>166</sup>. Por norma, com exceção da filial de Beja e do Porto (a primeira é apetrechada por azulejos e a segunda por mosaicos cerâmicos), as “obras comissionadas para as dependências da Caixa são pinturas ou esculturas”<sup>167</sup>. Eram encomendados painéis pictóricos que se destinavam à sala de atendimento ao público, no rés-do-chão. Os motivos escultóricos e os baixos-relevos tendem a situar-se no exterior do edifício. Cabe ao arquiteto o lugar das artes decorativas nestes projetos, pois “é ele quem orienta a execução, autoriza o pagamento das prestações combinadas, avalia em primeira-mão o resultado final e, frequentemente, chega a sugerir ou convidar os artistas”<sup>168</sup>. No que diz respeito à temática da produção iconográfica para os edifícios da Caixa, existe uma bifurcação: universalismo e/ou nacionalismo. A sala de

---

<sup>164</sup> Ver em anexos – Figura 14

<sup>165</sup> Ver em anexo – Figura 15

<sup>166</sup> BRITES, Joana, “Amar a pátria, servir a arquitectura: Funções e programas iconográficos das «artes decorativas» nas filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência”, in (cord.) TORRAL, Luís Reis, *Estatutos autoritários e totalitários e suas representações – Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra, 2008, pp.81-98, p.82

<sup>167</sup> BRITES, Joana, “Amar a pátria, ..., p.83

<sup>168</sup> BRITES, Joana, “Amar a pátria, ..., p.83

atendimento ao público é rematada com um painel pintado por Roberto Araújo<sup>169</sup>. Terminado em 1941, o painel é representativo do distrito de Castelo Branco e das suas produções regionais. Os vários concelhos e locais são identificados por figuras que identificam alguma particularidade local. Destacam-se o Fundão que é identificado por frutas, sendo ainda bastante atual o rótulo da “cereja do Fundão”, o Cabeçudo por cachos de uvas, Cernache de Bonjardim tem um escudo e Casegas identifica-se pela ovinocultura com um rebanho de ovelhas e pastores com trajes tradicionais. Castelo Branco aparece identificado com a produção de cortiça, S. Miguel de Acha, juntamente com Oledo e Idanha-a-Nova são representados por uma mulher da lavoura vestida com trajes de trabalho que carrega cereais à cabeça e a Meimoa com uma mulher que carrega à cabeça uma jarra, provavelmente uma alusão à produção oleira. Monsanto é identificado pelo galo de prata recebido em 1938 como prémio do concurso Aldeia mais portuguesa de Portugal; a Covilhã ostenta fábricas que claramente remetem para a produção de lanifícios e Belmonte é apresentado com cabras. A fachada lateral virada para a Avenida é contornada por um pequeno jardim preenchido por canteiros que seguem a linha do edifício.

A Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência tornou-se assim “«o primeiro banco português a assumir a gama completa das actividades típicas de um banco universal – banco comercial, caixa económica e banco de investimento – ainda que separando a contabilidade, os recursos e as responsabilidades respeitantes a cada uma dessas actividades»”<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup> Ver em anexos – Figura 16

<sup>170</sup>VALÉRIO, Nuno, *História do Sistema Bancário Português*, vol. I, *Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central (1822-1931)*, p.242, in, BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-1970): Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*, Coimbra: Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra, vol. 1, 2012, p.76



### 3.4. TRIBUNAL JUDICIAL/PALÁCIO DA JUSTIÇA

Foi ainda no final da década de 40 que a construção dos Palácios da Justiça em Portugal marcou presença<sup>171</sup>. A campanha de construção dos Palácios da Justiça não se prendia apenas pela melhoria de condições dos Palácios já existentes, ambicionava também deixar perto das populações a eficácia do julgamento e a punição dos que agissem fora da lei. Neste sentido, a carga simbólica era fulcral tanto na conceção formal, como na localização<sup>172</sup>. Ao longo do ano de 1946 diversos tribunais foram inspecionados, das quais surgem relatórios detalhados:

“soalhos carcomidos, paredes esboroadas pela humidade, inexistência de gabinetes para magistrados, Salões Nobres dos Paços dos Concelhos que simultaneamente serviam Salas de Audiências, vigas de madeira a escorar tectos mal seguros, caves e sótãos onde os processos corriam o risco de perecer, quadros eléctricos inexistentes ou em situação de grave periculosidade para os utentes, corredores e escadarias exíguas, onde se atropelavam promiscuamente réus, testemunhas, agentes policiais, funcionários camarários, funcionários judiciais e público”<sup>173</sup>.

A decadência dos imóveis onde se encontravam instalados os Tribunais era uma realidade inegável, assim, desenvolve-se um programa de construção para os mesmos<sup>174</sup>. Havia uma ordem a seguir neste processo construtivo: primeiramente, após “diagnosticadas as deficiências logísticas dos Serviços de uma determinada Comarca”<sup>175</sup>, competia ao presidente da câmara formular um pedido oficial para a realização de obras. De seguida, mediante compra, troca ou cedência, era indispensável a disponibilização de um terreno, tendo este que ser aprovado ou não pelo MOP (Ministério das Obras Públicas), em consonância com as normas ditadas pelo Plano de Urbanização. Feito o pedido e designado o local, o Ministério da Justiça convidava um arquiteto para realizar o anteprojecto do novo edifício, sendo-lhe fornecido um Programa dos Serviços Internos no qual constavam as divisões internas da infraestrutura. Executado o projecto, o MJ (Ministério da Justiça) encaminhava-o para o MOP sendo sujeito a uma apreciação técnica e estética por parte do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), no qual se formava o veredito final; conforme o veredito, o MOP determinava se o MJ dava ou não ordem ao arquiteto para ou seguir com o projecto, ou para o

---

<sup>171</sup> PAIO, João Palma, *Arquitectura Portuguesa de Justiça: Os Palácios de Justiça no Período do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1996, p.45

<sup>172</sup> PAIO, João Palma, *Arquitectura Portuguesa de Justiça: ...*, p.79

<sup>173</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo: Templos de Justiça e Arte Judiciária*, Minerva: História, Coimbra, Setembro 2003, p. 85

<sup>174</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 92

<sup>175</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 94

redesenhar. Dava-se então início aos trabalhos. Por fim, o arquiteto responsável pelo projeto comprometia-se a acompanhar a obra, “coordenando esforços com o engenheiro-fiscal, sendo-lhe igualmente pedido que indicasse os artistas cujas obras gostaria de ver incorporadas no edifício”<sup>176</sup>. Este Programa dos Serviços Internos, já elaborado em meados da década de 50, tratou-se de “um instrumento conformador, que tipificando e hierarquizando os princípios estéticos e funcionais a que deveria obedecer o projecto de um Tribunal a edificar, sistematizava criteriosamente a herança recebida do período de Cavaleiro de Ferreira e traçava as linhas programáticas futuras”<sup>177</sup>. Foi uma forma de fornecer e facilitar não só a elaboração dos anteprojetos, mas também a aprovação do mesmo pelo CSOP.

Definidos os passos a seguir para a edificação destas infraestruturas, carecendo o Ministério da Justiça de um Gabinete de Arquitetura, o ministro das Obras Públicas, Cavaleiro de Ferreira, aproveitou os profissionais a serviço do MOP, que desde 1934 constituíam uma Comissão de Construções Prisionais. Quem aqui se destacava era Raul Rodrigues Lima<sup>178</sup>.

Raul Rodrigues de Lima foi “responsável pela autoria do maior número de Palácios da Justiça”<sup>179</sup>, para os quais desenvolveu dois modelos distintos. Um dos modelos era aplicado quando o edifício ocupava a totalidade de um quarteirão, impondo-lhe uma simetria dominante na maioria dos casos. Com a entrada centrada na fachada principal, revelam ser edifícios de fácil leitura. O outro modelo existe quando a localização do edifício se encontra num/a situação de gaveto. Aqui, a composição é feita por vários volumes com diferentes tamanhos, o que já não exige qualquer regra de simetria, nem sempre facilitando a leitura do mesmo. A composição funcional de ambos não apresenta grandes discrepâncias: dois pisos (apesar da obrigatoriedade de um pé-direito duplo na sala de audiências), a entrada ligada a um átrio com acesso às escadas do público que têm ligação ao andar superior; aqui estão os serviços do Tribunal. Serviços como o Registo Civil e Criminal e o Cartório Notarial, que integravam também o programa dos Palácios de Justiça, por norma tomavam lugar no piso térreo do edifício<sup>180</sup>. Esteticamente estas infraestruturas necessitavam de “uma construção

---

<sup>176</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 96

<sup>177</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 119

<sup>178</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, pp. 95/96

<sup>179</sup> PAIO, João Palma, *Arquitectura Portuguesa de Justiça: ...*, p.98

<sup>180</sup> PAIO, João Palma, *Arquitectura Portuguesa de Justiça: ...*, pp.98-100

durável, norteada para a funcionalidade destinada a utência, [e] que preferencialmente não agredisse o património já edificado em cada núcleo histórico”<sup>181</sup>. Raul Rodrigues de Lima desenvolveu características de “fusão entre o primeiro modernismo dos anos vinte e trinta e elementos neoclássicos estilizados”<sup>182</sup>, dos quais, fileiras de janelas todas elas simetricamente alinhadas (resultando num compasso horizontal do edifício), marcação vertical com pilastras adossadas e o remate das fachadas com cornijas de cantaria despojadas de frontão triangular<sup>183</sup>.

O Tribunal Judicial/Palácio da Justiça de Castelo Branco faz parte da vasta obra de Raul Rodrigues de Lima. Após a elaboração do anteprojeto em 1958, o passo seguinte seria a escolha do espaço; em dezembro de 1959 a Câmara cedeu ao Ministério da Justiça um terreno. Passados dois anos o processo de construção dá entrada no Conselho Superior de Obras Públicas, começando as obras apenas em 1965, levando a cabo o projeto inicial de Raul<sup>184</sup>. Situado na atual Alameda da Liberdade, além de ocupar uma posição de gaveto, o edifício acompanha a topografia do terreno: na fachada principal identificam-se três pisos, e na fachada traseira (virada para a Rua S. Jorge), dois. A fachada principal é visualmente orientada por janelas dispostas simetricamente que marcam a existência de três pisos<sup>185</sup>. Existe uma escadaria de aparato, feita em pedra granito (o que se repete em várias infraestruturas da cidade, pois é uma pedra local) que permite o acesso à entrada principal – e dá-lhe também destaque -, tanto pela alameda, como pela lateral do edifício, pois faz o acompanhamento do mesmo. Além de marcada pela escadaria, a entrada principal encaixa nas características de Raul: tem um contorno saliente, depurado de ornamentação, apenas identificando no topo: DOMVS IVSTITIAE e rematado com cornijas de cantaria que guardam ao centro o brasão a cidade. No piso de entrada somos recebidos num átrio revestido de mármore coralito (à semelhança do que acontece na Filial da CGD), que dá acesso, através de corredores, a salas de audiências mais pequenas destinadas a pequenos casos e a gabinetes de serviço. Por aqui tem-se passagem para um segundo átrio onde reina a escadaria principal que dá acesso ao terceiro piso. Toda em mármore branco, contrastando com o mármore

---

<sup>181</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p.106

<sup>182</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p.106

<sup>183</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p.106

<sup>184</sup> Tribunal Judicial de Castelo Branco, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=111](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=111) - consultado a 20.04.2022 às 14H20

<sup>185</sup> Ver em anexos – Figura 17

colarito das paredes, é iluminada e engrandecida por um grande vitral tripartido no qual se podem ver (do lado de dentro) as armas de Castelo Branco ao centro, à esquerda a espada e à direita a balança. No terceiro piso encontra-se a sala de audiências principal (especialmente maior) e a segunda maior. O piso inferior/cave, o qual se reconhece através da última fiada de janelas na fachada principal, guarda corredores preenchidos de estantes com livros e pastas, e gabinetes.

Tomando o exemplo da Igreja Católica (instituição multiseular), o Ministério da Justiça rapidamente dá conta de que “uma sociedade desprovida de símbolos seria uma comunidade espiritualmente morta”<sup>186</sup>. Assim, paralelamente a este processo de construção foi implementada uma “nova linguagem” para recodificar estes espaços: “queria-se uma arquitetura «austera», tendencialmente «majestosa», capaz de ventilar uma imagem de Ordem, Dignidade e Autoridade”<sup>187</sup>. Estes tipos de infraestruturas carregam uma forte carga simbólica, não só pelo seu impacto visual dentro da malha urbana, mas também pela mensagem que transmitem. Os símbolos jurídicos, pensados e produzidos por uma classe especializada (os artistas), tinham como público-alvo os encomendadores (Ministério da Justiça), os seus agentes (magistrados e funcionários) e os indivíduos que recorrem aos tribunais<sup>188</sup>. Esta forma de arte serviu como meio transmissor de “imagens credíveis, sincretizadas num vasto sistema de símbolos clássicos, gestas heróicas, actos de bravura, façanhas individuais e colectivas dignas de memória”<sup>189</sup>; conseqüentemente, até 1974, seguiam uma linha ideológica oficial que se mostrava coerente com os valores defendidos, construindo, por parte do Estado, uma imagem sobre a Justiça e o Poder Judicial<sup>190</sup>. Servem de exemplo os vitrais, tapeçarias, murais, frescos, painéis e esculturas, que além de desempenharem uma função decorativa, têm também uma ação educativa dos ideais vigentes. Espelham uma variedade de ideais inseridos nos valores do Estado, através dos quais se salientavam a sua oposição: Bem/ Mal, Caim/ Abel, Paraíso/ Inferno, Paz/ Guerra, Ordem/ Desordem, Criminalidade Infantil/ Assistência à Infância, Amor/ Ódio, entre outros<sup>191</sup>.

---

<sup>186</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 272

<sup>187</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 169

<sup>188</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 272

<sup>189</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 273

<sup>190</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 273

<sup>191</sup> NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça ...*, p. 275

No Tribunal Judicial de Castelo Branco podem-se destacar três grandes peças: a estátua, o vitral, e o fresco da sala de audiências principal. A estátua<sup>192</sup>, virada para um relvado identificativo da cidade, é uma estátua de pé, construída em bronze, elaborada por João Fragoso. Este elemento artístico é representativo da justiça; impera uma figura feminina com inspiração na mitologia grega, mais precisamente na deusa *Diké* “que de olhos abertos, segura uma espada e uma balança”<sup>193</sup>. A inexistência de uma venda pode ser lida como a forma desta ter “os olhos bem abertos e observar todos os pormenores relevantes para a justa aplicação da Lei”<sup>194</sup>. Na mão direita sustenta a balança e na esquerda uma espada com a ponta da lâmina voltada para baixo<sup>195</sup>. O vitral<sup>196</sup>, que acompanha em altura a parede, como dito acima, divide-se em três peças: visto do lado de dentro, à direita a balança, ao centro as armas de Castelo Branco e à esquerda a espada. A balança representa a “equidade, o equilíbrio, a ponderação, a justeza das decisões na aplicação da lei”<sup>197</sup>, enquanto a espada é símbolo de “força, prudência, ordem, regra e [d]aquilo que a consciência e a razão ditam”<sup>198</sup>.

A obra de arte que mais se destaca é sem dúvida o fresco da sala de audiências principal. Situada no piso superior, com acesso pela escadaria de mármore branco, a sala de audiências principal é preenchida por várias fileiras de bancos de madeira em frente dos quais existe uma balaustrada (também ela em madeira) que faz a separação da zona do público para a zona do magistrado. A sala é maioritariamente iluminada por uma cúpula/claraboia posicionada estrategicamente por cima do magistrado. Esta entrada de luz é bastante comum em construções religiosas, situando-se na zona do altar-mor, que aqui se revê na mesa e

---

<sup>192</sup> Ver em anexos – Figura 18

<sup>193</sup> Símbolos da Justiça, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/os-simbolos-da-justica.aspx> – visitado a 18.06.2022 pelas 14H15

<sup>194</sup> Símbolos da Justiça, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/os-simbolos-da-justica.aspx> – visitado a 18.06.2022 pelas 14H15

<sup>195</sup> A balança e a espada que constituem a estátua da deusa *Diké*, têm a mesma leitura iconológica que a espada e balança representadas no vitral.

<sup>196</sup> Ver em anexos – Figura 19

<sup>197</sup> Símbolos da Justiça, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/os-simbolos-da-justica.aspx> – visitado a 15.06.2022 pelas 17H40

<sup>198</sup> Símbolos da Justiça, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/os-simbolos-da-justica.aspx> – visitado a 15.06.2022 pelas 17H40



assento dos magistrados. A parede de fundo, também ela oval à semelhança do altar-mor, está coberta por um fresco pintado por Martins Barata no ano de 1968<sup>199</sup>. Como dito acima, a presença de temas contrastantes para a representação do tipo ideal e do contratipo era comum. Assim, neste fresco encontramos dispostos os sete pecados mortais e as sete virtudes, inseridos no tema principal do Juízo Final. Estilizados com uma paleta de cores quentes que recordam as chamas do inferno, o nu e o cruel, estão os sete pecados. Por sua vez, as sete virtudes encontram-se representadas com uma paleta de cores clara, com preferência por tons de branco, indicadores de pureza e paz. Como figura central superior está o Supremo Juiz<sup>200</sup> sentado (Cristo), que aceita os justos no seu reino e deixa ficar no fogo eterno os culpados. A escolha é feita pelo pesar das almas pelo que supomos ser o Arcanjo Miguel, pois encontra-se uma figura de feições masculinas com uma balança na mão direita. Aos pés do Supremo Juiz estão dois anjos, à direita, um que encaminha os merecedores para o caminho da paz e do eterno descanso, o outro, à esquerda, que deixa aos pecadores o seu destino, um lugar sem perdão e com castigos. Partindo desta cena central estendem-se para a esquerda (numa leitura da esquerda para a direita) as alegorias da Soberba e da Humildade. A primeira é a figura maior que assenta numa base onde se vê escrito *ego sum!*. Apoia o pé direito sob um globo amachucado e mostra-se de “peito cheio” e com uma postura altiva. A segunda é uma figura feminina, com uma caracterização pobre, carregando uma flor apenas. De seguida encontramos a Avareza e a Liberalidade. Observamos um homem que aperta contra o peito valores materiais e neles encontra conforto; contrasta-o a Liberalidade que se mostra de peito desimpedido e de mãos abertas, oferecendo o que tem. Segue-se a Inveja e a Caridade. A primeira mostra-se quase que escondido enquanto espia o vizinho (a avareza). A caridade por sua vez é a única virtude que se apresenta coroada. É uma figura feminina alada, de peito descoberto e com o coração nas mãos, que arde de amor pelo próximo. Do outro lado, pela direita do Supremo Juiz (numa leitura da esquerda para a direita) marca presença em primeiro lugar a Preguiça e a Diligência. É uma figura caracterizada de homem agrícola que saboreia o não fazer nada, pois dorme a sesta. A diligência, encontra-se a fiar, símbolo de trabalho constante. Seguem-se a Ira e a Paciência. O primeiro apresenta-se com expressões faciais enraivecidas e com um pau na mão. Em oposição, a paciência suporta as adversidades tendo nas mãos a palma do martírio. Segue-lhe o contraste entre a Gula e a Temperança, a primeira apresentada como uma figura com excesso de peso rodeada de comida e bebida. Por sua vez a

---

<sup>199</sup> Ver em anexos – Figura 20

<sup>200</sup> Ver em anexos – Figura 21

temperança é figura feminina que apaga o fogo com água. Por fim, representando a dicotomia entre a Luxúria e a Castidade, encontramos um homem que cobiça e seduz uma mulher com expressões de satisfação pelo que sucede, enquanto a castidade está completamente nua e plena, apenas com um fino pano branco que tapa o seu órgão sexual<sup>201</sup>.

Todas estas 14 figuras estão devidamente identificadas. A exposição - bastante pormenorizada - de uma passagem bíblica com bastante impacto no julgamento da moralidade, em contexto de imposição de justiça e lei pertencentes a um estado totalitário, deixa clara a representação da impossibilidade de deixar impune qualquer ação criminosa.

---

<sup>201</sup> O Juízo Final, disponível em <http://www.tribop.pt/TPd/18/2/2/1/14> - Visitado a 20.06.2022 pelas 17h40



### 3.5. CINE-TEATRO AVENIDA

As atividades e os tempos de lazer fazem-se chegar às diferentes classes sociais, o que permite que a classe trabalhadora conquiste o tempo livre. No século XIX a grande forma de lazer era o teatro, exemplo disso foi a construção do Teatro D. Maria II em 1846<sup>202</sup>. No entanto, no final do século XIX, os irmãos Lumière inventaram a primeira máquina de filmar, o que vai culminar no aparecimento do cinema. É em 1896 que esta nova forma de entretenimento chega a “Portugal com a apresentação da primeira fita no Real Coliseu da Rua da Palma, pela mão do electricista húngaro Edwin Rousby”<sup>203</sup>. Designado inicialmente de animatógrafo, tem uma forte aceitação por parte das massas, pois tem uma facilidade de adaptação a locais onde a concentração de pessoas usufrua de feiras, esplanadas e essencialmente teatros. Com a evolução dos projetores, no final dos anos 20 surgem os primeiros resultados positivos do cinema sonoro, o que implica o surgimento de “edifícios com autonomia e uma arquitectura de representação urbana que, em simultâneo, [respondam] a requisitos técnicos e espaciais específicos para o programa a que se destinam”<sup>204</sup>. Apesar desta necessidade, o que acontece em Portugal não segue a mesma linha de pensamento. De 1930 a 1960 foram apenas construídas em Portugal uma minoria de salas de espetáculo destinadas apenas ao cinema, antes, grande parte da edificação incide sob “uma nova sala de espectáculos, capaz de conciliar no mesmo espaço os programas de cinema e teatro”<sup>205</sup> – os *Cineteatros*.

Enquanto o Estado aposta numa política de obras públicas que acolham os seus serviços de forma a responder à carência dos mesmos, vê-se acontecer a edificação de equipamentos de *loisir* pela mão da iniciativa privada. Equipamentos “dedicados à ocupação dos tempos livres, fins-de-semana e mesmo férias, são a resposta às necessidades de uma sociedade em transformação”<sup>206</sup>. Crescem assim “cafés, clubes, lojas, hotéis, piscinas, casinos, cinemas e

---

<sup>202</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo a Beira Interior*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade da Beira Interior Engenharia, Outubro, 2011, p. 19

<sup>203</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 20

<sup>204</sup> BANDEIRINHA, José António, CONSTANTINO, Susana, “Resposta a um programa arquitectónico sob legislação do Estado Novo: os Cineteatro”, in MARINHO, Cristina, RIBEIRO, Nuno Pinto, TOPA, Francisco, *Teatro do Mundo: teatro e censura*, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2013, pp. 191-202, p. 192

<sup>205</sup> BANDEIRINHA, José António, CONSTANTINO, Susana, “Resposta a um programa arquitectónico ...”, p. 193

<sup>206</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: evolução e registo [1927-1959] Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2010, p.54

cineteatros, equipamentos urbanos de carácter público aceites como «espaços de liberdade edificados no ambiente repressor e paternalista do salazarismo», libertos, por isso, da carga ideológica ou de valores representativos associados aos equipamentos de promoção pública»<sup>207</sup>. Alongam-se pelas cidades, a partir da década de 20 estes “«lugares de encontro, discussão, vida democrática, obrigando ao confronto entre as diversas classes sociais (...) diluindo estigmas ou privilégios»”<sup>208</sup>, o que não seguia a mesma linha de pensamento de um novo regime.

Como se tem referido ao longo do trabalho, a década de 30 em Portugal foi uma fase de forte consolidação e divulgação dos ideais do novo regime, o que impactou drasticamente a vida económica, social e cultural do país. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)<sup>209</sup>, criado em 1933 e presidido por António Ferro, é o elemento-chave para que a designada “Fábrica do Espírito” funcione. Competia-lhe a

“organização de «manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda», o combate à «penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional», a promoção de medidas para a «vida do espírito» no sentido do «desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais» e, por fim, o recurso à radiodifusão, ao cinema e ao teatro como meios de difusão da mensagem”<sup>210</sup>.

O uso do cinema como uma ferramenta de condução moral e social foi bastante eficaz numa população que tinha a taxa de analfabetismo mais elevada da Europa à época. Tinha a particularidade de ter uma “fácil acessibilidade enquanto meio de comunicação, [pois] o poder de sedução e a força de penetração que as imagens [possuíam], [eram] incomparáveis a qualquer outro meio, tornavam o espectador num ser passivo e desarmado”<sup>211</sup>. À imagem do que acontecia pela Rússia, Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Suíça, também o regime português pôe em prática as sessões de cinema ambulante, por sinal, gratuitas. Era um meio de comunicação eficaz através do qual proporcionavam o visionamento de documentários de cariz nacionalista, nos quais se pretendia sublinhar as virtudes do regime<sup>212</sup>.

---

<sup>207</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.55

<sup>208</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.56

<sup>209</sup> Apelidado de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo a partir de 1945, adotando a sigla de SNI.

<sup>210</sup> MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 55

<sup>211</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo...*, p. 22

<sup>212</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo...*, p. 23

No ano de 1927 é lançado o Decreto nº 13.564 que se foca na constituição e funcionamento da Inspeção-Geral dos Teatros; aborda temas desde o Conselho Teatral, as vistorias, os artistas e autor, distribuição de filmes, a vigilância contra os incêndios, entre outros. Será este o decreto que vai estar na base do modelo e instituição dos Cineteatros<sup>213</sup>. Em 1929 cria-se, inserida no Ministério do Interior, a Inspeção-Geral dos Espectáculos (IGE)<sup>214</sup>. Esta foi “pensada como órgão de fiscalização e regulamentação de todos os serviços da indústria do espectáculo”<sup>215</sup>. Passados 15 anos, agora denominada de Inspeção dos Espectáculos, passa a integrar o Secretariado Nacional da Informação e,

“no ano seguinte, surgem dois novos decretos que, para além de redefinirem a constituição do Conselho Técnico e da Comissão de Censura reafirmam também que qualquer construção, modificação ou adaptação de qualquer sala de espetáculos depende da aprovação dos respectivos projectos pelo Conselho Técnico da IE”<sup>216</sup>.

Assim, entre 1945 e 1950 foram apresentados a este órgão cerca de 1432 processos para apreciação de projetos de teatros e cinemas, praças de touros, campos de jogos, salões de baile, entre outros. A fiscalização destes projetos não tinha enfoque apenas nas regras de segurança a seguir, dispunha também de controlo sob a conceção formal e espacial das salas em questão<sup>217</sup>. Falamos de uso de materiais incombustíveis<sup>218</sup>, como é o caso do betão armado que tanto se associa a estas infraestruturas, a localização das saídas em função da lotação, o que obriga, na grande parte dos casos a uma localização com acesso a mais do que um arruamento<sup>219</sup>. O seu posicionamento em gavetos permite-lhes uma localização prestigiada na malha urbana: além de junto a equipamentos públicos - edificados pela intensiva política de Obras Públicas -, como as Câmaras, os Correios ou as Caixas, possibilitam a formação de praças ou largos, desenvolvendo uma relação mais intrínseca com o espaço urbano envolvente<sup>220</sup>. Enquanto nas cidades principais ao longo de toda a década de 30 surgem várias

---

<sup>213</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.73

<sup>214</sup> Veio substituir a Inspeção-Geral dos Teatros.

<sup>215</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.65

<sup>216</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.66

<sup>217</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.66/67

<sup>218</sup> Era comum ocorrerem incêndios nas antigas salas de teatro e nos antigos animatógrafos ambulantes que se instalavam em locais públicos.

<sup>219</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.74/75

<sup>220</sup> SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: ...*, p.170

salas dedicadas ao cinema, e em muitos dos teatros surgem adaptações ao cinema, no resto do território nacional a construção de um cinema tinha obrigatoriamente “de ser complementada, para além da cabine de projeção e do ecrã, com os dispositivos capazes de receber também o teatro: palco, caixa de palco, teia, pano de ferro, proscénio, fosso de orquestra e camarins”<sup>221</sup>. Assim, apesar de existir uma restrição ao aumento de salas de cinema pelo país, garantiu-se que, de forma geograficamente equilibrada, uma rede de edifícios alcançasse os diferentes polos de centralidade, não só através do teatro, como também pelo fenómeno cinematográfico<sup>222</sup>.

Na década de 50, a par e passo com algumas construções de cariz público, um grupo de indivíduos criam a “Sociedade Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco”; apontavam a falta de mais um elemento que valorizasse a cidade<sup>223</sup>.

Ocupando a posição de gaveto entre a Avenida General Humberto Delgado e a Rua do Saibreiro, o CINE-TEATRO AVENIDA é projetado pelo arquiteto Raul Caldeira e pelo arquiteto Albertino Roxo. A posição de destaque do edifício na malha urbana é adquirida pela torre que, acompanhando a união de ruas, fica curva. Novamente revestida em pedra granítica (à semelhança dos edifícios até aqui apresentados), além de marcar a verticalidade do edifício, dá continuidade ao mesmo para ambas as ruas. Do topo para a base, a torre é rasgada por uma simetria de 16 cortes horizontais envidraçados que encaminham o olhar para o letreiro de designação, no qual se lê: “CINE-TEATRO AVENIDA”<sup>224</sup>. O letreiro assinala a entrada principal na qual se contra a bilheteira<sup>225</sup>. Na rua do Saibreiro a fachada compõe-se por seis portas (incluindo a porta da entrada principal), uma varanda<sup>226</sup> com três entradas envidraçadas (que se alongam até ao segundo piso) emolduradas por pilastras de granito depuradas de decoração. Esta varanda que assenta em três portas com passagem direta para a rua (destinadas à saída do público, dando acesso ao *foyer* da plateia com bar) por sua vez está ela como que encaixada numa moldura de pedra marcada por 18 aberturas de luz, dispostas

---

<sup>221</sup>BANDEIRINHA, José António, CONSTANTINO, Susana, “Resposta a um programa arquitectónico ...”, p. 196

<sup>222</sup> BANDEIRINHA, José António, CONSTANTINO, Susana, “Resposta a um programa arquitectónico ...”, p. 196

<sup>223</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 66

<sup>224</sup> Ver em anexos - Figura 22

<sup>225</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 67

<sup>226</sup> Ver em anexos – Figura 23

simetricamente - nove de cada lado<sup>227</sup>. Contornando o gaveto em direção à Avenida Humberto Delgado, apesar de mais pequena, a fachada que aqui se impõe é quase simétrica: continua a existir uma varanda com o mesmo número de acessos (três), que está também assente sob três portas. À exceção do enquadramento numa moldura com 19 aberturas de luz, a fachada da Avenida é rematada com duas faixas envidraçadas, marcantes da verticalidade do edifício.

À data da inauguração, a sala de espetáculos tinha uma lotação de 1238 lugares, divididos entre primeira e segunda plateia, o primeiro balcão, camarotes e zona geral<sup>228</sup>. Faziam parte desta infraestrutura o vestíbulo no qual se incorporava o bengaleiro, a cabine de projeção e sanitários femininos; pertenciam ainda o sub-palco, palco e camarins (localizados no extremo final do edifício virado à Rua do Saibreiro), cabines do bombeiro e do electricista. Neste primeiro piso havia ainda um bar que acompanhava a curvatura do edifício. O segundo piso, com uma entrada distinta, dava acesso aos lugares por um corredor com duas entradas, ou pelo *foyer* lateral. Apesar de não ter um salão de festas, possuía, no entanto, um bar instalado na zona do gaveto, à semelhança do que acontecia no piso inferior<sup>229</sup>.

Inaugurado nos dias 2, 3 e 4 de outubro de 1954, com as peças ““Prémio Nobel”, “Ceia dos Cardeais”, “O Leque da Lady Windermere e “Essa Mulher” de Júlio Dantas”<sup>230</sup>, o edifício funciona até ao 22 de agosto de 1982, ano em que sofre um incêndio que destrói todo o interior. Apenas no ano 2000, após obras de reconstrução com o projeto de Marçal Grillo, o edifício retoma funções<sup>231</sup>. A fachada mantém o seu aspeto original, mas a sua organização interior alterou-se de forma a responder às necessidades atuais: apresenta agora uma lotação para 700 pessoas na qual mantém ainda a presença de camarotes. No segundo piso mantém-se os camarotes, serviços administrativos e o *foyer*<sup>232</sup>.

Continuam a existir espaços destinados à existência de bares, não se encontrando estes, no entanto, na posição do gaveto. A entrada passa a ser feita exclusivamente pela entrada do gaveto, o que permite a criação de saídas de urgência. Ao longo dos pisos, em

---

<sup>227</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 68

<sup>228</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 69

<sup>229</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, pp. 70/71

<sup>230</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 67

<sup>231</sup> Cine-Teatro Avenida, disponível em <https://www.albigec.pt/pt/equipamentos/cine-teatro-avenida.aspx> - Visitado a 25.08.2022 pelas 11H50

<sup>232</sup> BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo ...*, p. 76



espaços amplos, encontramos expostas as antigas máquinas de leitura de bobines através das quais se procedia à projeção dos filmes. Atualmente o edifício é um espaço capacitado para receber diferentes tipos de espetáculos, desde cinema, dança, exposições, teatro e música.

#### 4. O PROCESSO DE *ROTEIRIZAÇÃO*

Como é exposto na primeira parte deste projeto, além de se sublinhar a importância que a criação de rotas e roteiros têm não só para a salvaguarda, mas também para a promoção patrimonial, também vale a pena mencionar o processo necessário para a construção de uma rota ou roteiro – a *roteirização*. Iniciando-se pelo planeamento, desenho e organização do objeto de estudo, de seguida é imperativo definir os pontos que integram a rota; por fim é necessária uma análise da rota do ponto de vista do seu funcionamento para corrigir possíveis falhas, para que num futuro próximo esta se encontre concluída e possa ser implementada.

Na composição desta proposta de roteiro pela arquitetura de Estado Novo na cidade de Castelo Branco, foram esses os passos a tomar. Primeiro deu-se a seleção dos pontos turísticos a querer abordar – inserindo-os num tema principal -, fazendo sentido selecionar cinco edifícios que não são inicialmente reconhecidos como tendo interesse patrimonial. De seguida desenrolou-se um trabalho de pesquisa e interligação de informação sobre cada edifício para seja possível, mais à frente, selecionar e destacar a informação à qual o visitante terá acesso. Após este trabalho de estudo e investigação, o percurso do roteiro é montado tendo em vista a forma mais prática para o visitante, que neste caso se revelou ser por fator de proximidade. Uma vez recolhida e tratada a informação, organizado o mapa e o percurso, é necessário selecionar a forma como o visitante tem acesso a este. Neste roteiro propõe-se então a possibilidade do visitante, que pode ser um indivíduo que esteja apenas de passagem pela cidade, como pode ser um visitante com gosto pelo conhecimento histórico e artístico, ou até mesmo os próprios munícipes, que por vezes não (re)conhecem o seu património, passear pela cidade, seguindo um percurso temático, a custo zero e de fácil mobilidade, pois é possível de realizar a pé.

Para que este roteiro tenha sucesso enquanto elemento promotor do património local é imperativo que haja uma divulgação do mesmo. Plataformas locais como jornais, de entre os quais o Diário Digital de Castelo Branco, a Gazeta do Interior, a Reconquista e o Beira Baixa, são possíveis fontes de divulgação do projeto. Não beneficiando apenas do site do município, no qual se expõem todos os atrativos, desde eventos e instituições culturais, o património a visitar, as festividades e entretenimentos nas quais se pode participar, é necessário aproveitar o que o mundo da tecnologia mais nos oferece: as redes sociais. O roteiro deverá integrar a promoção cultural feita nas redes sociais – Facebook e Instagram - não só do município, como também do Turismo do Centro e até mesmo de páginas como @beirabaixapt, @beiraja\_interior e @visitcastelobrancooficial (na plataforma do instagram). O município

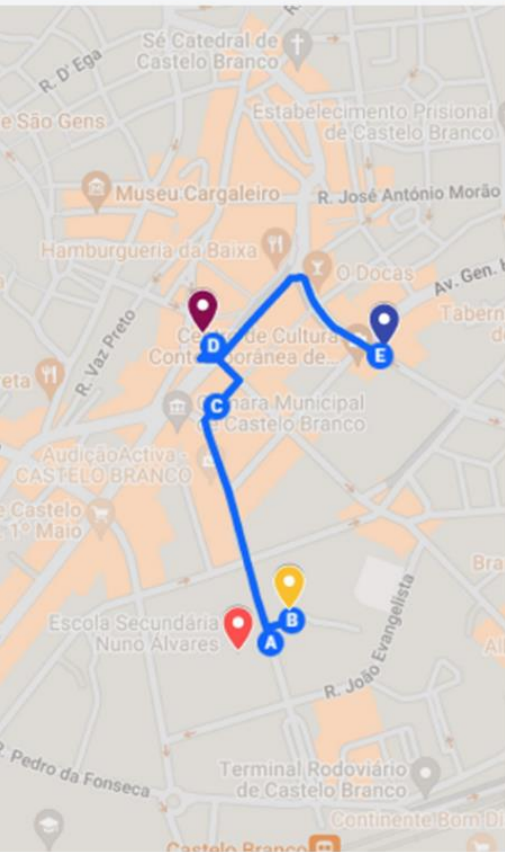
possui ainda uma aplicação móvel, *CB Rotas*, através da qual é possível aceder, pelas preferências, às diferentes Rotas disponíveis. Seria também aqui, nesta plataforma, de acesso gratuito e fácil, que o roteiro estaria exposto. No seguimento do universo tecnológico em que se vive, e pensando não só na sustentabilidade do roteiro, mas também no impacto ambiental do mesmo, a solução encontrada para fazer chegar a informação ao visitante passa pelo *download* de *flyers* através de códigos QR. Propõe-se a possibilidade destes *flyers* serem traduzidos para línguas como o inglês e o francês (além do português). Apesar da rapidez e do comodismo que é a ação de ler um código QR e aceder à informação, seria oportuno a possibilidade de um *download* do mesmo, mas em formato de áudio (também ele nas línguas acima destacadas). A necessidade deste suporte não surge no sentido de diminuir a interação do visitante para com o objeto de estudo, antes pelo contrário. O roteiro é composto por cinco infraestruturas de cariz público – todas elas ainda no ativo das suas funções iniciais - o que impede a entrada e visita livre ao interior das mesmas. Assim, de braço dado com a possibilidade de ouvir uma explicação acessível mas repleta de conteúdo (acompanhada de apoio visual gráfico do *flyer*), é ainda possível que o visitante se movimente em torno do edifício e desenvolva uma relação de tempo/espaço para com o edifício enquanto assimila informação sobre o mesmo.

Relembrando que os edifícios são, por ordem de proximidade geográfica, a Escola Secundária Nuno Álvares/ Liceu Nun'Álvares, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, a Filial da Caixa Geral de Depósitos, o Tribunal Judicial/ Palácio da Justiça e por fim, o Cine-Teatro Avenida, passo a apresentar uma possível opção gráfica dos *flyers*<sup>233</sup>.

---

<sup>233</sup> Qualquer informação dos *flyers* foi previamente desenvolvida e justificada ao longo dos subcapítulos do capítulo 3: **Proposta de um Roteiro de arquitetura de Estado Novo em Castelo Branco**. As imagens e mapas usados para apoio visual são de autoria própria; as que não o são serão devidamente identificadas.










## Edifícios

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## Percurso

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## ROTEIRO

---

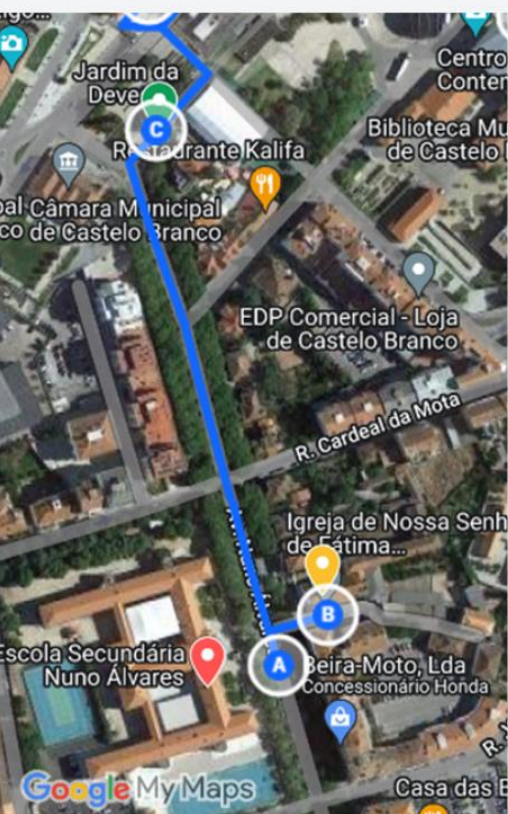
# ARQUITETURA DE ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

---

# LICEU NUN'ÁLVARES/ ESCOLA SECUNDÁRIA NUNO ÁLVARES



[HTTP://PROJECTOBAME.BLOGSPOT.COM/2019/10/ESCOLA-SECUNDARIA-NUNO-ALVARES-CASTELO.HTML](http://PROJECTOBAME.BLOGSPOT.COM/2019/10/ESCOLA-SECUNDARIA-NUNO-ALVARES-CASTELO.HTML)



## Percurso

**A**

Escola Secundária Nuno Álvares

**B**

Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)

**C**

Balcão da Caixa Geral de Depósitos

**D**

Tribunal Judicial de Castelo Branco

**E**

Cineteatro Avenida

## LOCALIZAÇÃO

Avenida Nuno Álvares Cabral  
6000-158

## ARQUITETO

José da Costa e Silva

## CONSTRUÇÃO

1941 – 1946

## FUNÇÃO INICIAL

Liceu

## FUNÇÃO ATUAL

Escola Secundária

## PONTOS DE REFERÊNCIA

Igreja de Nossa Senhora de Fátima



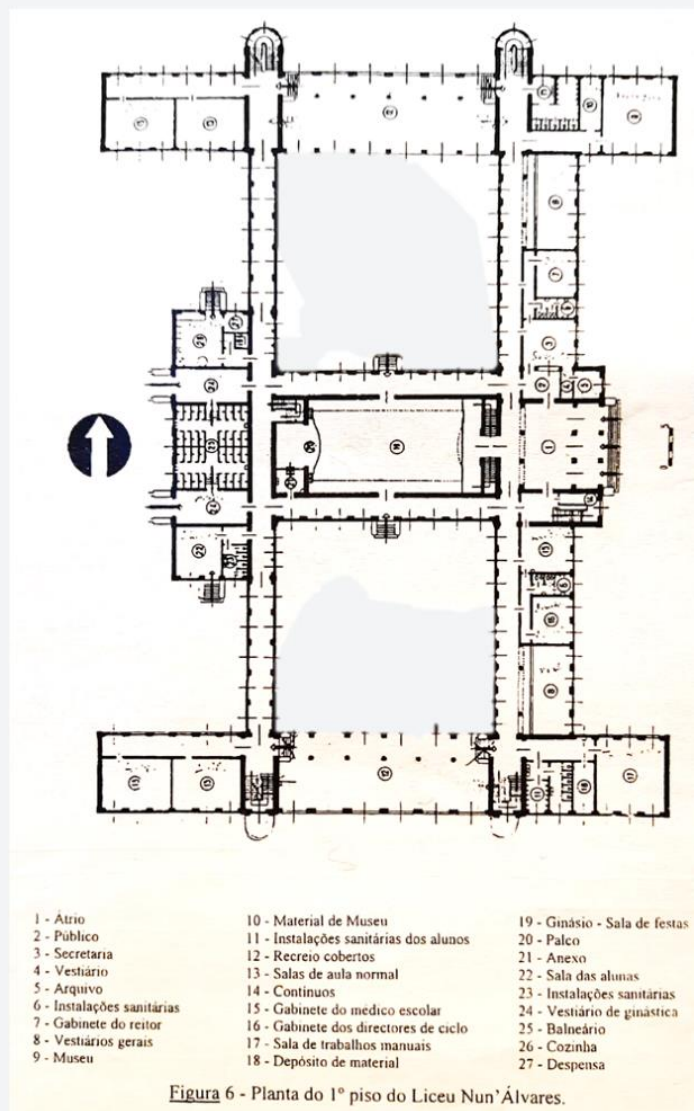
# A SABER:

Integrada na Política de Obras Públicas promovida pelo Estado Novo, a ação educativa é vista como uma ferramenta modeladora para um novo imaginário nacionalista. Este tenta-se alcançar através de novos planos de estudo, de programas de ensino, estrutura curricular, manuais e através da própria arquitetura e espaço físico para o mesmo.

Até 1933 o órgão responsável pela construção destas infraestruturas era a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, aí passa a designar-se de Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS).

Uma das ações da JCETS foi o Plano 38, no qual se pretendia a edificação de 10 novos liceus e a intervenção de outros 13. O Liceu Nun'Álvares é um dos novos espaços escolares. Por sua vez vai corresponder ao que Programa Geral para as Elaborações dos Projectos dos Liceus no qual se define a organização curricular, os diferentes serviços do liceu (administrativos, escolares, de educação física, entre outros).

À data da inauguração o Liceu é misto (para rapazes e raparigas) e tem 16 turmas. A sua planta simétrica em U é composta por serviços como o ginásio (que servia também de salão de festas), dois pátios, balneários e vestiários. Há ainda os serviços administrativos como a secretaria e reitoria junto à entrada principal. No piso superior estão maioritariamente as salas de aula e os laboratórios de química.



Planta do 1º piso do Liceu - MARQUES, Fernando Moreira, Os Liceus do Estado Novo - Arquitectura, Currículo e Poder, Lisboa: Educa, 2003, p.84





Como se pode ainda ver a sua fachada é feita em betão armado, alvenaria e tijolo, estando coberta por granito – rocha abundante na região. As janelas, à semelhança da fachada, são depuradas de grandes decorações sendo apenas destacadas com parapeitos de pedra simples que se multiplicam de forma simétrica em ambos os pisos.

Esta ideia de “educar bem a nação” é visível nas mensagens gravadas nas laterais do Liceu, nas quais se podem ler: “A charrua penetra o solo mais que o ferro da espada; O espírito afeiçoa e transforma os homens e a natureza mais profundamente que a força material”.

Inaugurou-se o edifício a 2 de maio de 1946, data que coincidiu com a Romagem da Saudade, o que reuniu centenas de antigos estudantes entusiasmados pelo “magnetismo intelectualista duma verdadeira *alma mater*”.





# ALÉM DO ROTEIRO, O QUE FAZER?

Nas proximidades do percurso deste roteiro, tem ainda a possibilidade de visitar locais de cultura, de lazer, patrimoniais, entre outros.

Ficam aqui algumas sugestões:

**A - CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**B - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**C - SÉ CATEDRAL**  
LARGO DA SE

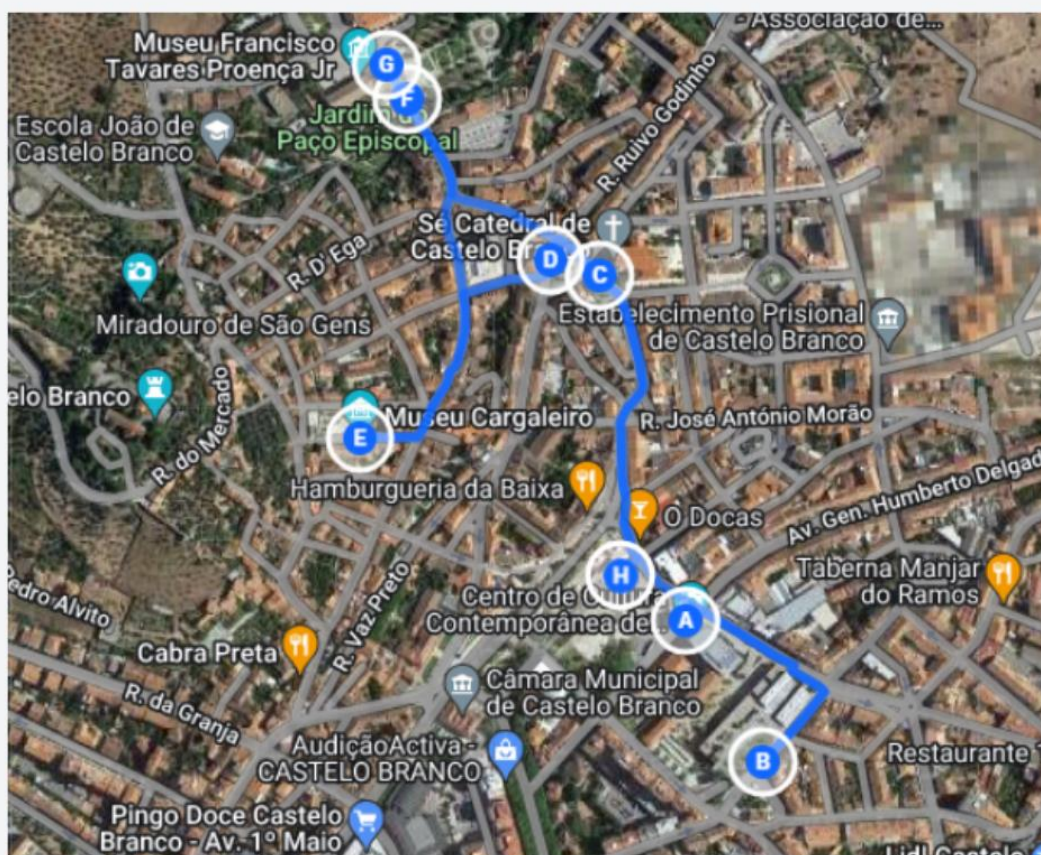
**D - CASA AMARELA - GALERIA MUNICIPAL**  
LARGO DA SE

**E - MUSEU CARGALEIRO**  
R. DOS CAVALEIROS

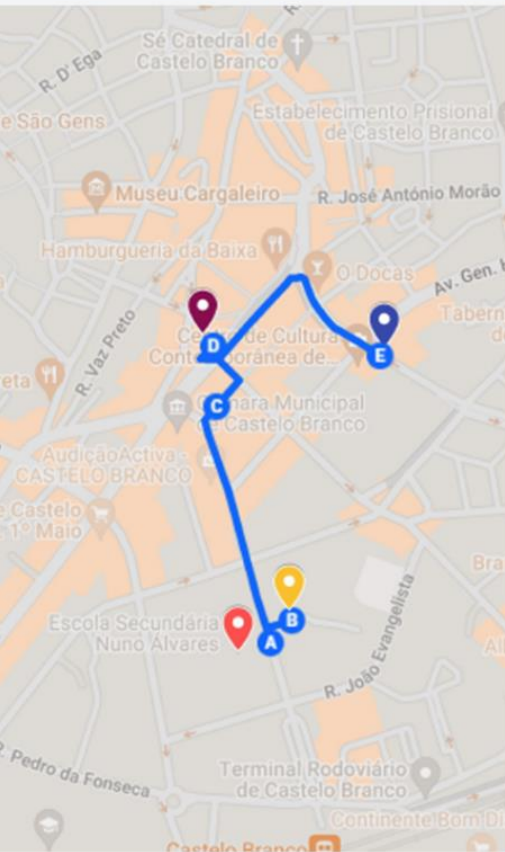
**F - JARDIM DO PAÇO EPISCOPAL**  
R. BARTOLOMEU DA COSTA

**G - MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JR.**  
R. DR. ALFREDO MOTA

**H - "AS DOCAS"**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA












## Edifícios

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## Percurso

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## ROTEIRO

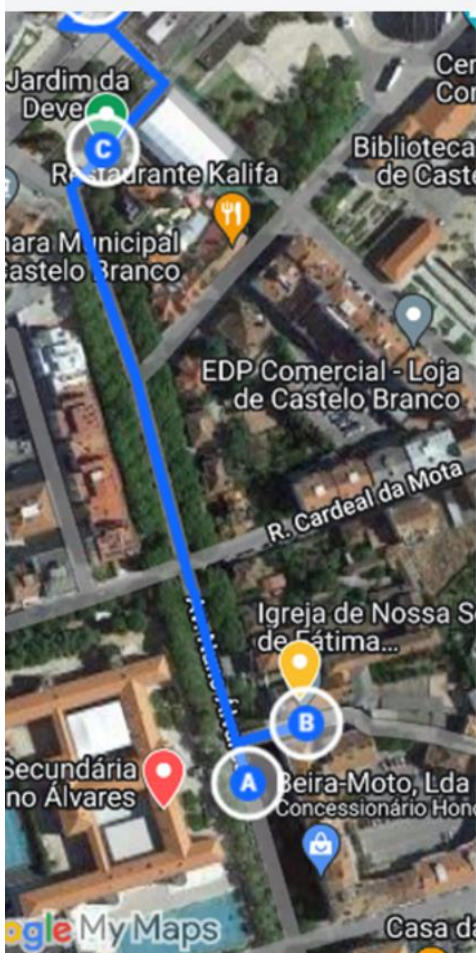
---

# ARQUITETURA DE ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

---



# IGREJA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



## Percurso

**A**

Escola Secundária Nuno Álvares

**B**

Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)

**C**

Balcão da Caixa Geral de Depósitos

**D**

Tribunal Judicial de Castelo Branco

**E**

Cineteatro Avenida

## LOCALIZAÇÃO

Avenida Nuno Álvares Cabral  
6000 – 158

## ARQUITETO

António Gomes Egea; Luís Coelho Borges; Rui da Silveira Borges

## CONSTRUÇÃO

1955 – 1959

## FUNÇÃO INICIAL

Igreja

## FUNÇÃO ATUAL

Igreja

## PONTOS DE REFERÊNCIA

Liceu Nuno Álvares/ Escola Secundária Nuno Álvares

# A SABER:

Em 1953 nasce em Portugal o Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR) que se distinguia por querer dar aos edifícios religiosos do país maior qualidade e dignidade, ou seja, defendiam que a execução das obras de arte sacra (arquitetura, pintura, escultura) fossem feitas por mãos de artistas competentes, opondo-os aos modelos tradicionalistas até então.

O MRAR é apologista de uma sobriedade decorativa para que fosse possível dar destaque ao altar. Para isto recorrem a materiais como o betão armado (na estrutura ou revestimento) conjugado com a madeira, reboco branco e cerâmica.



A Igreja de Nossa Senhora de Fátima é apelidada pelos locais como Igreja dos Fradinhos devido aos padres e noviços usarem um hábito comprido e negro em vez de castanho (integram a Congregação do Santíssimo Redentor).



Tem uma nave única com uma composição ogival, maioritariamente iluminada por um vitral principal representativo da aparição de Nossa Senhora aos Três Pastorinhos.



O seu interior é apetrechado com cruces metálicas encrustadas em madeira representativas das 14 estações da Via Sacra (orienta-se a sua leitura do lado esquerdo, no sentido altar – porta onde se encontram sete estações, e as restantes sete no lado do evangelho, lado direito, no sentido da porta – altar).



Existem ainda os vitrais não só com uma função decorativa, mas também enquanto entradas de luz. Estes são representativos dos Mistérios: do lado da epístola (esquerdo) os Mistérios Gloriosos (que se leem no sentido da porta para o altar), e do lado do evangelho (direito) os Mistérios Gozosos (que se leem no sentido do altar para a porta).

A tentativa de destaque do altar é conseguida através não só da sua forma ogival, mas também porque este se mostra reduzido em relação ao resto da igreja. Inserido numa abside de forma ogival, destaca-se pela sua simplicidade: é iluminado por oito vitrais (quatro de cada lado), ao fundo encontra-se a imagem de Cristo crucificado e por baixo um sacrário.





Adjacente à igreja está uma casa que na sua origem servia de alojamento aos alunos do seminário da Congregação do Santíssimo Redentor. Atualmente funciona como moradia para dos quatro padres de serviço.

Do lado oposto à casa, está a torre sineira, toda branca e depurada de elementos, apenas com uma frecha vertical entaipada com vitral.



No exterior celebra-se o 50º aniversário da Congregação do Santíssimo Redentor na cidade. Marcam presença em Castelo Branco desde o dia 30 de junho de 1952. "Frades eram eles, mas pela sua simplicidade e espírito de pobreza cativaram depressa a amizade da população que passou a designá-los "fradinhos"".





# ALÉM DO ROTEIRO, O QUE FAZER?

Nas proximidades do percurso deste roteiro, tem ainda a possibilidade de visitar locais de cultura, de lazer, patrimoniais, entre outros.

Ficam aqui algumas sugestões:

**A - CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**B - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**C - SÉ CATEDRAL**  
LARGO DA SE

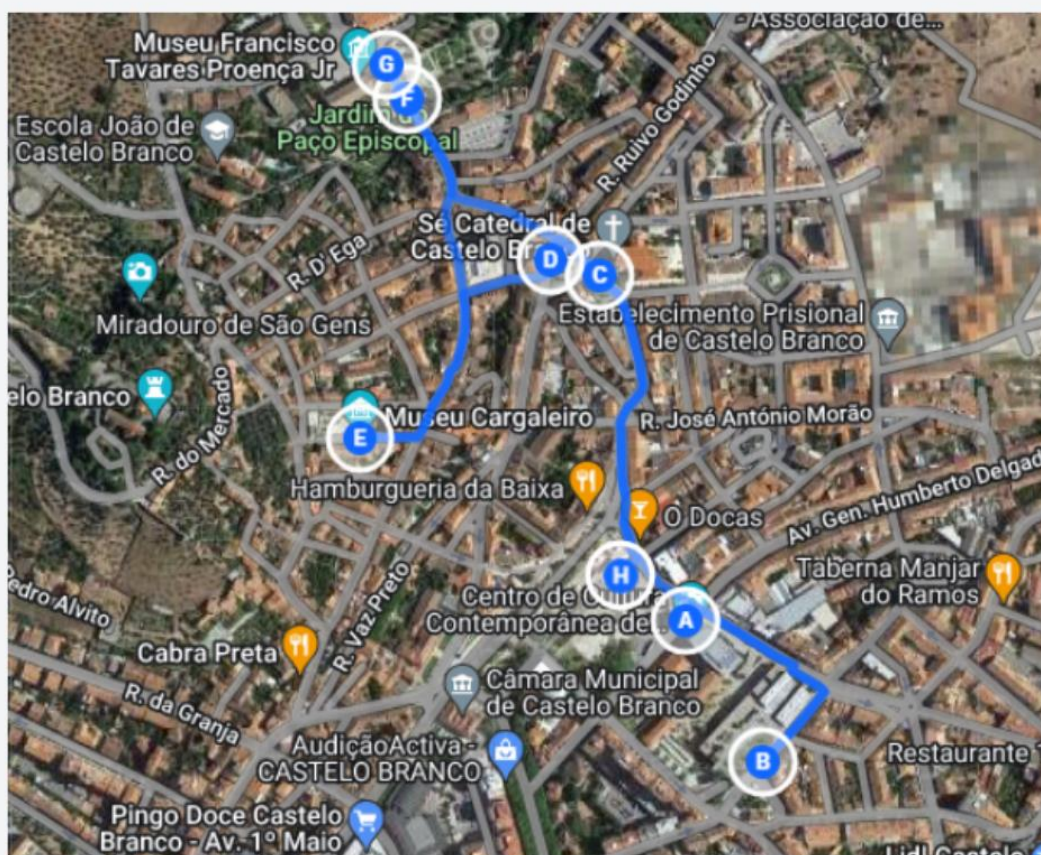
**D - CASA AMARELA - GALERIA MUNICIPAL**  
LARGO DA SE

**E - MUSEU CARGALEIRO**  
R. DOS CAVALEIROS

**F - JARDIM DO PAÇO EPISCOPAL**  
R. BARTOLOMEU DA COSTA

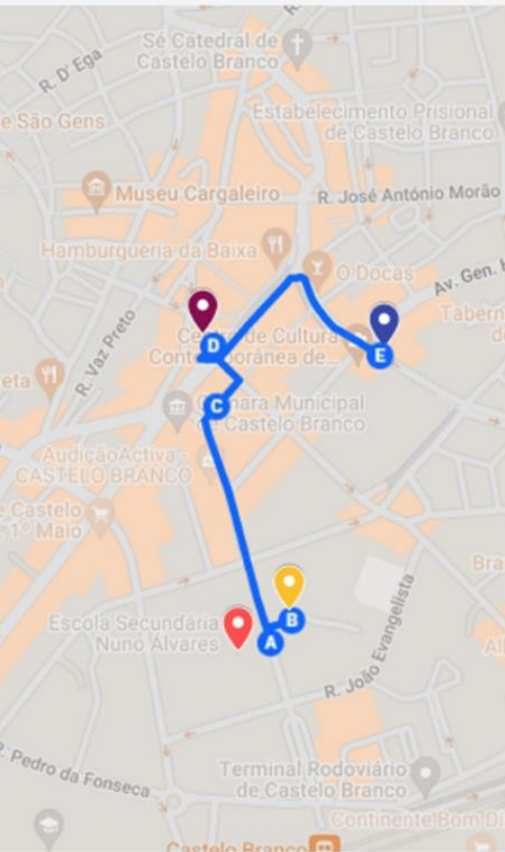
**G - MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JR.**  
R. DR. ALFREDO MOTA

**H - "AS DOCAS"**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA














## Edifícios

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## Percurso

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

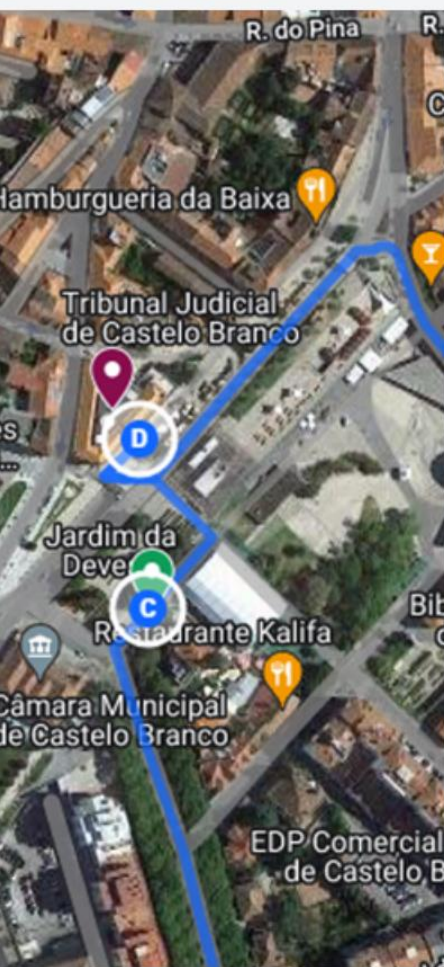
## ROTEIRO

---

# ARQUITETURA DE ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

---

# FILIAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



## Percurso

**A**

Escola Secundária Nuno Álvares

**B**

Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)

**C**

Balcão da Caixa Geral de Depósitos

**D**

Tribunal Judicial de Castelo Branco

**E**

Cineteatro Avenida

## LOCALIZAÇÃO

Praça do Município, 6000-458

## ARQUITETO

Luis Cristino da Silva

## CONSTRUÇÃO

1939 – 1941

## FUNÇÃO INICIAL

Balcão da CGD

## FUNÇÃO ATUAL

Balcão da CGD

## PONTOS DE REFERÊNCIA

Câmara Municipal de Castelo Branco  
Jardim da Devesa



# A SABER:

Nos anos 30 o panorama europeu, resultado da emergência de regimes totalitários, era o de criação de novos organismos financeiros capazes de responder aos objetivos e necessidades do momento. Em Portugal isto não acontece, antes, há o "aproveitamento de uma instituição de aforro de âmbito nacional e [a] sua transformação num «banco único de desenvolvimento»". É este banco a Caixa Geral de Depósitos.

Há, no entanto, uma falta de condições dos imóveis que albergam as agências (dependências fixadas nos concelhos) e filiais (dependências fixadas nas capitais de distrito) da CGD, o que leva ao desenvolvimento de um programa de construção de edifícios de raiz para o efeito.

Desde 1929 até 1970 edificaram-se 21 filiais e 61 agências nos 21 distritos (18 continentais e três ilhas).



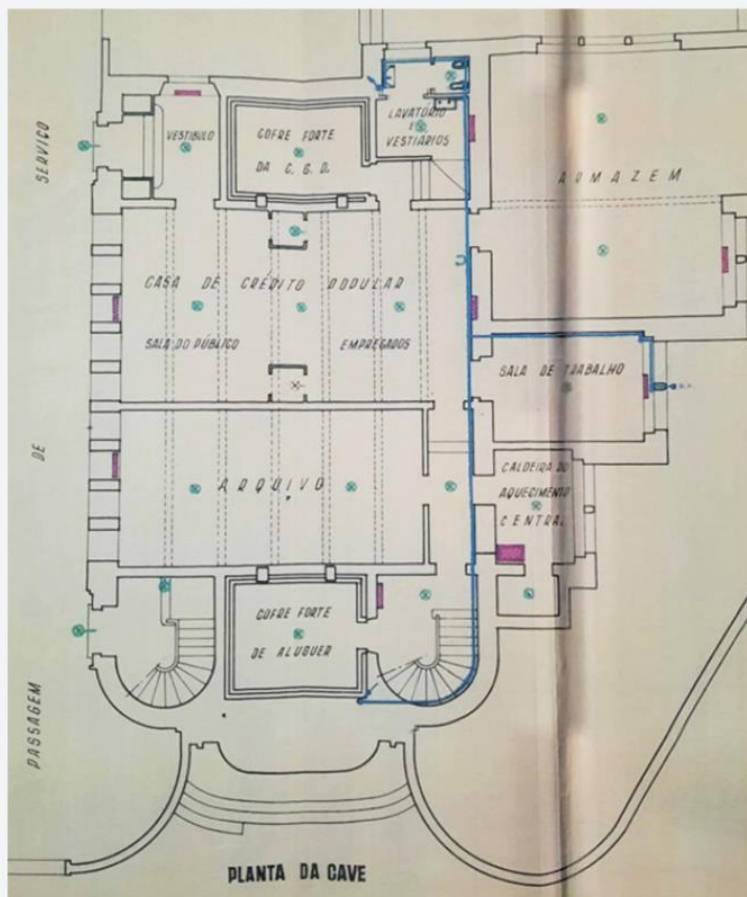
CGD NA DÉCADA DE 80 - [HTTPS://WWW.CGD.PT/INSTITUCIONAL/PATRIMONIO-HISTORICO-CGD/PATRIMONIO-EM-DESTAQUE/DOCUMENTS/CGD-FILIAL-CASTELO-BRANCO.PDF](https://www.cgd.pt/institucional/patrimonio-historico-cgd/patrimonio-em-destaque/documents/cgd-filial-castelo-branco.pdf)

Luís Cristino da Silva em 1938 é o responsável pelo projeto. As obras e embelezamento do edifício decorrem até finais de 1941 procedendo-se à inauguração a 1 de fevereiro de 1942.

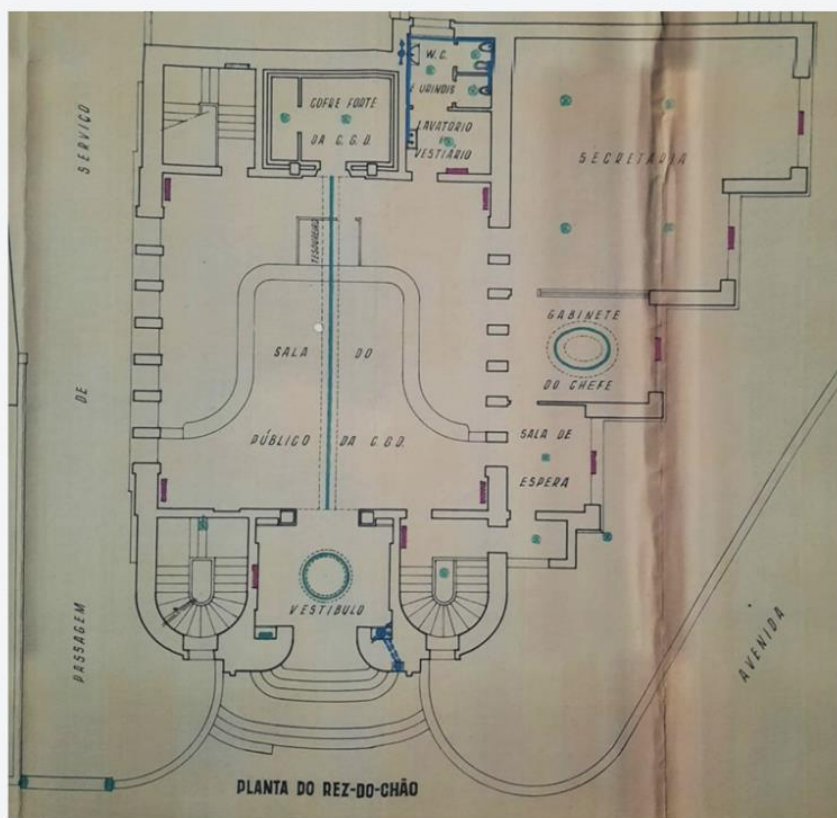
O edifício compõe-se por quatro pisos: cave, rés-do-chão, um piso intermédio e o primeiro e último andar.

Na cave encontramos a Casa de Crédito Popular, o arquivo, o cofre forte da CGD e o cofre forte de aluguer, uma sala de trabalho, um armazém e lavatórios.

O rés-do-chão alberga o vestíbulo da entrada, a sala de atendimento ao público, o cofre forte, secretaria e gabinete do chefe, vestiários e sala de espera.



Planta da Cave da CGD, Arquivo Municipal de Castelo Branco



Planta do Rés-do-Chão da CGD, Arquivo Municipal de Castelo Branco

No rés-do-chão somos recebidos por um vestíbulo revestido a mármore preto. Daqui tem-se acesso à sala de atendimento na qual as paredes são cobertas por mármore coralito, tendo a sua fachada lateral esquerda rasgada, na sua verticalidade, por sete janelas.



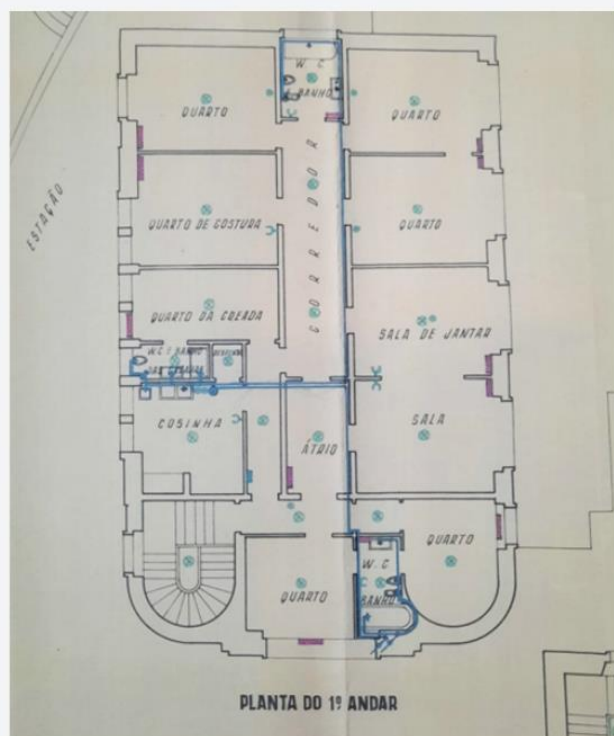
O grande elemento decorativo é o painel pintado por Roberto Araújo. É representativo do distrito de Castelo Branco, e nele é possível identificar os diferentes concelhos e localidades não só pelo nome, mas porque estão identificados com figuras particulares.



Painel de Roberto Araújo - <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Patrimonio-em-destaque/Documents/CGD-Filial-Castelo-Branco.pdf>

- Fundão com as frutas, sendo ainda hoje habitual o rótulo "cereja do Fundão".
- Castelo Branco aparece identificado com a produção de cortiça.
- S. Miguel de Acha, juntamente com Oledo e Idanha-a-Nova são representados por uma mulher da lavoura vestida com trajes de trabalho que carrega cereais à cabeça.
- A Meimoa representada com uma mulher que carrega à cabeça uma jarra, provavelmente uma alusão à produção oleira.
- Monsanto é identificado pelo galo de prata recebido em 1938 como prémio do concurso Aldeia mais portuguesa de Portugal.
- A Covilhã ostenta fábricas que claramente remetem para a produção de lanifícios.
- Belmonte é apresentado com cabras.

O piso intermédio, o mais pequeno, compõe-se pela sala de observações e o gabinete médico.



Planta do 1º Andar da CGD – Arquivo Municipal de Castelo Branco



Planta do Piso Intermédio – Arquivo Municipal de Castelo Branco

O primeiro andar, e último piso, servia de residência do gerente. Cinco quartos, um quarto de costura, w.c, sala de jantar, cozinha e átrio.



Na fachada, que se encontra embutida entre duas pilastras de granito rematadas por dois pináculos do mesmo material, destacam-se os motivos vegetalistas representativos das plantas da região.

Do topo para a base: as folhas do carvalho (devido à prática da apanha da bolota para alimentação dos animais); as folhas de oliveira (símbolo da produção de azeite e consumo da azeitona); e por fim, folhas de videira, dada a produção de vinho e consumo da uva.





# ALÉM DO ROTEIRO, O QUE FAZER?

Nas proximidades do percurso deste roteiro, tem ainda a possibilidade de visitar locais de cultura, de lazer, patrimoniais, entre outros.

Ficam aqui algumas sugestões:

**A - CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**B - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**C - SÉ CATEDRAL**  
LARGO DA SE

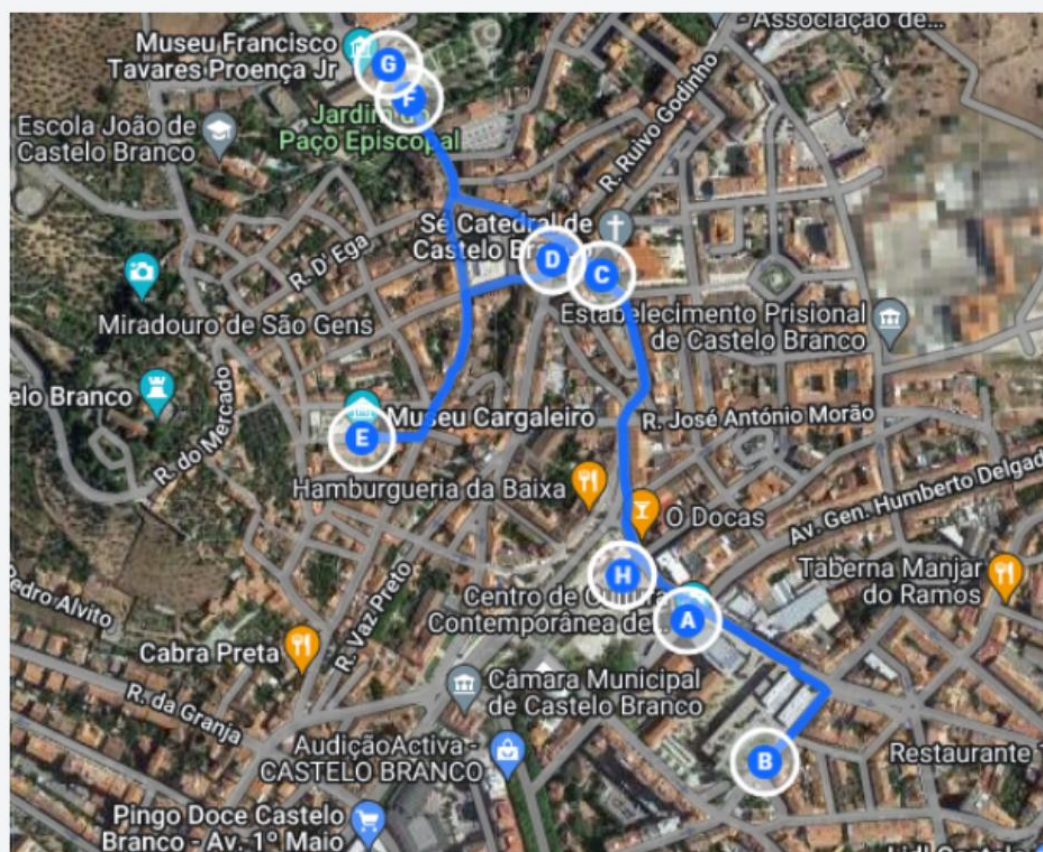
**D - CASA AMARELA - GALERIA MUNICIPAL**  
LARGO DA SE

**E - MUSEU CARGALEIRO**  
R. DOS CAVALEIROS

**F - JARDIM DO PAÇO EPISCOPAL**  
R. BARTOLOMEU DA COSTA

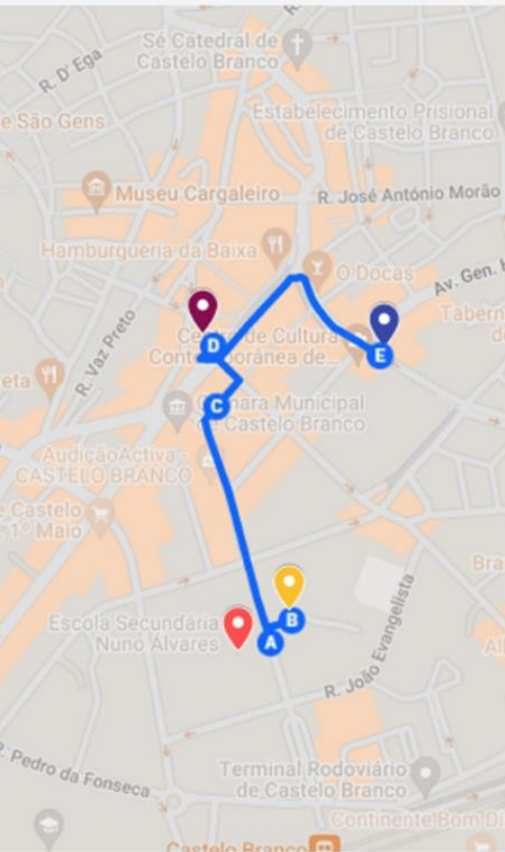
**G - MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JR.**  
R. DR. ALFREDO MOTA

**H - "AS DOCAS"**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA














## Edifícios

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## Percurso

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## ROTEIRO

---

# ARQUITETURA DE ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

---

# TRIBUNAL JUDICIAL/ PALÁCIO DA JUSTIÇA



## Percurso

**A**

Escola Secundária Nuno Álvares

**B**

Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)

**C**

Balcão da Caixa Geral de Depósitos

**D**

Tribunal Judicial de Castelo Branco

**E**

Cineteatro Avenida

## LOCALIZAÇÃO

Alameda da Liberdade  
6000-244

## ARQUITETO

Raul Rodrigues Lima

## CONSTRUÇÃO

1965 – 1969

## FUNÇÃO INICIAL

Palácio da Justiça

## FUNÇÃO ATUAL

Tribunal Judicial

## PONTOS DE REFERÊNCIA

Palácio dos Viscondes de Portalegre

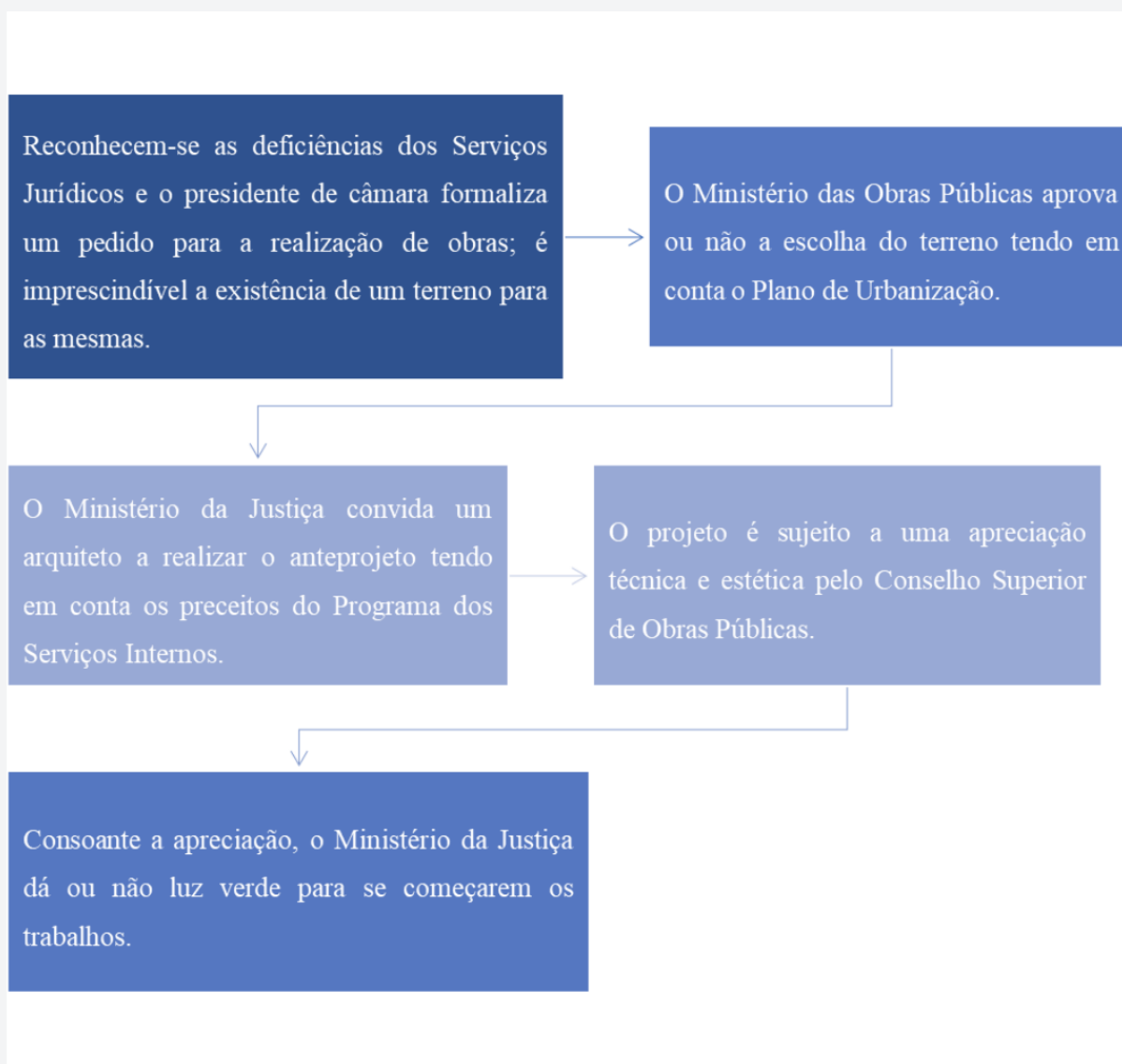
# A SABER:

A construção dos Palácios da Justiça em Portugal tem início nos finais da década de 40. Pretendia-se não só a melhoria de condições das infraestruturas já existentes, como também deixar perto da população a eficácia do julgamento e a punição dos que agissem fora da lei.

Após várias inspeções há a consciência da decadência dos edifícios: desde soalhos corroídos, humidade nas paredes, vigas de madeira que mal suportavam os tetos, os corredores e as escadarias com dificuldade de escoamento de pessoal, entre outros.

Assim, na década de 50 elabora-se o Programa dos Serviços Internos, no qual se define não só as necessidades e princípios funcionais de um Tribunal, como também os princípios estéticos a seguir.

Havia uma ordem a seguir para este processo construtivo:



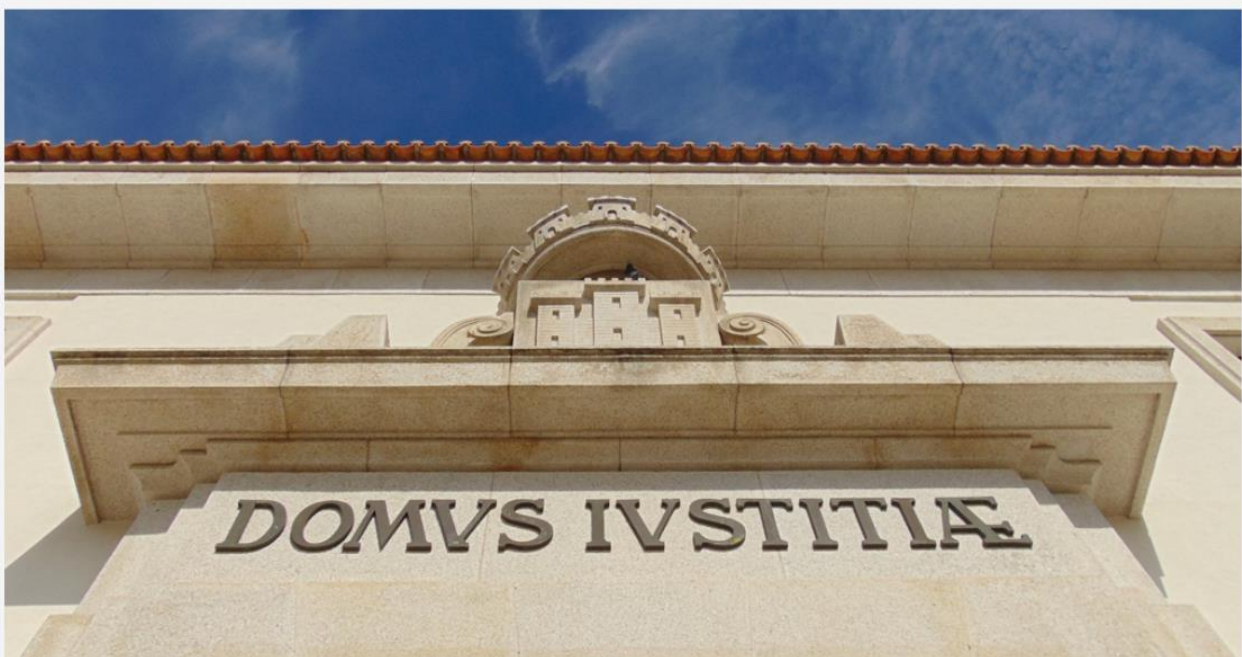


Situado na atual Alameda da Liberdade, o Tribunal começa a ser edificado em 1965, levando a cabo o projeto do arquiteto Raul Rodrigues Lima (figura central na edificação destas infraestruturas).

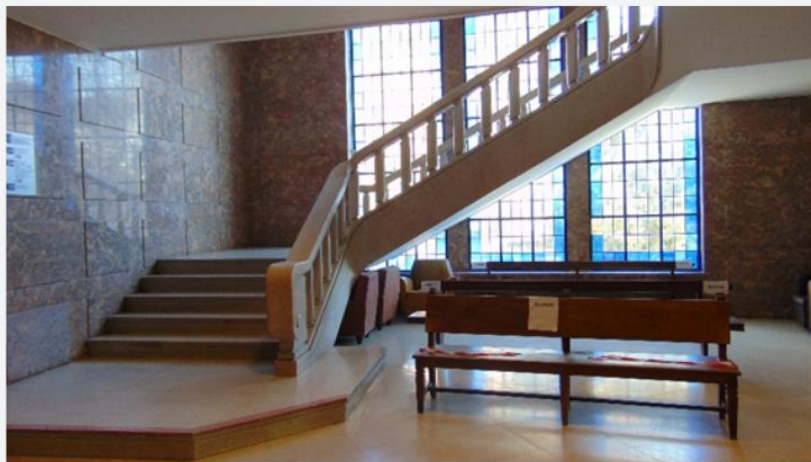


Além de ocupar uma posição de gaveto, o edifício acompanha a topografia do terreno: na fachada principal identificam-se três pisos, e na fachada traseira (virada para a Rua S. Jorge), dois.

A entrada principal, além de destacada por uma escadaria de aparato, encaixa nas características desenvolvidas por Raul nestes projetos: tem um contorno saliente, depurado de ornamentação, apenas identificando no topo: DOMVS IVSTITIAE e rematado com pináculos em granito que guardam ao centro o brasão a cidade.





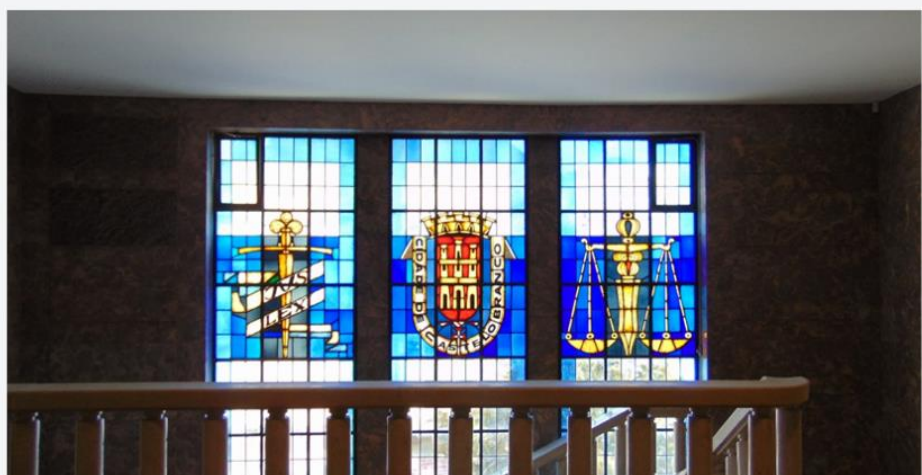
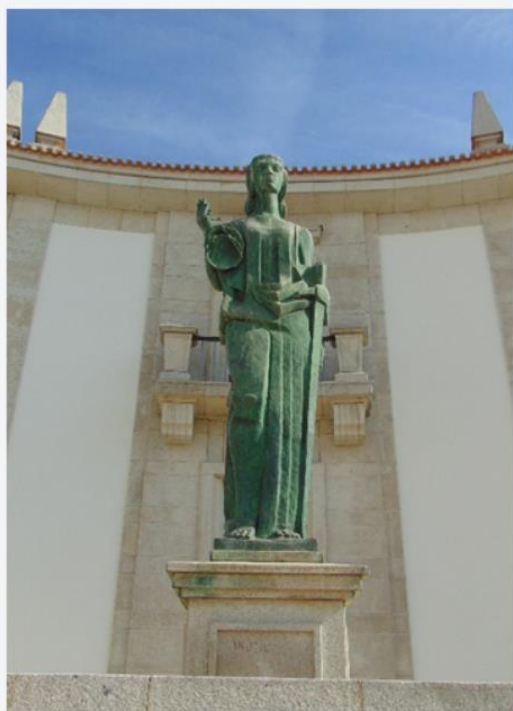


No piso de entrada, somos recebidos num hall de entrada revestido a mármore coralito (à semelhança do que acontece na filial CGD). Este dá acesso a gabinetes e a salas de audiências mais pequenas destinadas a pequenos casos.

A balança é representativa da equidade, equilíbrio, da ponderação e da justeza das decisões na aplicação da lei.

A espada é símbolo de força, ordem, prudência, regra e daquilo que ditam a consciência e razão.

Dá ainda acesso a um segundo átrio onde reina a escadaria principal. Toda em mármore branco, contrastando com o mármore colarito das paredes, é iluminada e engrandecida por um grande vitral tripartido no qual se podem ver (do lado de dentro) as armas de Castelo Branco ao centro, à esquerda a espada e à direita a balança.



No exterior, pela mão de João Fragoso, encontra-se uma estátua representativa da deusa Diké. Com a espada e a balança nas mãos, tem os olhos descobertos, símbolo de que de olhos abertos observa todos os pormenores relevantes para uma justa aplicação da Lei.



Além de uma arquitetura "austera" e de uma linguagem que permita transparecer a ideia de Ordem, Dignidade e Austeridade, a carga simbólica era também explorada nas artes decorativas.

Neste caso, o elemento que mais se destaca é o Painel da Sala de Audiências principal (à qual se tem acesso pela escadaria de mármore branco). Pintado por Martins Barata no ano de 1968, o tema que é apresentado é o Juízo Final.



Apresenta os sete pecados mortais numa forma pedagógica: pois para cada um existe uma das sete virtudes. Contrastam entre si, não apenas porque as virtudes estão num plano superior e os pecados mortais num plano inferior, mas também porque a paleta de cores usada serve para o mesmo: os pecados são estilizados em tons de vermelho que recordam as chamas do inferno, e as virtudes em cores claras com preferência pelo branco, indicadores de pureza e paz.

Não marcam apenas lugar os pecados e as virtudes, ao centro está o Supremo Juiz – Cristo - que aceita os justos no seu reino e deixa ficar no fogo eterno os pecadores. Ajuda-o nesta tarefa o Arcanjo Miguel.





As artes decorativas nestes contextos pedagógicos surgem como um meio transmissor de "imagens credíveis, sincretizadas num vasto sistema de símbolos clássicos, gestas heróicas, actos de bravura, façanhas individuais e colectivas dignas de memória", nas quais se pretendia fazer reflexo da Justiça e do Poder Judicial.



Os sete pecados mortais, contrastados então com as sete virtudes, são eles: soberba/ humildade, avareza/ liberdade, inveja/ caridade, preguiça/ diligência, ira/ paciência, gula/ temperança e por fim a luxúria/ castidade.





# ALÉM DO ROTEIRO, O QUE FAZER?

Nas proximidades do percurso deste roteiro, tem ainda a possibilidade de visitar locais de cultura, de lazer, patrimoniais, entre outros.

Ficam aqui algumas sugestões:

**A - CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**B - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**C - SÉ CATEDRAL**  
LARGO DA SE

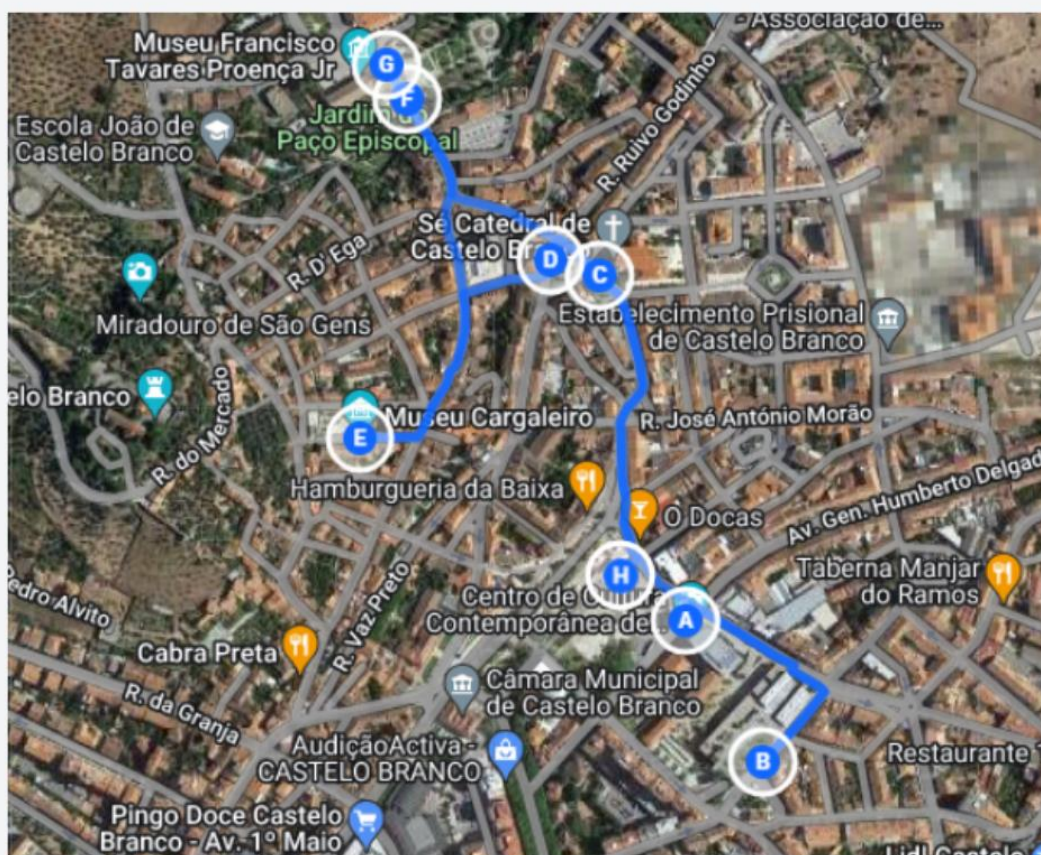
**D - CASA AMARELA - GALERIA MUNICIPAL**  
LARGO DA SE

**E - MUSEU CARGALEIRO**  
R. DOS CAVALEIROS

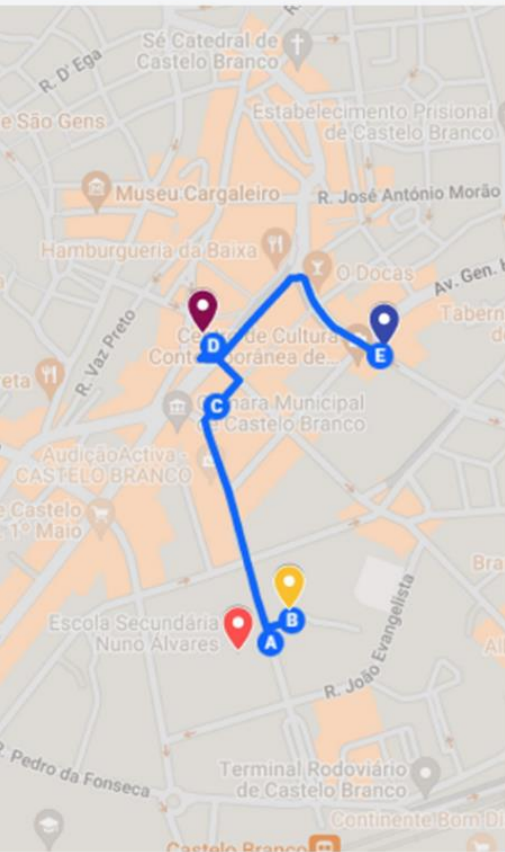
**F - JARDIM DO PAÇO EPISCOPAL**  
R. BARTOLOMEU DA COSTA

**G - MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JR.**  
R. DR. ALFREDO MOTA

**H - "AS DOCAS"**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA












## Edifícios

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## Percurso

-  Escola Secundária Nuno Álvares
-  Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)
-  Balcão da Caixa Geral de Depósitos
-  Tribunal Judicial de Castelo Branco
-  Cineteatro Avenida

## ROTEIRO

---

# ARQUITETURA DE ESTADO NOVO EM CASTELO BRANCO

---



# CINE-TEATRO AVENIDA



## Percurso

**A**

Escola Secundária Nuno Álvares

**B**

Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Missionários Redentoristas)

**C**

Balcão da Caixa Geral de Depósitos

**D**

Tribunal Judicial de Castelo Branco

**E**

Cineteatro Avenida

## LOCALIZAÇÃO

Av. Humberto Delgado  
6000 – 081

## ARQUITETO

Raul Caldeira;  
Albertino Roxo

## CONSTRUÇÃO

1950 - 1954

## FUNÇÃO INICIAL

Cine-Teatro

## FUNÇÃO ATUAL

Cineteatro

## PONTOS DE REFERÊNCIA

Centro de Cultura  
Contemporânea

# A SABER:

É no final dos anos 20 que surgem os primeiros resultados positivos do cinema sonoro, o que traz consigo a necessidade da criação de edifícios não só com capacidade, como também com uma arquitetura de representação urbana capaz de responder aos requisitos técnicos que este implica.

Em Portugal, de 1930 a 1960, não se segue a linha de pensamento da Europa, e, o número de salas construídas para este tipo de espetáculo - o cinema - acaba por ser reduzido. Em contrapartida aposta-se na edificação de uma "nova sala de espetáculos capaz de conciliar no mesmo espaço os programas de cinema e teatro" - os Cine-Teatros.

Enquanto o governo aposta numa política de obras públicas, vê-se acontecer a edificação de equipamentos de *loisir* pela mão da iniciativa privada.

Crescem assim "cafés, clubes, lojas, hotéis, piscinas, casinos, cinemas e cineteatros, equipamentos urbanos de carácter público aceites como «espaços de liberdade edificados no ambiente repressor e paternalista do salazarismo»".



Exemplo de um Interior de um café dos anos 30; "Café Portugal",  
inaugurado em 1938 -  
<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/01/cafe-portugal.html>

No entanto houve uso do cinema enquanto ferramenta de condução moral e social numa população que tinha a taxa de analfabetismo mais elevada da Europa à época.



No ano de 1927 é lançado um Decreto que se foca na constituição e funcionamento da Inspeção-Geral dos Teatros; aborda temas desde o Conselho Teatral, as vistorias, os artistas e autor, distribuição de filmes, a vigilância contra os incêndios, entre outros.

Será este o decreto que vai estar na base do modelo e instituição dos Cineteatros . Em 1929 passa a denominar-se de a Inspeção-Geral dos Espectáculos (IGE).

Fala-se do uso de materiais incombustíveis, como é o caso do betão armado, a localização das saídas em função da lotação, o que obriga, na grande parte dos casos a uma localização com acesso a mais do que um arruamento permitindo-lhes uma localização prestigiada na malha urbana.



Na década de 50, a par e passo com algumas construções de cariz público, um grupo de indivíduos criam a "Sociedade Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco"; apontavam a falta de mais um elemento que valorizasse a cidade - um Cine-Teatro.

Em posição de gaveto, entre a Avenida General Humberto Delgado e a Rua do Saibreiro, o CINE-TEATRO AVENIDA é projetado pelo arquiteto Raul Caldeira e pelo arquiteto Albertino Roxo.

O destaque do edifício na malha urbana é a torre que, acompanhando a união de ruas, fica curva. Novamente revestida em pedra granítica, além de marcar a verticalidade do edifício, dá continuidade ao mesmo para ambas as ruas.

Do topo para a base, a torre é rasgada por uma simetria de 16 cortes horizontais envidraçados que encaminham o olhar para o letreiro de designação, no qual se lê: CINE-TEATRO AVENIDA.



As fachadas do edifício apesar de não serem simétricas na sua totalidade, partilham características, de entre as quais: uma varanda com três entradas envidraçadas que se alongam até ao segundo piso; três portas que marcam lugar por baixo da varanda, destinadas na época da inauguração a ser passagem direta para a rua e a darem acesso ao bar.



À data da inauguração, 1954, contava-se com uma lotação de 1238 lugares.

Faziam parte desta infraestrutura o vestíbulo no qual se incorporava o bengaleiro, a cabine de projeção e sanitários femininos; pertenciam ainda o sub-palco, palco e camarins, cabines do bombeiro e do electricista.

No primeiro piso havia ainda um bar que acompanhava a curvatura do edifício.

O segundo piso, com uma entrada distinta, dava acesso aos lugares por um corredor com duas entradas. Apesar de não ter um salão de festas, possuía, no entanto, um bar instalado na zona do gaveto, à semelhança do que acontecia no piso inferior .



Decorre o ano de 1982, quando a 22 de agosto sofre um incêndio que destrói todo o interior. Apenas no ano 2000, após obras de reconstrução com o projeto de Marçal Grillo, o edifício retoma funções .

A fachada mantém o seu aspeto original, mas a sua organização interior alterou-se de forma a responder às necessidades atuais: apresenta agora uma lotação para 700 pessoas na qual mantém ainda a presença de camarotes. No segundo piso mantém-se os camarotes, serviços administrativos e o *foyer* .

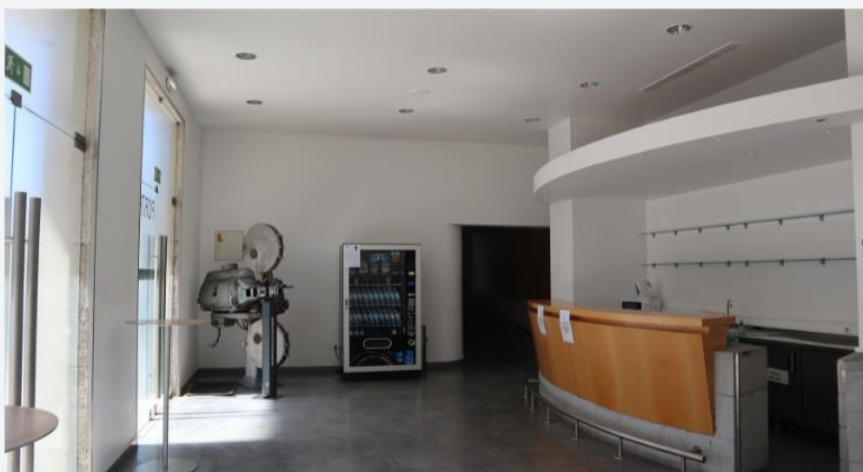
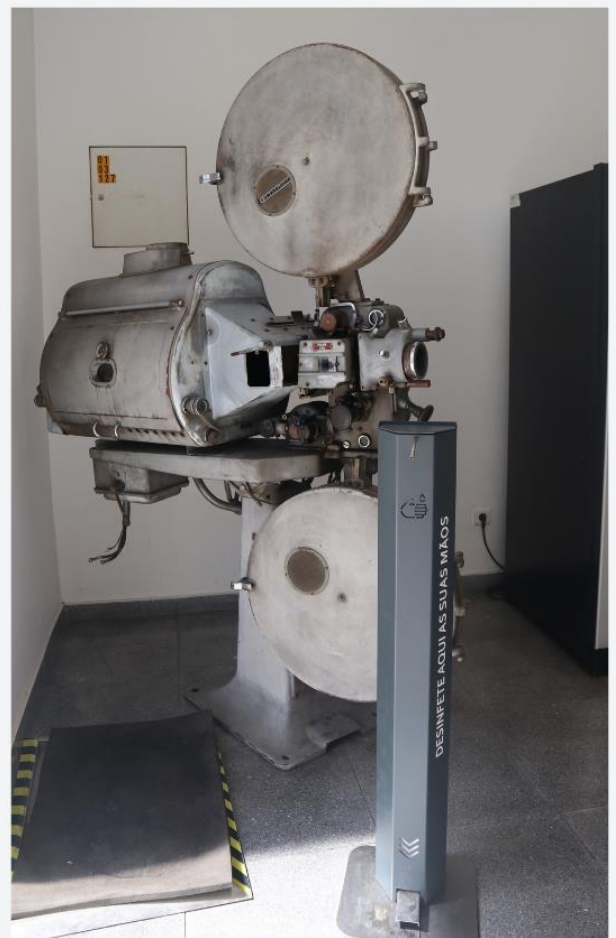




A entrada passa a ser feita exclusivamente pela entrada do gaveto, o que permite a criação de saídas de urgência.

Ao longo dos pisos, em espaços amplos, encontramos expostas as antigas máquinas de leitura de bobines através das quais se procedia à projeção dos filmes.

Atualmente o edifício é um espaço capacitado para receber diferentes tipos de espetáculos, desde cinema, dança, exposições, teatro e música.



# ALÉM DO ROTEIRO, O QUE FAZER?

Nas proximidades do percurso deste roteiro, tem ainda a possibilidade de visitar locais de cultura, de lazer, patrimoniais, entre outros.

Ficam aqui algumas sugestões:

**A - CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**B - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA

**C - SÉ CATEDRAL**  
LARGO DA SE

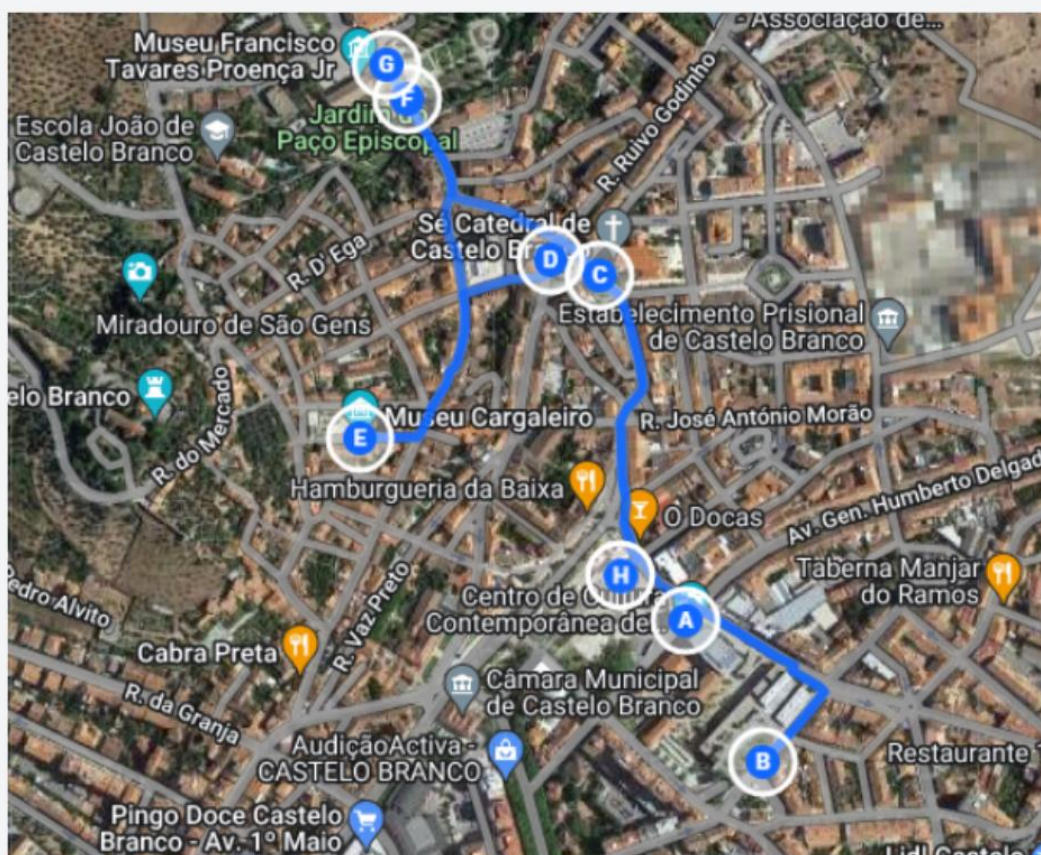
**D - CASA AMARELA - GALERIA MUNICIPAL**  
LARGO DA SE

**E - MUSEU CARGALEIRO**  
R. DOS CAVALEIROS

**F - JARDIM DO PAÇO EPISCOPAL**  
R. BARTOLOMEU DA COSTA

**G - MUSEU FRNACOISCO TAVARES PROENÇA JR.**  
R. DR. ALFREDO MOTA

**H - "AS DOCAS"**  
R. DO CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA





## 5. ANÁLISE SWOT

Como referido no capítulo 2, Castelo Branco possui uma vasta e diversificada oferta turística. Constitui-se por centros de interpretação como o do Bordado e o do Paço Episcopal, de museus (a título de exemplo o Museu Cargaleiro e o Museu dos têxteis), galerias municipais (Centro de Cultura Contemporânea e Casa Amarela); parques verdes (Parque do Barrocal, Parque da cidade) e o Miradouro de São Gens. Existe ainda uma vasta seleção de estruturas como os Portados Quinhentistas, a Casa do Arco do Bispo, o Palácio dos Viscondes de Portalegre, a Capela da Senhora da Piedade, entre outros já previamente mencionados, que incorporam a oferta turística de Castelo Branco. Não basta identificar e deixar exposto estes pontos atrativos, é preciso explorá-los e interligá-los com os valores e história da sua comunidade para que funcionem e sejam reconhecidos enquanto elementos patrimoniais da comunidade. O município desenvolve assim 10 rotas turísticas<sup>234</sup> que permitem conhecer a cidade no âmbito do património natural – ROTA VIVA e ROTA ATIVA; os momentos relaxantes também marcam lugar com a ROTA LAZER. A produção do azeite e os bordados e os ofícios como a produção da viola beiroa são também pontos fulcrais para conhecer as tradições gastronómicas e artesanais da cidade. No universo do património e cultura podem-se destacar a ROTA MURAIIS onde o visitante é convidado a explorar a arte urbana enquanto percorre a cidade, e a ROTA MUSEUS acolhe quem tenciona conhecer mais sobre os espaços museológicos e culturais do concelho. Por último, mas a que mais importa para este projeto, a ROTA PATRIMÓNIO, na qual é feito o convite ao visitante de adquirir conhecimento sobre o legado histórico do concelho de Castelo Branco.

Será nesta ROTA PATRIMÓNIO que acredito ser possível a integração do roteiro até agora desenvolvido. Esta rota circunscreve-se a sete elementos<sup>235</sup> que detêm um distanciamento cronológico muito superior àquele que os pontos turísticos aqui propostos revelam. Assim seria possível não só aumentar e preencher mais a Rota, como também dar a conhecer ao visitante e à própria cidade uma nova interação com esta fachada que não recebe a mesma “atenção”. Trata-se de dar mais visibilidade ao património contemporâneo, neste caso, à arquitetura do mesmo.

---

<sup>234</sup> Rotas turísticas de Castelo Branco, disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/visitante/rotas-turisticas/> - consultado a 01.09.2022

<sup>235</sup> Castelo e Muralhas, *Domus Municipalis*, Igreja de São Miguel, Cruzeiro de S. João, Jardim Episcopal, Paço Episcopal e Eremida de Nossa senhora de Mércoles.



Com esta análise pretendo expor o que acredito serem as mais valias deste roteiro para a cidade, e os possíveis entraves com vista a arranjar solução para os mesmos, ou seja, o seu impacto positivo e negativo.

Sendo por norma Castelo Branco uma cidade tranquila, é possível percorrer, a pé e sem pressas, o roteiro em cerca de 01h30/02h00. A seleção das cinco infraestruturas, todas elas enquadradas nas balizas cronológicas do Estado Novo (1933 – 1974), dão tema ao roteiro; tema esse que não está ainda explorado pelo município. Geograficamente, ao longo do roteiro é possível passar e usufruir de zonas de lazer como é o caso do Jardim da Devesa e a praça popularmente designada de *Docas*, na qual o comércio local de bares e cafés abunda. É possível ainda visitar outros pontos atrativos como o Centro de Cultura Contemporânea, a capela de São Marcos, a Biblioteca Municipal e até mesmo o Mercado Municipal de Castelo Branco onde é possível o acesso não só a produtos locais como a diversas lojas de artesanato. A zona antiga, na qual se enquadra a Sé Catedral por exemplo, e a Casa Amarela – galeria municipal, também são de fácil acesso e permitem uma outra interpretação da paisagem urbana.

Não só é possível fazer este reconhecimento pela história da cidade e cultura da comunidade, como é possível fazê-lo de forma sustentável e gratuita. Como exposto no capítulo “4: O processo da roteirização”, o *fator sustentabilidade* em muito pesa na construção destes atrativos turísticos, não só porque é necessário ter em conta o público que não possui uma alargada e disponível carteira, mas também porque é necessário que o município compreenda se é ou não monetariamente sustentável manter este atrativo em atividade. Neste caso, acredito que esta proposta de roteiro, além de ser economicamente sustentável por parte do município, sustentável para quem a visita, e amiga do ambiente (pois toda ela, desde a divulgação ao acesso da informação é feito de forma tecnológica), é ainda sustentável para os focos patrimoniais nela expostos. Isto acontece por serem edifícios de atividade pública, ou seja, são infraestruturas que são exploradas diariamente com o cumprimento das suas funções. A integração destas infraestruturas no roteiro em nada vai implicar, num sentido negativo, a conservação do edifício, pois não existe nem entrada nem uso físico da estrutura para fins turísticos. A intenção é a de dar a conhecer o interior, exterior e história do edifício ao visitante sem que este tenha de entrar ou de pagar qualquer tipo de contribuição para o acesso da informação. No entanto, o facto de ser monetariamente sustentável, não significa que não terá impacto na cidade: o visitante que escolhe fazer este roteiro é livre de entrar noutros pontos da cidade, sejam eles de lazer e cultura ou não, sejam

eles de restauração ou de comércio local, e aí contribuir para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

O que neste roteiro pode ser interpretado como pontos fracos, na análise que faço, é o fator do distanciamento temporal para com os edifícios em questão (pois ainda não se desenvolveu uma “consciência patrimonial” para estas infraestruturas, também por ainda estarem em plenas funções), assim como a época política na qual foram erguidos. Vivem-se tempos de fortes opiniões políticas que cada vez mais escorregam para os extremos, o que pode fazer com que este roteiro seja um problema à vista de muitos. No entanto, é de salientar que em nada este roteiro sublinha ou enfatiza qualquer preferência política sob a época cronológica de estudo; tem apenas como foco principal a oferta de conhecimento e informação sobre uma fachada urbana que se foi desenvolvendo e preenchendo a cidade de Castelo Branco ao longo de um período em específico. Acima mencionado como algo positivo para a sustentabilidade do edifício, a impossibilidade de entrada ao interior de três dos pontos<sup>236</sup> do roteiro, pode ser vista como uma falha no roteiro por parte do visitante, apesar de lhe ser disponibilizada a informação do mesmo.

É preciso sublinhar ainda que além de possível, é necessário, através da criação de roteiros como estes (por exemplo), criar uma ligação de reconhecimento entre a comunidade e o património objeto deste estudo. A falta do dito *distanciamento cronológico* que se pode identificar como um dos entraves ao reconhecimento destes monumentos enquanto legado patrimonial, pode também ser interpretado e usado como uma mais-valia: não esqueçamos que ainda existem testemunhos contemporâneos da construção e funcionamento destas infraestruturas, e de como se procedia não só as suas funções, mas a sua relação de dia a dia com a comunidade. Através deles permite-se o desenvolvimento de uma visão e vínculo afetivo completamente diferente àquela que hoje predomina.

---

<sup>236</sup> Não é possível a entrada na CGD apenas para visitar o edifício, assim como não o é possível no Tribunal e no Liceu. Contudo, a Igreja tem as portas abertas mediante um horário específico e o Cine-Teatro igual. Recordo que ainda se soma a possibilidade de assistir a um espetáculo neste último, se assim for do interesse do visitante.



		FATORES POSITIVOS	FRAGILIDADES
<i>FATORES INTERNOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curta duração de tempo.</li> <li>• Facilidade de trajeto (possível de realizar a pé).</li> <li>• Financeiramente sustentável (para o município e para o visitante).</li> <li>• Não tem obrigatoriedade para com o início e o fim propostos, nem para com a ordem proposta.</li> <li>• Temática pioneira.</li> <li>• Formato de áudio (um fator para o público com limitações).</li> <li>• Patrimonialmente sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de uma má interpretação da cronologia selecionada e trabalhada.</li> </ul>	
<i>FATORES EXTERNOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interação com outros espaços da cidade (jardins, praças, espaços culturais, espaços comerciais).</li> <li>• Integração numa visita de um fim-de-semana à cidade, completando a programação cultural já existente.</li> <li>• Usufruto do comércio local, como cafés, restaurantes e lojas.</li> <li>• Nova oferta cultural e turística na cidade.</li> <li>• (Re)Conhecimento de marcos patrimoniais até agora não explorados.</li> <li>• Uso das redes sociais não só como veículo promocional do roteiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impossibilidade de entrar/visitar o interior de três dos cinco edifícios.</li> <li>• Carência de apoio visual fotográfico de dois dos cinco edifícios.</li> </ul>	

**Tabela 1** - Análise SWOT

## CONCLUSÃO

O foco principal deste trabalho foi mais que a proposta de um veículo turístico e promocional da cidade de Castelo Branco – um roteiro -, foi também a análise da sua oferta turística e patrimonial, e de como o trabalho apresentado a pode impactar.

Dividido em cinco partes, primeiramente é possível analisar não só o panorama de assimetria turística em Portugal (o contraste que existe entre o forte peso do turismo balnear, e o restante turismo), como também a criação de estratégias de combate à mesma – através da criação do *turismo de rotas* como resposta às necessidades dos visitantes que cada vez mais procuram experiências que os realize e satisfaça nos diferentes universos, sejam eles, o do desporto, o do património e cultura, o do lazer, atividades radicais, gastronomia, entre outros tantos. Ao longo do segundo capítulo, conforme indica o título, “Castelo Branco: mapeamento crítico dos circuitos turísticos existentes”, é possível ter uma visão panóptica do funcionamento da cidade e a sua relação com estes circuitos turísticos. Apesar de vista como uma cidade pacata no centro interior de Portugal, por vezes de forma pejorativa, Castelo Branco é uma localidade que oferece à sua comunidade diversos serviços, desde infraestruturas educativas para todas as idades, de saúde, de cultura e lazer, de desporto, uma rede de transportes, uma zona industrial desenvolvida e ainda algum do tradicional comércio local (e conseqüentemente privado), vivo. A sua oferta turística é exposta não só através de rotas temáticas, com temas como o do artesanato, a rede de museus, a produção local do azeite, o turismo de natureza ou sobre o legado patrimonial. Existe ainda uma extensa produção cultural que passa pela organização e produção de feiras temáticas, recriações históricas, programas culturais que se instalam e desenvolvem em bases como a Casa Amarela – Galeria Municipal, Centro de Cultura contemporânea, ou no Cine-Teatro.

Passando estas duas primeiras fases do trabalho entra-se no cerne da questão: a relação existente entre a comunidade e o seu património arquitetónico, que por sua vez não é viável ser intitulado de património se essa relação de identificação por parte da comunidade não existir. Assim, expõe-se a importância de projetos como este, que além de representarem uma ótima forma de seleção e inventariação do que se pode considerar herança patrimonial, atuam como ferramentas educativas na criação da “consciência patrimonial”. Isto sem esquecer o impacto e influência que a prática destas rotas e roteiros podem ter sobre o objeto de estudo – podem levar ao seu esgotamento, como podem levar à sua melhor conservação e aproveitamento. Expõe-se e analisa-se de forma cientificamente informada o objeto de estudo

para que seja possível, na quarta, apresentar não só as formas de divulgação do mesmo, mas o suporte informativo ao qual o visitante terá acesso.

Há a necessidade de salientar que o desenvolvimento deste projeto, dado o objeto de estudo escolhido, passou por vários entraves, de entre os quais a dificuldade de acesso ao interior dos edifícios em contexto de visita e o acesso fotográfico dos mesmos (o que se confirma pela inexistência de fotografias do interior da Filial da Caixa Geral de Depósitos e do Liceu Nun'Álvares por exemplo). O trabalho de pesquisa científica através de bibliografia foi também ele desafiante: apesar de existir uma variedade de obras publicadas sobre o Estado Novo e sobre a sua política de obras públicas, o que mais se mostrou complicado foi o acesso a estudos feitos sobre os edifícios em específico. A título de exemplo, existe bastante informação sobre a construção religiosa à época, mas não existe algo sobre a Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Castelo Branco. Isto acontece, provavelmente, por serem edifícios do interior de Portugal, por não pertencerem a grandes centros urbanos. Estas adversidades projetaram em mim uma vontade ainda maior de continuar com o trabalho, pois é necessário que também o interior usufrua de informação qualificada, para leigos no assunto ou não.

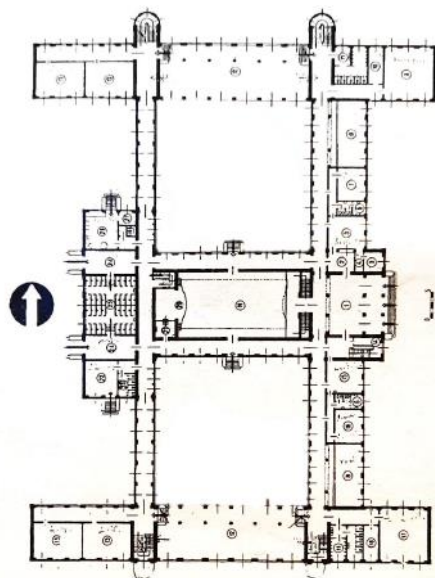
Finalizando, a proposta deste roteiro pretende responder a uma lacuna existente na exploração do legado patrimonial na cidade. O visível “desinteresse”, em conjunto com a carência de reconhecimento cultural para com as infraestruturas contemporâneas poderão ser corolários ao facto de estarem ativas diariamente nas suas funções, e conseqüentemente pela proximidade temporal que ainda persiste. Assim, acredito que o roteiro aqui proposto, projetado com uma estrutura e linguagem acessíveis e com vista a um público-alvo alargado, juntamente com a facilidade de acesso à informação (adaptada à vida tecnológica que já nos é intrínseca), é uma das soluções a adotar em favor de uma comunidade, cidade e país com mais e melhor “consciência patrimonial”.

## **ANEXOS**

As fotografias apresentadas em anexo são da autoria de Sara Lourenço (autora). As que não o são, serão identificadas com a sua respetiva fonte.



Figura 1 - Mapa identificativo do distrito de Castelo Branco  
<https://pt.mapsofworld.com/portugal/>



- |                            |  |                               |
|----------------------------|--|-------------------------------|
| 1 - Átrio                  | 10 - Material de Museu                 | 19 - Ginásio - Sala de festas |
| 2 - Público                | 11 - Instalações sanitárias dos alunos | 20 - Palco                    |
| 3 - Secretaria             | 12 - Recreio coletivo                  | 21 - Joo                      |
| 4 - Vestiário              | 13 - Salas de aula normal              | 22 - Sala dos alunos          |
| 5 - Arquivo                | 14 - Contínuos                         | 23 - Instalações sanitárias   |
| 6 - Instalações sanitárias | 15 - Gabinete do médico escolar        | 24 - Vestiário de ginástica   |
| 7 - Gabinete do reitor     | 16 - Gabinete dos directores de ciclo  | 25 - Bolnheiro                |
| 8 - Vestiários gerais      | 17 - Sala de trabalhos manuais         | 26 - Cozinha                  |
| 9 - Museu                  | 18 - Depósito de material              | 27 - Despensa                 |

Figura 6 - Planta do 1º piso do Liceu Nun'Álvares.

Figura 2 - Liceu Nun'Álvares, Castelo Branco. Planta do 1º piso; MARQUES, Fernando, *Os Liceus do Estado Novo - Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa, Educa, 2003, p.84





Figura 3 - Liceu Nun'Álvares, Castelo Branco. Vista sob a Fachada Principal.



Figura 4 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Vista da nave central.

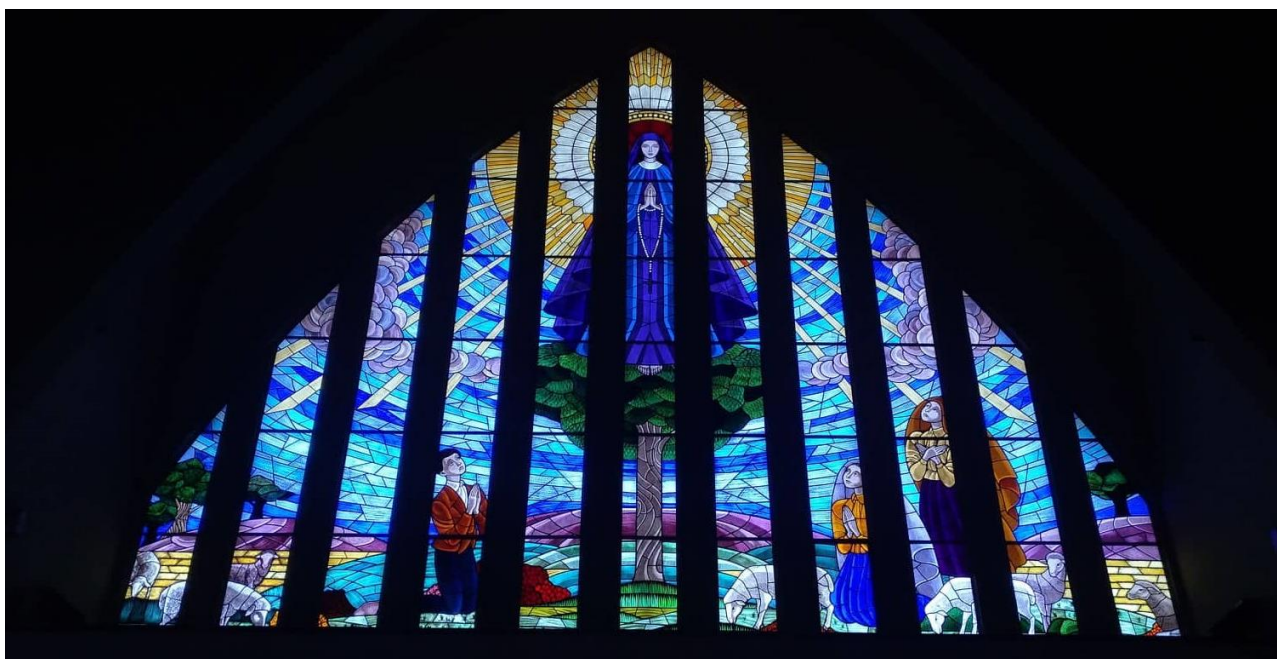


Figura 5 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Vista do Vitral principal da Igreja com o tema da aparição aos três pastorinhos.



Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Exemplar da Cruz da Via Sacra.



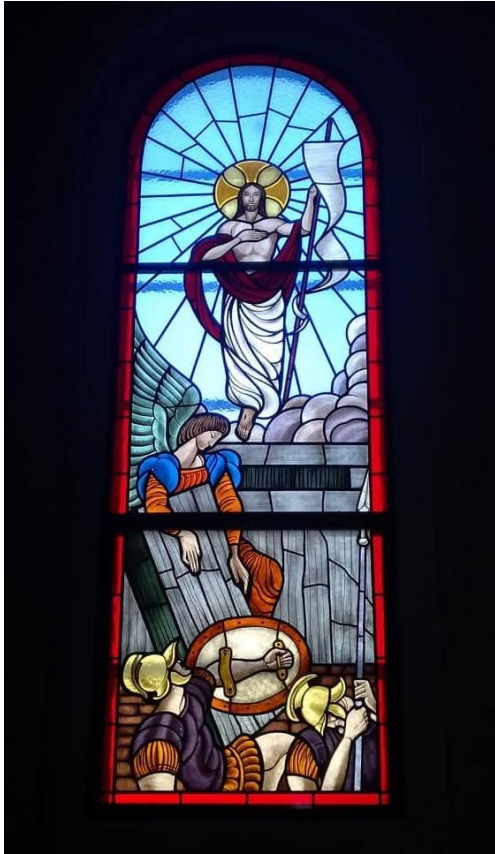


Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Exemplo dos vitrais representativos dos Mistérios.

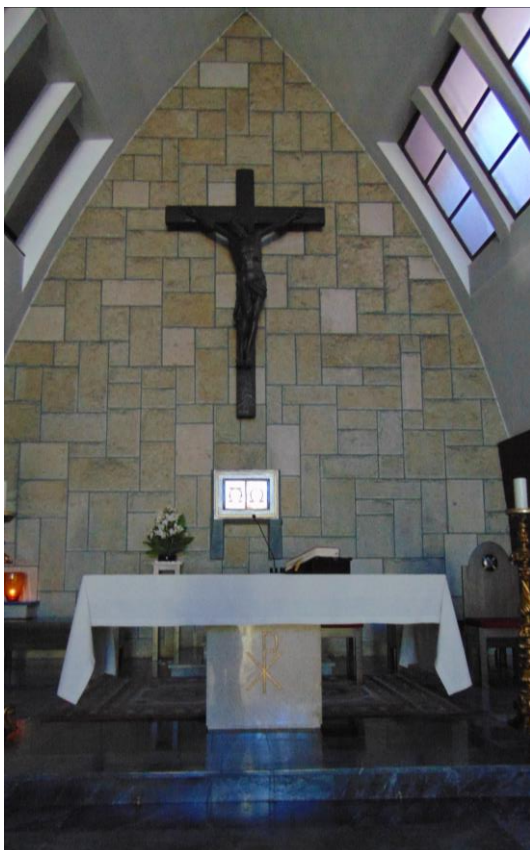


Figura 8 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Vista do altar-mor.



Figura 9 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Escultura representativa do Imaculado Coração de Maria.



Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Castelo Branco. Escultura representativa de S. José.

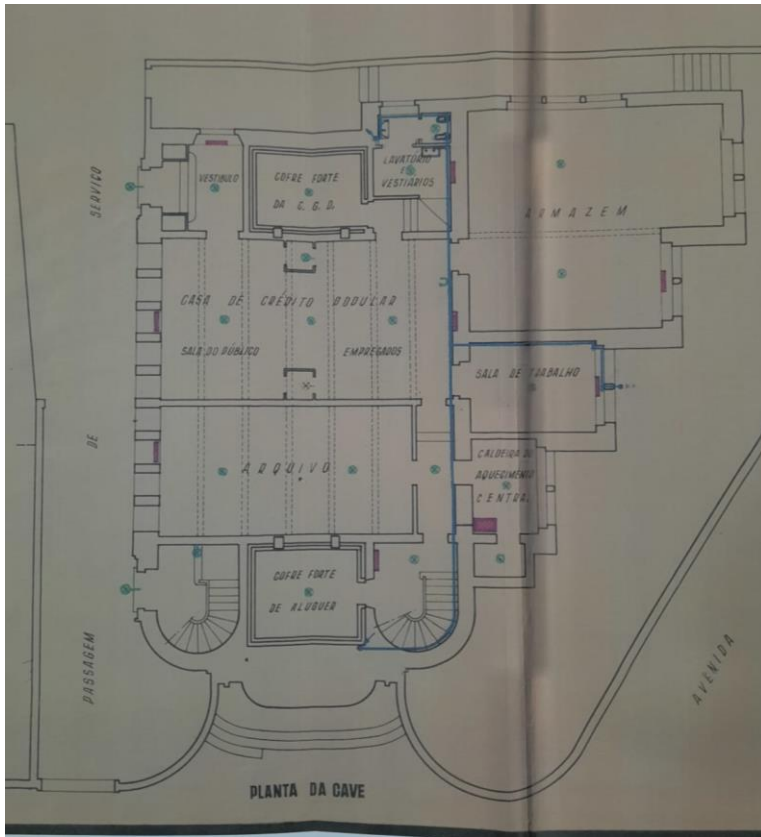


Figura 10 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Planta da cave.  
Arquivo Municipal de Castelo Branco

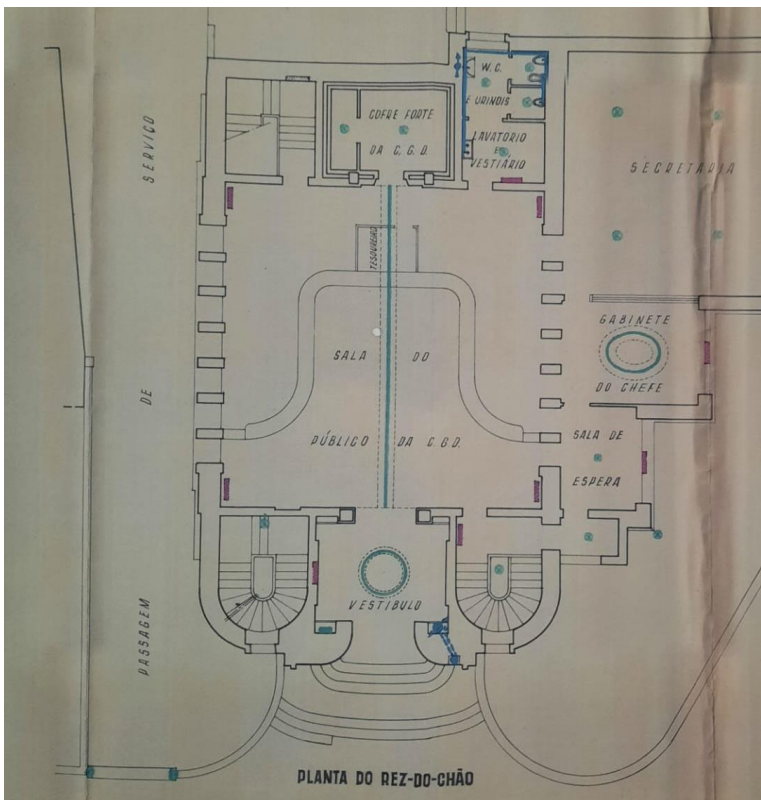


Figura 11 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Planta do Rés-do-Chão.  
Arquivo Municipal de Castelo Branco



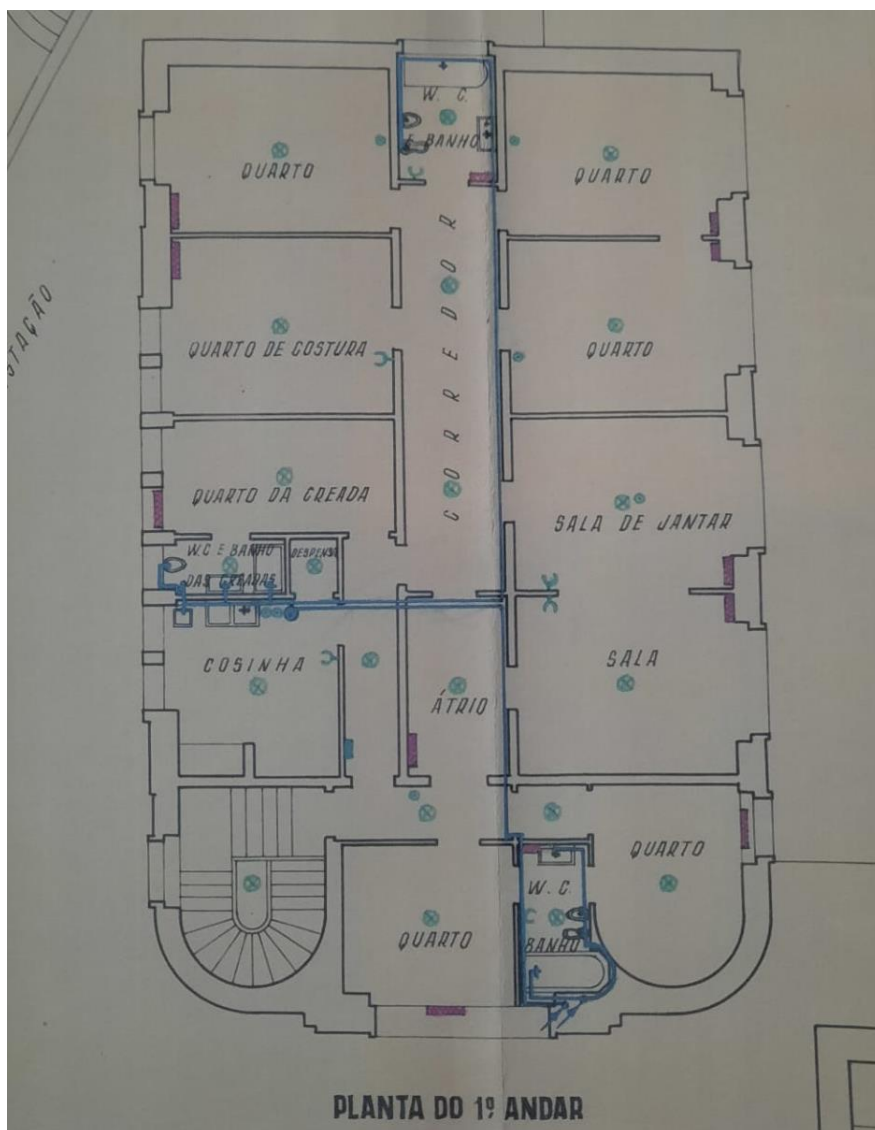


Figura 12 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Planta do 1º andar. Arquivo Municipal de Castelo Branco



Figura 13 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Vista da fachada principal.

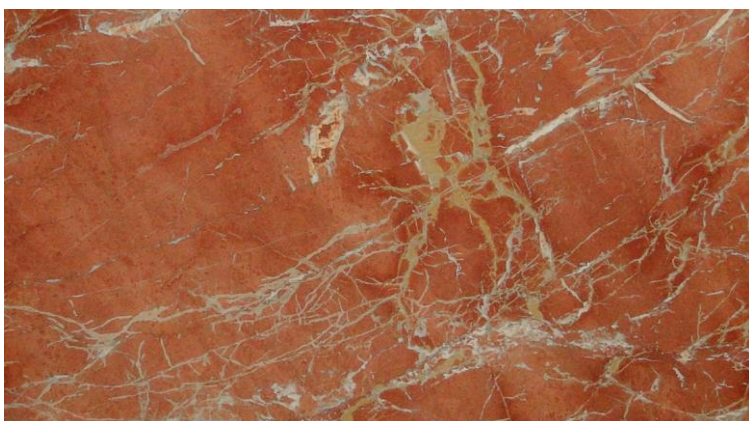


Figura 14 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Mármore coralito que reveste as paredes da Sala de Atendimento.  
<https://gramarcal.com.br/produto/marmore-importado-coralito/>



Figura 15 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Castelo Branco. Vista do painel decorativo da Sala de Atendimento.

<https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Patrimonio-em-destaque/Documents/CGD-Filial-Castelo-Branco.pdf>



Figura 16 - Tribunal Judicial, Castelo Branco. Vista da fachada principal.



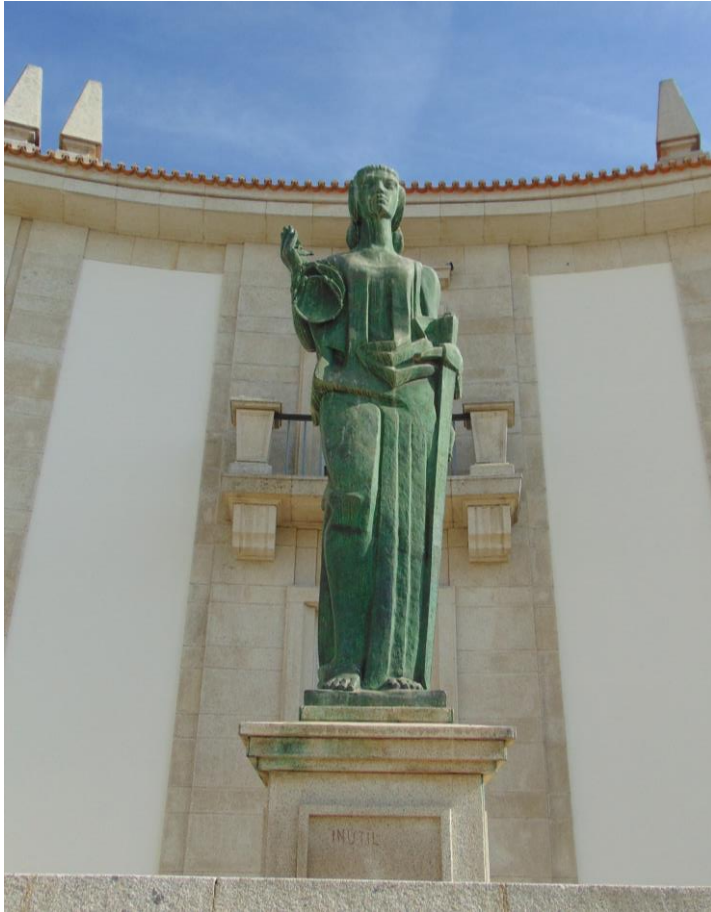


Figura 17 - Tribunal Judicial, Castelo Branco. Estátua da Deusa *Diké* pela mão de João Fragoso.



Figura 18 -Tribunal Judicial, Castelo Branco. Vista interior do vitral.



Figura 19 - Tribunal Judicial, Castelo Branco. Assinatura do painel da Sala de Audiências.



Figura 20 - Tribunal Judicial, Castelo Branco. Figura da personagem do Juiz Supremo.





Figura 21 - Cine - Teatro Avenida, Castelo Branco. Vista sob a torre que acompanha a posição em gaveto.



Figura 2211 - Cine - Teatro Avenida, Castelo Branco. Varanda da fachada virada para a Rua do Saibreiro.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, José Luís, PAIVA, Odete, PEREIRA, Andreia, REIS, Manuel, SEABRA, Cláudia, “Rotas culturais no centro de Portugal: duas propostas”, in, *Turismo no Centro de Portugal – Potencialidades e tendências*, Actual, 2018, (pp. 379-399)

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *ARQUITECTURA ESCOLAR: O Edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012

BANDEIRINHA, José António, CONSTANTINO, Susana, “Resposta a um programa arquitectónico sob legislação do Estado Novo: os Cineteatro”, in MARINHO, Cristina, RIBEIRO, Nuno Pinto, TOPA, Francisco, *Teatro do Mundo: teatro e censura*, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2013, (pp. 191-202)

BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Cine-Teatros: Percorrendo a Beira Interior*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade da Beira Interior Engenharia, Outubro, 2011

BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: 1929-1970*, Lisboa, Prosafeita, 2014

BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-1970): Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*, Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra, vol. 1, 2012

BRITES, Joana, “Amar a pátria, servir a arquitectura: Funções e programas iconográficos das «artes decorativas» nas filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência”, in (cord.) TORRALBA, Luís Reis, *Estatutos autoritários e totalitários e suas representações – Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra, 2008, (pp.81-98)

BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitectura e «renascimento nacional»”, in *Revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo*, vol. 15, nº1, (pp.100-113), 2017

BRIZOLLA, Tânia, “Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística”, in, *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Turismo*, Brasília, 2007

CALADO, Margarida, “Educação artística e respeito pelo património histórico”, in *Revista Matéria-Prima*, vol. 3, 2015, (pp.20-26)

CAPTIVO, Maria Teresa Manso, *Arquitetura de Espaços Religiosos Contemporâneos – Análise Morfológica*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada ao Técnico de Lisboa, junho de 2016

*Castelo Branco 2030 – relatório final*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, junho 2015

CASTRO, Eduardo Anselmo, COSTA, Carlos, EUSÉBIO, Celeste Aguiar, “Diversidade no Mercado Turístico da Região Centro de Portugal: Identificação dos segmentos de maior valor económico em termos de Actividades Turísticas praticadas”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Nº 10, 2008, (pp. 9-24)

CUNHA, João P.G. Alves da, “Arquitetura religiosa em Portugal: Séculos XX e XXI” (pp. 117-139), in, *MAF Journal*, nº02, Museu Nacional de Arte Sacra do Funchal, 2019

DIAS, José Lopes, *Liceu velho... Liceu novo...: discurso pronunciado a 2 de Maio de 1946, na sessão de inauguração do novo edifício do Liceu de Nun'Álvares, em Castelo Branco*, Composto e Impresso na Tip. da Papelaria Fernandes – Praça do Brasil, Lisboa, 1946

DURAŠEVIĆ, Silvana, “Thematic tourism as an important segment in the business of modern tour operators”, in *The Business of Tourism*, Nº. 13, Belgrado, 2014

*Estratégia Turismo 2027*, Turismo de Portugal I.P, 2017

FERNANDES, José Manuel, PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Arquitectura Do Fascismo em Portugal”, in, Colóquio sobre o Fascismo em Portugal, *O fascismo em Portugal: actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982

FIGUEIRA, Luís Mota, *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Instituto Politécnico de Tomar, fevereiro de 2013

GOMES, Carina, “A Construção social de um destino turístico: Coimbra, cidade e imaginário”, in, *VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, 2008

GOMES, Fernanda Maria Veiga, “Os Municípios e a Expansão do Ensino Liceal no Estado Novo”, in, *Revista Interações*, nº.28 , 2014 (pp.68-84)

GONÇALVES, Joaquim Pombo, *FILIAIS E AGÊNCIAS CGD – Filial de Castelo Branco*, Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos, outubro de 2017

GONÇALVES, Leonardo, *Rotas e Roteiros: desafios para uma nova conceituação*, Brasil, Cadernos de Estudos e Pesquisas do Turismo, 2016

MAIA, Sara Vidal, *Rotas Museológicas na Região de Aveiro – um Estudo Empírico*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 2010

MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo – Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa, Educa, 2003

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001

MONIZ, Gonçalo Canto, “Arquitetos e Políticos. A Arquitectura institucional em Portugal nos anos 30”, in *DC PAPERS, revista de crítica y teoría de la arquitectura*, nº12, 2005

NORAS, José Raimundo, *Amílcar Pinto: Um Arquitecto Português Do Século XX*, vol. I - Dissertação, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011

NUNES, António Manuel, *Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo: Templos de Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, História, Coimbra, Setembro 2003

PAIO, João Palma, *Arquitectura Portuguesa de Justiça: Os Palácios de Justiça no Período do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1996

PINA, Inês Garcia, *Património “Não Considerado”:* uma forma de promoção da região. *Turismo do Centro de Portugal - Coimbra*, Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018

*Programa Estratégico De Reabilitação Urbana Da Cidade De Castelo Branco*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, abril de 2019

FARIA, Daniela Carvalho, *Castelo Branco: capital da Beira Baixa*, Lisboa, Primeira Impressão, 2007

“Redentoristas há 50 anos na cidade”, in *Reconquista*, Castelo Branco, 21 de junho de 2002

REIS, Jaime, “A Caixa Geral de Depósitos como instrumento de política económica: o período entre as duas guerras”, in, revista *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2º), (pp. 255-277)

SILVA, Gláucia Teixeira da, NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa, *Roteiro Turístico*, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, s.d

SILVA, Susana, *Arquitectura de Cine Teatros: evolução e registo [1927-1959] Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2010

SIMPSON, Duncan, “A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar”, in, *Locus: revista de história*, Juiz de fora, v.18, nº1, 2012 (pp.89-110)

SMITH, Laurajane, *Uses of Heritage*, Routledge – Taylor & Francis Group, London and New York, 2006

SOUSA, Luísa Micaela Barbosa de, *Arquitetura do século XX em Coimbra: um percurso*, Projeto apresentado à Faculdade e Letras da Universidade de Coimbra, 2018

SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, *Património e Turismo. Desafios de uma microempresa de turismo recetor*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura do século XX: Portugal*, Centro Cultural de Belém, 1997

VALÉRIO, Nuno, *História do Sistema Bancário Português*, vol. I, *Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central (1822-1931)*, in, BRITES, Joana Rita da Costa, *O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-*



1970): *Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*, Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra, vol. 1, 2012

## WEBGRAFIA

Tribunal Judicial de Castelo Branco, disponível em - [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=111](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=111) – consultado a 20.04.2022 às 14H20

Solar dos Viscondes de Oleiros, disponível em - [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2521](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2521) – consultado a 18.08.2021 às 12H05

Casa dos Mota, disponível em - [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2760](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2760) – consultado a 18.08.2021 às 11H50

Liceu Nun'Álvares, disponível em - [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216) – consultado a 04.06.2021 às 10H00

Liceu Nun'Álvares, disponível em - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/16899766> - consultado a 02.06.2021 às 16H45

BRIZOLLA, Tânia, “Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística”, in, *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Turismo*, Brasília, 2007, disponível em - [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/roteirizacao\\_turistica.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf)

O Juízo Final, disponível em - <http://www.tribop.pt/TPd/18/2/2/1/14> - consultado a 30.10.2021 às 11H30

Aldeias Históricas, disponível em - <https://aldeiashistoricasdeportugal.com/oferta-turistica/o-que-ver/?pag=19> – consultado a 19.10.2020 às 16H23

Parque do Barrocal, disponível em - <https://barrocal-parque.pt> – consultado a 24.08.2021 às 14H50

Road Trips Beira Baixa, disponível em - <https://turismodocentro.pt/roteiro/road-trip-beira-baixa/> - consultado a 08.09.2021 às 16H15

Experiências By..., disponível em - <https://turismodocentro.pt/roteiros/experiencias-by/> - consultado a 08.09.2021 às 16H20

Rotas, disponível em - <https://turismodocentro.pt/roteiros/rota-tematicas/> - consultado a 21.10.2020 às 11H40

Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar, disponível em - <https://www.cataa.pt/associacao-cataa/associação-cataa/> - consultado a 10.09.2021 às 15H35

Câmara Municipal de Castelo Branco, disponível em - <https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/areas-de-acao/comercio/feiras-tematicas/> - consultado a 09.09.2021 às 12H30

*Programa Estratégico De Reabilitação Urbana Da Cidade De Castelo Branco*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, 2019, disponível em - <https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/areas-de-acao/ordenamento-do-territorio-e-urbanismo/reabilitacao-urbana/>

Município de Castelo Branco, disponível em - <https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/castelo-branco/mapa-territorial/> - consultado a 03.09.2020 às 18H05

Património Municipal, disponível em - <https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/patrimonio/> - consultado a 29.10.2020 às 19H30

“Redentoristas há 50 anos na cidade”, in *Reconquista*, Castelo Branco, 21 de Junho de 2002, disponível em - <https://www.fatima.pt/pt/locations/igreja-n-s-fatima-castelo-branco> - consultado a 18.11.2021 às 11H15

Símbolos da Justiça, disponível em - <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mj/quero-saber-mais/quero-aprender/os-simbolos-da-justica.aspx> - consultado a 15.06.2022 às 17H40

Rota Nacional 2, disponível em - <https://www.rotan2.pt> – consultado a 08.09.2021 às 16H05